

AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

N.º 58

VERAO 1999

DIRECÇOM:

María do Carmo Henriques Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
 José Ramon Chantada Acosta
 Óscar Díaz Fouces
 Carlos Garrido
 Jenaro Marinhos del Valle
 José Maria Monterroso Devesa
 César Carlos Morám Fraga
 J. Carlos Quiroga D.
 Joám Carlos Rábade Castinheira
 Henrique Rabunhal Corgo
 José Luís Rodríguez
 José António Souto Cabo

In memoriam:

Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais non solicitados.
2. A revista non se responsabiliza da devolución de originais.
3. Os trabalhos publicados pasan a ser propiedade da revista.
4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerán com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do noso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceptación desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, non se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s.a.
 Corunha - Dep. Legal: C-250 - 1985
 ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:**GALIZA:**

José Agrelo Ermo
 Mário Alonso Nozeda
 María Luísa Andrade
 Carlos Campoy
 Denis Conles
 Júlío Garcia Santiago
 Alberto Garcia Vessada
 Luís Gonçalves Blasco
 Marcial Gondar Portasany
 Cláudio López Garrido
 Aurora Marco
 Higinio Martínez Estêvez
 Ramon Nogueira Calvo
 José Posada
 María das Dores Rei Teixeira
 Ramon Reimunde Noreña
 Manuela Rivera Cascudo
 Felisindo Rodríguez
 Joám Trilho Pérez
 Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:

Ernesto Guerra da Cal

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
 Gladstone Chaves de Melo
 Reynado Valinho

In memoriam:

Silvio Elia

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
 José A. Fernandes Camelo
 Mário Gomes dos Santos
 Óscar Lopes
 Albano Martins
 José Luís Pires Laranjeira
 Amadeu Torres

In memoriam:

Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:

Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
 Fax: 988 37 27 14

SUMÁRIO

	PÁGS.
ESTUDOS	
<i>Nada novo debaixo do sol: A legitimación do poder através da arte na Roma de Augusto</i> , por Joám Bernardez Vilar	151-185
<i>Detección e análise da coloquialidade, expressividade e linguagem enfática prove-niente do espanhol</i> , por Maurício Castro López	187-203
NOTAS	
<i>Castelao e a Arte Moderna nas páginas do Diário</i> , por José David Araújo	205-213
<i>Reflexões em torno a umha exposición de cartazes sobre o plesbicitto para o Estatuto de Autonomia galego de 1936</i> , por Nemésio Barxa	215-223
<i>A tradución do árabe para o portugués: Emil Habibi e O optissimista</i> , por Elisabet Rios Liste	225-234
<i>Qual é que é o conflito lingüístico galego?</i> , por Valentim Rodrigues Fajim	235-244
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
<i>O Galego é umha língua e tem a sua ortografia própria</i> , por Luís Gonçalves Blasco	245-253
Sessão de trabalho do Intergupo do Parlamento Europeu «Línguas Minoritárias».	254
Jornadas galego-portuguesas na Faculdade de Filologia da Universidade da Corunha	255
Concentração em Compostela para lembrar os mortos e perseguidos por defen-derem as letras galegas (sábado, día 15 de Maio de 1999)	255-256
Apresentação do livro «Curso Prático de Galego»	256-258
Comunicado do Conselho da Associação Galega da Língua (AGAL)	258-259
Eco nos meios de comunicação da sentença do Tribunal Superior de Justiça . . .	259
Comunicado da Associação Galega da Língua perante a tragédia histórica do povo de Timor-Leste	260
RECENSONS	
<i>Gramática da Língua Galega, III. Semántica</i> , por Luís Gonçalves Blasco	261-262
<i>O Berro. Poemas e Pensamentos de Vida, Amor e Morte</i> , por Aurora Marco	264-265
<i>Um novo método para o ensino do galego-português na Galiza: Curso Prático de Galego de José Manuel Barbosa</i> , por José Henriques Peres Rodrigues	266-267
CORREIO	
<i>Política e Língua: Confesso que tenho errado</i> , por António Gil Hernández . . .	269-273

Nada novo debaixo do sol: A legitimação do poder através da arte na Roma de Augusto

João BERNARDEZ VILAR
(Vigo)

A arte é, sem qualquer género de dúvidas, um dos mais adequados meios para traduzir e exprimir propósitos e conhecimentos, ou para induzir ideias que a fala normal mui dificilmente pode transmitir.

Daí que tenha sido utilizada em muitos momentos da história como forma de legitimação política, com base sempre numha dupla e às vezes mui subtil manipulação das suas aptidões: a de utilizá-la como reflexo do poder político, e a de convertê-la na arma capaz de sustentá-lo. Semelhantes manipulações, à margem da qualidade intrínseca da própria obra, levariam a converter a Arte num simples meio de propaganda, tendente nada mais que a legitimar e afirmar o próprio poder que a mediatizasse.

Isto nom teria sido possível, no entanto, de nom serem capazes os autores de conseguir elaborar determinadas fórmulas artístico-visuais capazes de possibilitar a compreensão por parte do observador, ainda que guardassem o formalismo de manter parcialmente oculta essa intencionalidade enaltecadora do poder, geralmente unipessoal, que tentavam transmitir.

Pode-se dizer, em termos gerais, que tal modo de formulação da potestade nom tinha sido conhecida no Mundo Clássico —embora sim no egípcio e no oriental— até a aparição do Alexandre Magno (356-323 a.C.), autêntico autoocrata ilustrado do seu tempo, criador dum modelo de monarquia triunfalista, próxima à divinição que, considerada também em geral, e coas devidas pontualizações e matizações espaço-temporais, mantivo-se vigente até os nossos dias, e quiçá continue a manter-se muito mais tempo ainda se nom o soluciona um autêntico milagre.

Dentro de semelhante retórica do poder e do culto ao dirigente carismático ocasional, de forma especial quando este nom tinha a necessária legitimação —som desnecessários os exemplos—, fôrom as fórmulas artísticas —arte e literatura principalmente—, as que se ocupárom de persuadir e demonstrar tanto a idoneidade como a legalidade de tais governantes. Para consegui-lo, a imaginaria do poder criou um modelo de retrato: figuras despidas, como as dos deuses, de tamanho superior ao normal, assemelhadas aos heróis antigos, e possuidoras de rostos apazíveis, como de seres benévolos.

Tratava-se de autênticas representações plásticas da “areté”, ou excelência física e moral. Segundo esta nova concepção, inicialmente propiciada por Alexandre, um grande home devia contar também com grandes qualidades. E importava mais o significado e o impacto que os artistas pudessem dar à sua expressom, ou à postura e à açom com as que o representavam, do que as suas autênticas traças físicas e psíquicas e, por suposto, do que a exactidom do próprio factu histórico.

Assim mesmo, a biografia —que inicialmente se ocupava somente dos filósofos— e a sua irmã espúria, a autobiografia, pugérom-se ao serviço desta ideia, encaminhada a converter a personagem de que se ocupavam, o mesmo que no caso da estatuária, num protótipo ou paradigma digno de ser invejado por todos. Os filósofos Platom (+347), e Aristóteles (+322) favoreceriam também esta tendência por causa da sua defesa da monarquia como forma ideal de governo.

Seriam aproximadamente do tempo destes os primeiros monumentos que no mundo Clássico se conhecem destinados a perpetuar a memória de alguém com a referida intencionalidade, como som os casos de Temístocles (+495), e Lisandro (+395). Eles representam o inicio do triunfal percurso do individualismo face o interesse polo colectivo que até o momento tinha caracterizado a civilização grega.

É muito já o que se tem investigado acerca de Alexandre Magno e da sua relação com este fenómeno, de jeito que na actualidade é possível fazer umha leitura desapassionada, mas também, e surpreendentemente, menos negativa do que se poderia pensar, dos seus monumentos e das descrições literárias que dele e do seu tempo se lhe fizérom em vida.

As diferentes imagens sob as que foi representado Alexandre —ninguém tinha sido tam retratado como ele— formam a essência da sua retórica do poder, basicamente destinada a persuadir do seu carisma e da sua capacidade para governar. Ele é ademais o próprio paradigma: um home nom alto, de pele branca —característica feminina—, pescoço débil, ligeiramente inclinado, barbeado, voz alta e rija, entrecelho feroz, olhos límpidos e húmidos, de olhar duro, e ao mesmo tempo terno, e riço ou “anastolé” sobre a frente, próprio do home leonino, protótipo da virilidade (Fig.1). O mesmo Aristóteles louva nos seus escritos este espécime leonino, de olhos afundidos. As de Alexandre fôrom representações capazes de ser entendidas por todos, nas que os autores procurárom salientar só as traças que lhes interessavam.

Mas nom é do Macedónio de quem nos imos ocupar neste pequeno trabalho. A nossa intenção é a de comprovar quanto a Arte dumha das épocas mais fecundas

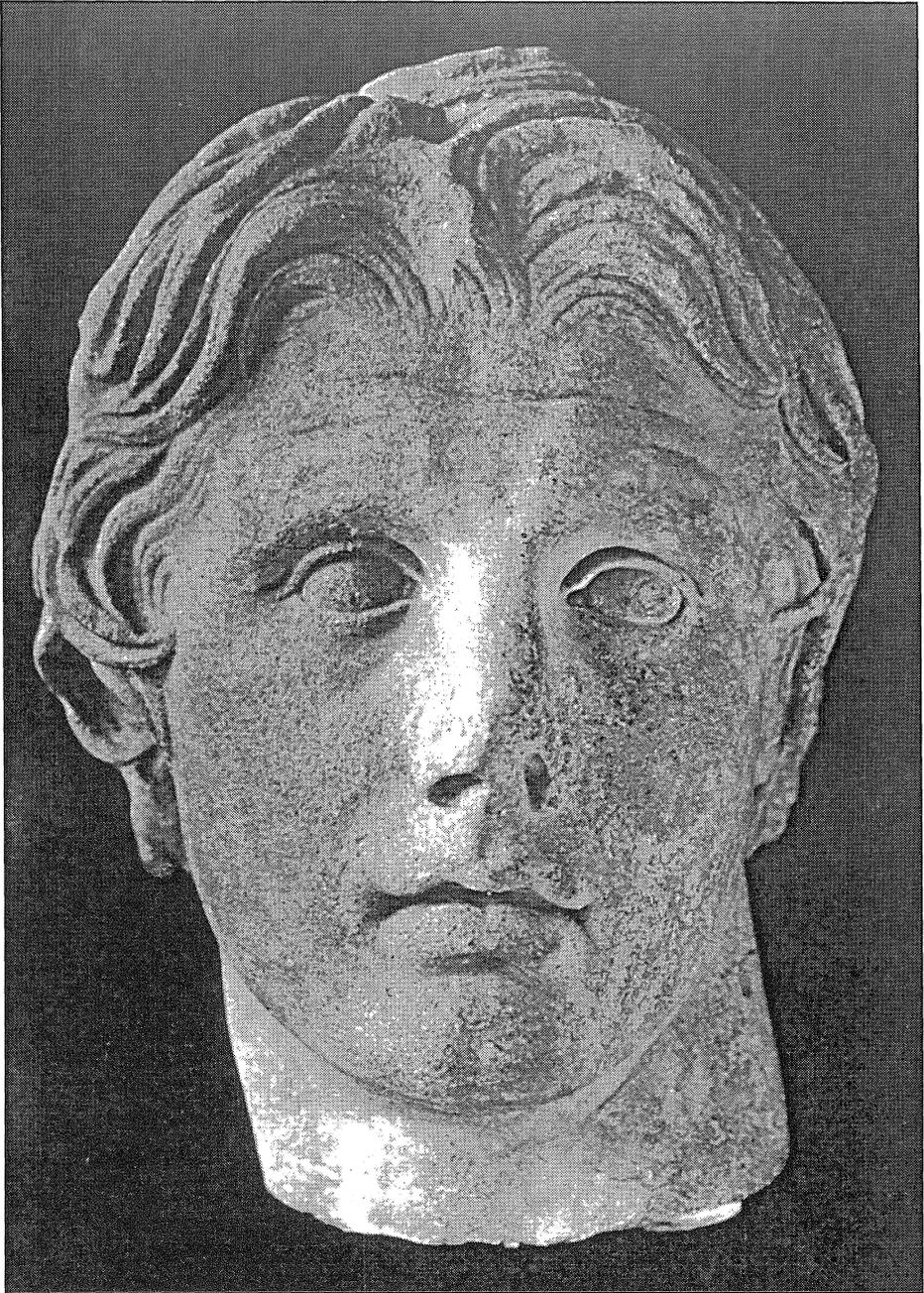


Figura 1: Cabeça de Alexandre existente no Museu de Istambul. E mui possível que seja da autoria de Lisipo. Nela podem-se advertir tanto a sua «anastolé» como a inclinação da cabeça.

e estudadas da História, como é a de Octávio Augusto (63 a.C. a 14 d.C.), em Roma, pode estar sujeita a este ideal da propaganda política a que nos acabamos de referir. E a ela imos dedicar as páginas que sequeuem.

A ARTE NOS TEMPOS DE OCTÁVIO AUGUSTO

O investigador alemão Paul Zanker afirmava em 1987 — e ao fazê-lo nom contradiz as teses defendidas por Arnold Hauser a partir de 1953 — que tanto os edifícios como as imagens reflectem o estado dumha sociedade, assim como os valores da mesma, as suas crises e os seus momentos difíceis. Por causa disto, qualquer transformação que se produza, em especial se esta afecta ao seu sistema político, «conduz a umha nova linguagem no âmbito das imagens, o qual por umha parte reflecte umha mentalidade em processo de mudança e, por outra, constitui umha achega essencial a essa transformação».

Com base em tais considerações, maioritariamente aceites pola investigação, resulta evidente que contamos com os meios ajeitados para tratar de formar umha opinião minimamente objectiva em relação ao tempo de Augusto, do que há abundantes mostras da sua arte. E imos tratar de consegui-lo através, de forma especial, de três das suas manifestações mais significativas:

A: O Mausoléu de Augusto (Fig.2).

B: A Estátua de Augusto, chamada da “Prima Porta” (Fig. 8).

C: O “Ara Pacis Augustae” (Figs. 12 à 16).

Mas, antes de o fazer, e para situarmo-nos adequadamente no espaço e no tempo, assim como para facilitar umha rápida ubicação dos comentários, riscaremos umhas breves considerações a respeito da arte romana, e sobre a história e a personalidade de Caio Octávio César AUGUSTO.

Admite-se que, em geral, a escultura romana tem dívida com os modelos gregos e helenísticos, assim como que na sua arquitectura predomina o mais absoluto dos utilitarismos. Outra das suas características é o facto de que o retrato romano representa umha inovação a respeito do grego, por ser mais importante nele o destaque do individual e inconfundível sobre a norma estética. Esta fidelidade com o original parece provir do costume, acreditado por Políbio (+118 a.C.) e Caio Plínio, (+79 a.C.), de conservar as máscaras funerárias dos defuntos, circunstância que se adverte nas traças afiadas do nariz, queixo, pómulos e boca dos retratados, que nom podem obedecer, para J. J. Martín González, senom ao facto de terem sido tomados do rosto dum cadáver.

No século I a.C., a que nos estamos a referir neste momento, assim como no seguinte, junto a esse realismo, advertem-se também claros indícios de idealização. Assim mesmo, a escultura romana é também fundamentalmente retratista. E os seus autores, umha grande parte dos quais era originária da Grécia, complementavam as suas obras com elementos metálicos, cerâmica, marfim, osso ou madeira, e davam-lhe tratamentos epidérmicos que lhes proporcionavam textura e cor. Tais estátuas eram, geralmente, policromas, sendo denominadas “Thoracatas”, se tinham coiraça, e “Togatas”, quando a personagem representada vestia toga. As

sedentes eram próprias para mulher, enquanto que as equéstrs, mui escasas, reservavam-se só para os Imperadores.

A influência grega —um povo autenticamente fascinado polo mundo heróico, no que os heróis representavam umha passagem intermédia entre a divindade e os mortais— tivera a sua maior importância depois da tomada de Corinto, acontecida no ano 146 a.C. A partir deste momento, tanto os militares como os patrícios romanos procedêrom a um saqueio sistemático das obras de arte gregas, ou a realizar, com muitíssima fidelidade e honradez, normalmente recorrendo a vazios, cópias das mesmas. Estas reproduções primam especialmente no sul itálico onde até as mesmas vilas reproduziam os ambientes gregos, exibiam as suas obras de arte, e os seus habitantes usavam mantos e sandálias gregas. Em Herculano, por exemplo, nom se adverte a utilização de temática romana nengumha na arte.

Voltando de novo ao retrato, é necessário lembrarmos agora o facto de que o artista helenista estivera sempre interessado no interior do indivíduo, no seu temperamento, ou no seu carácter, em contraposição com a ênfase da sua função pública, características que tratava de representar através tanto do rosto como do corpo do retratado, polo que devia recorrer constantemente às metáforas.

Ora bem, as metáforas visuais funcionam só se podem ser reconhecidas ou interpretadas polo espectador. Felizmente, os romanos, profundamente aculturados polo helenismo, segundo nos refere Quinto Horácio Flaco (+8 a.C.), e pode ser constatado através do estudo da sua arte, podiam, em geral, aceder à interpretação da maioria das metáforas helénicas, além das suas próprias, circunstância que nos poupa já, em parte, o caminho que estamos a encetar.

CRONOLOGIA DO PERÍODO AUGÚSTEO

À margem de quanto a História conseguiu averiguar e considerar ao respeito, contamos com um excepcional testemunho para valorizar a intencionalidade, assim como a pessoal visom e interpretação deste Imperador a respeito de muitos dos feitos da sua vida.

Trata-se da única das obras escritas por Augusto, poeta e autobiógrafo reconhecido, que sobreviveu à destruição. Denomina-se *Res Gestae Divi Augusti* ou *Ações do divino Augusto*, e é o monumento literário por meio do qual tentou impedir que o povo romano pudesse chegar a esquecer as campanhas, as reformas, ou as grandes realizações que tinha acometido em vida. Considera-se, também que é um extracto da *De vita sua*, outra das suas obras perdidas.

O seu texto foi encontrado no ano 1555, gravado nos muros da pronaos dum templo dedicado a ele e a Roma, na localidade de Ancira, hoje Ankara, a capital de Turquia. A inscrição tem um tamanho de 2,7 por 4 metros, por cada umha das caras, figurando no exterior do edifício a sua tradução ao grego. Segundo M. C. Howatson trata-se da reprodução dum dos documentos escritos polo Imperador que fôrom lidos no Senado à sua morte, e que, de acordo com os seus desejos, acabárom sendo gravados em bronze e colocados no exterior do seu Mausoléu, em Roma, segundo também afirma o seu biógrafo Caio Suetónio Tranquilo. Perdido o original da *Res Gestae*, o seu conteúdo chegou a nós graças nom só a este achado,

mas a outros semelhantes, aparecidos depois tanto em Antióquia, este só em latim, como em Apolónia, na sua versom grega. Factos estes que salientam a possibilidade de que tais comentários auto-enaltecadores tivessem sido expostos simultaneamente em diferentes pontos do Império.

A primeira edição autenticamente científica deste documento deve-se ao inevitável, e também por muitos motivos admirável, Theodor Mommsen, que a publicou em Berlim no ano 1883, ainda que já realizara outra menos perfeita e ambiciosa na década anterior. As versões castelhanas que conhecemos devem-se a Francisco P. de Samaranch, em 1969, e outras duas a Guillermo Fatás, em 1987. Nom sabemos de nengumha versom galega, a pesar de que o autor do texto seja a primeira personagem autenticamente histórica que detentou a autoridade sobre toda Galiza.

Desta *Res Gestae Divi Augusti*, procedem alguns dos comentários que ilustram, com toda a claridade de intenções, os factos cronológicos que imos examinar a seguir:

—63: 23-9: Nasce no bairro romano do Palatino, Caio OCTÁVIO, posteriormente, Caio Júlio César OCTAVIANO e, por último, AUGUSTO. A sua mai era sobrinha de Caio Júlio César.

Era, entom, Cônsul Marco Túlio Cícero (106-43).

Ano também da conhecida Conspiração de Catilina.

—58: Começa a Guerra das Gálias, que acaba no ano 50.

—55: Morre o poeta Tito LUCRÉCIO Caro.

Cneo Pompéu Magno termina o primeiro teatro de pedra de Roma.

—54: Morre o poeta Caio Valério CATULO.

—53: Derrota e morte de Marco Licínio CRASO, em Carras, a mãos dos partos.

—49: Principia a Guerra Civil entre César e Cneo POMPÉU Magno.

—48: Batalha de Farsália. Derrota de POMPÉU, que morre em Egipto.

—46: Júlio César inaugura o Foro Júlio, no centro de negócios de Roma, comemorando a sua vitória em Farsália. Nele ergueu um templo a Vénus Genetrix, mítico ancestro da “Gens Iulia” assim como umha estátua eqüestre sua.

—45: Octávio é adoptado por Júlio César, que o envia a Apolónia (na actual Albânia, ao sul de Durrachium) para ampliar estudos.

Passa depois a chamar-se Caio Júlio César Octaviano.

—44: 15-3: Assassinato de Júlio César em Roma.

Octávio volta a Roma, e exige o Consulado plantando as suas legiões às portas da cidade. Inicia assim a sua luta de treze anos polo poder. Ao longo da sua vida ostentaria também 13 vezes o indicado cargo, onze delas seguidas.

Aos dezanove anos de idade levantei, por decisom pessoal e a meu cargo, um exército que me permitiu devolver a liberdade à Republica, oprimida polo domínio dumha façom (*Res Gestae*, 1).

No mês de julho aparece o “sidus Iulum”, um cometa, distinto do Halley —este passou no 86 e no 11 a.C.— que se deixou ver durante 7 dias. Este sinal seria incorporado a todas as estátuas de César, assim como ao capacete de Octávio, moedas e anéis, por ordem deste.

Ao final do ano reivindica perante a estátua de César os seus direitos.

- 43: Assassinato de Marco Túlio CÍCERO, quem, pouco antes comparara no Senado Octávio com Alexandre Magno.

2-1: É aprovada a construção dum monumento equestre a Octávio.

7-1: Octávio investido com o “imperium” militar.

Como recompensa, o Senado, por meio de decretos honoríficos, admitiu-me no seu seio, concedendo-me a categoria senatorial equivalente a dos Cônsules. Conferiu-me a missão de velar pelo público bem-estar e nomeou-me Cônsul e Triúnviro responsável pela reconstrução da República. (*Res Gestae*, 1).

Nasce o poeta Públio OVIDIO Naso.

Lei de Públio Tício concedendo aos triúnviros poderes ilimitados por CINCO ANOS.

- 42: 23-10: Marco ANTÓNIO, Marco Emílio LÉPIDO, e OCTÁVIO, vencem em Filipos, Macedónia, a Bruto e Cássio, assassinos de César, que resultaram mortos.

Proscrevim aos assassinos de meu Pai, vindicando o seu crime por meio dum juízo legal, e, quando mais tarde levárom as suas armas contra a República, vencim-nos por duas vezes em campo aberto. (*Res Gestae*, 2).

Octávio consegue impor o culto estatal a César, deificado como “Divi Iulius”, passando ele a ser “divi filius”.

Por este tempo usava um carimbo com a effigie da Esfinge, símbolo de Apolo e do “Regnum Apollinis”, anunciado pela Sibila de Cumas vários séculos antes.

- 41: Com aproximadamente 22 anos de idade, Octávio divorcia-se da sua segunda esposa, Cláudia, e casa por terceira vez com Escribónia, que já estivera casada também duas vezes.
- 40: Paz de Brindísi: Divisom do Império entre Octávio, Marco António e Lépidio. Marco António casa com Otávia, irmã de Octávio.
- 38: 17-1: Octávio casa por quarta e última vez com Lívía Drusila, mai já de Tibério, divorciada de Tibério Cláudio Nerom.

As posses romanas na Península Ibérica declaradas tributárias. Começa a ERA HISPÁNICA.

- 36: Octávio vence a Sexto Pompeu frente a Messina, e destitui Lépidio, sendo-lhe conferida a potestade de TRIBUNO de por vida.
Octávio é representado despido numha estátua inspirada no Possedom de Lisipo (Século IV a. C.)
- 32: Publicação ilegal do testamento de Marco António, que acabava de divorciar-se da sua irmã.

Octávio restaura o teatro de Pompeu em Roma.

Por estas datas Octávio fai-se retratar nas moedas, assimilado à divindade, como os reis helenísticos. Era, entom, já de domínio público o seu autêntico pai ser o deus Apolo.

- 30: Agosto: Tomada de Alexandria. Morrem Marco António e Cleópatra. Octávio permite que continue a construção da sua tumba.

Octávio coloca umha coroa de ouro e cobre com flores a urna que guardava os restos de Alexandre Magno, em Alexandria.

Começa o “principado” de Octávio, assim como a celebrar-se oficialmente o dia 23-9, data do seu nascimento, como dia venturoso.

O nome do Octávio incluído nas preces do Senado e do Povo aparecendo também nos hinos sálicos e nos brindes, tanto públicos como privados.

Por este tempo usava já Octávio um carimbo com a efigie de Alexandre. Posteriormente utilizará a sua própria imagem.

- 29: Fim da República: Octávio retorna a Roma onde celebra um triplo Triunfo, sobre Ilíria, Egipto e Accio. É-lhe conferido por lei o título de “Imperator” que levava usando já vários anos.

Em honra à vitória sobre Marco António, Octávio procede ao encerramento do templo de Jano em Roma, feito que acontecia por terceira vez na história da cidade.

O templo de Jano Quirino, que os nossos antepassados desejavam permanecesse clausurado quando em todos os domínios do povo romano se estabelecesse vitoriosamente a paz, tanto na terra como no mar, nom fora fechado senom em duas ocasiões, desde a fundação da cidade até o meu nascimento. Durante o meu Principado, o Senado determinou em três ocasiões que devia ser encerrado. (*Res Gestae*, 13).

Octávio dá a conhecer o seu programa de restauração moral.

Reorganização e fundação dos Colégios Sacerdotais.

Remata a construção do templo em honra ao “Divi Iulius” no Foro, ainda que vinha aparecendo representado já nas moedas desde polo menos o ano 36 a. C.

VITRÚBIO Poliom publica *De Architectura*.

Públio VIRGÍLIO Marom publica *Georgicas*.

- 28: Sexto consulado de Octávio, e Príncipe do Senado.

Som oferecidos votos “pro valetudine” (pola saúde) de Octávio.

Submetimento dos povos Aquitanos.

9-10: Consagração do Santuário a Apolo no Palatino, em reconhecimento pola sua ajuda em Accio. Segundo Caio Suetónio foi erguido na parte da residência de Octávio destruída por um raio. Principia assim um programa que lhe permitirá a reconstrução de 82 templos em Roma.

- 27: 13-1: Octávio pom os seus poderes de Triúnviro nas mãos do Senado, para que poda ser restaurada a República. O Senado pede-lhe que continue 10 anos mais.

Três dias mais tarde, o 16-1, é-lhe concedido o título de AUGUSTO. Pouco depois, o mês “Sextil” passa a ser chamado “Augustus”, na sua honra, pois nele obtivera, segundo afirmam Caio Suetónio e Teodósio Macrôbio, o seu primeiro consulado e as suas mais importantes vitórias.

Durante os meus consulados sexto e sétimo, logo de ter acabado a Guerra Civil, com os poderes absolutos que o geral consenso me tinha confiado, decidim que o Governo da República passasse do meu arbítrio ao Senado e ao povo romano. Por tal meritória açom recebim o nome de Augusto. As colunas da minha casa fôrom ornadas oficialmente com loureiros. Desde entom fum superior a todos em autoridade, mais nom tivei mais poderes que qualquer outro dos que fôrom os meus colaboradores nas magistraturas. (*Res Gestae*, 34).

Arco Triunfal a Augusto na Via Flamínia.

Augusto divide e classifica as províncias em Senatoriais —as que se encontravam submetidas e em paz—, e Imperiais, as nom submetidas por completo e precisadas da presença das tropas. A nova província denominada Lusitânia, que durante aproximadamente 15 anos abrangeria também a Gallaecia, incluída entre estas últimas, quer dizer, entre aquelas que precisavam tropas, por nom estarem ainda controladas.

A finais do ano, Augusto, agora também “princeps civitatis” (primeiro cidadão), logo de criar a sua Guarda Pretoriana, e abrir de novo as portas do Templo de Jano, chega a Tarraco (Tarragona).

Marco Vipsanio AGRIPA inicia em Roma a construção do PANTEOM, destinado a acolher a todos os deuses.

Culto a Augusto na ilha grega de Mitilene.

—26: 1-1: Oitavo consulado de Augusto.

Augusto no norte da Península à frente de 70.000 homes, e da frota da Aquitânia, para dirigir a campanha contra cántabros, astures e galaicos. Instalaçom em Arlês, e provavelmente também noutras cidades dumha copia em bronze do “Clipeus Virtutes” de ouro de Augusto.

Partindo do que hoje é Braga, os legados romanos Caio Antístio Vetus e Caio Fírmio, tomam a fraga de Lugo e acabam algo mais tarde com a resistência do “Monte Medúlio”, de discutida e imprecisa ubiquaçom, ainda que muito provavelmente, tal como afirma o historiador Paulo Orósio, próximo ao rio Minho. Estes factos permitírom acabar a conquista romana do actual território da Galiza.

—25: Tito Lívio escreve *Ab Urbe Condita libri*, ou *História de Roma desde a sua fundaçom*.

Possível data da fundaçom de César Augusta (Saragoça).

Culto a Augusto em Tarraco.

Dezembro: Augusto abandona Tarraco.

—24: Ao chegar a Roma, Augusto fai fechar o templo de Jano por quarta vez, pola sua vitória sobre os povos do norte peninsular, ainda que a guerra continuaria vários anos mais.

Décimo consulado de Augusto.

- 23: Descobre-se um compló contra a vida de Augusto, quem decide renunciar ao seu cargo do Consulado o 1-7, recebendo a cámbio, de por vida, a potestade Tribúncia que lhe conferia o controlo total do estado.

A execução dum dos conspiradores, Varron Murena, cunhado de Caio MECENAS, conselheiro de confiança de Augusto, esfriou as relações entre ambos.

- 20: Campanha contra os partos e repatriaçom, sem luta, das insígnias perdidas no ano 53 por Marco Licínio CRASO.

- 19: Augusto retorna de Síria. O Senado acorda construir na sua honra a “Ara Fortunae Reducis” (Ara à Fortuna do Retorno) na Porta Capena, acesso a Roma desde Sul, o ponto por onde este o tinha feito.

Construi-se também um Arco em comemoraçom da sua vitória sobre os partos nas imediações do templo do “Divus Iulius”, ainda que esta nom fora mais que diplomática.

Morre o poeta Públio VIRGÍLIO Maron.

Ainda em contra dos desejos deste, Augusto fai publicar a sua inacabada *Eneida*. Virgílio tinha sido colaborador seu nas tarefas de regeneraçom moral, o mesmo do que os autores Quinto Horácio e Tito Lívio.

Fim da chamada Guerra contra Cántabros e Astures.

Morre o poeta elegíaco Álbio Tíbulo.

É realizada umha cópia em mármore dumha estatua de Augusto, a agora conhecida como da “Prima Porta”.

- 18: Novas medidas de Augusto destinadas à regeneraçom familiar, seriamente corrompida: “Leges Iuliae”, baixo o signo de Apolo, símbolo da moral e a disciplina quem, como cantante e tocador de cítara, era também o deus da paz e a reconciliaçom.

- 17: Emissom de denários com o retrato de Augusto divinizado, com o mesmo penteado da sua estatua da Prima Porta, assim como com o cometa aparecido neste ano, sobre a sua cabeça, em clara alusom ao “Sidus Iulum” do ano 44. Um signo da perdurabilidade tanto do estado como da Dinastia Iulia.

Começa a “Idade de Ouro”, que se celebrou com grande solenidade e cerimonial sob a denominaçom de Jogos Seculares. Para eles compujo Quinto HORÁCIO Flaco o seu *Carmen Saeculare*, que foi cantado no templo de Apolo por crianças com vestimentas brancas.

- 16: Augusto nas Gálias.

- 15: Morre, aos 30 anos de idade, o poeta elegíaco Sexto PROPÉRCIO.

- 14: Restauraçom da basílica Emília.

- 13: 4-7: Retorno de Augusto. O Senado acorda entom consagrar o “Ara Pacis Augustea” no Campo de Marte. Por ter acedido aquele à cidade desde

Norte pela Via Flamínia, este Ara foi situado próximo à correspondente porta.

Augusto eleito “Pontificex Maximus”.

—12: Morre o que fora Triunviro, Marco Emílio LÉPIDO.

Morre Marco Vipsário AGRIPA, braço direito de Augusto.

6-3: Augusto consagrado “Pontificex Máximus”. Construção dum santuário a Vesta, na sua casa do Palatino.

Umha moeda deste ano mostra Augusto ajudando a erguer-se à “Res Publica”

—11: Acaba a construção do Teatro Marcelo.

—10: Inauguração do “Solarium Augusti”, gigantesco relógio solar, dotado com um gnómon de 30 metros de altura, trazido de Egipto (Fig. 16).

— 9 : 30-1: Augusto fai sacrifícios ao seu “antepassado” Eneas de Tróia. O “Ara Pacis”, acabado rapidamente, recolhe a cena deste sacrifício em dous dos seus relevos (Figs. 12 e 13).

“Lex Papia Poppaea”, de Augusto, suavizando as medidas da sua anterior “Lex Iulia”, destinada à regeneração matrimonial.

— 8 : Morre Caio MECENAS, o mais famoso patrocinador literário.

Morre Quinto HORÁCIO Flaco, mestre da sátira literária. Nas suas obras apoiou as iniciativas de regeneração familiar, a luta contra o luxo e a idealização dos velhos costumes, que Augusto pretendia.

Augusto encerra por quinta vez na história o templo de Jano, comemorando as vitórias de Tibério sobre os germanos.

— 6 : Tibério deportado à ilha de Rodes por desavenças com Augusto.

— 3 : Restauração do templo da “Grande Mãe dos Deuses”.

— 2 : 5-2: Augusto recebe o título de “Pater Patriae”, e rejeita o de “Dictator”, assim como os 24 fasces que o simbolizavam.

Augusto limita por meio da “Lex Fufia Caninia” a libertação de escravos por testamento.

Finaliza a construção do Foro de Augusto, de 110 por 83 metros, imediato ao templo de Marte Vingador. Tinha sido por ele prometido no ano 42, depois da batalha de Filipos.

Quando exercia o meu décimo terceiro consulado, o Senado, a Ordem dos Cavaleiros Romanos e o povo romano inteiro, designáram-me Pai da Pátria, e decidírom que o título devia de gravar-se na entrada da minha casa, na Cúria, no Foro de Augusto, e nas quadrigas que, com ocasiom dum senado consulto foram erigidas na minha honra.

Augusto fai representar a batalha de Salamina numha Naumaquia artificial construída na margem direita do Tíber, enfrente quase do Circo Máximo.

Oferecim ao povo o espectáculo dumha naumaquia, na outra beira do Tíber, onde hoje está o Bosque Sagrado dos Césares, num estanque escava-

do de 1800 pés de longo e 1200 de largo. Tomárom parte nela 30 naves, triremes ou birremes, fornecidas com esporões, e um número ainda maior de barcos menores. A bordo destas frotas combatêrom, sem contar os remeiros, uns 3000 homes. (*Res Gestae*, 23).

4 : Tibério é designado sucessor de Augusto.

“Lex Aelia Sentia”, limitando a libertação de escravos.

9 : Augusto desterra o poeta Públio OVÍDIO Naso (+17 d.C.)

O germano Armínio esmaga aos romanos Teutoburgo

14: 19-8: Morre Augusto. A sua viuva, Lívia, retira-se a umha residência próxima à Prima Porta, na Via Flamínia.

O Senado acorda denominar “Século de Augusto” o período compreendido entre o dia do seu nascimento e o da sua morte.

A PERSONALIDADE DE OCTÁVIO CÉSAR AUGUSTO

Tal como pode ver-se no resumo cronológico que acabamos de apresentar, Augusto fizo umha carreira autenticamente meteórica a partir do momento, —março do ano 44 a.C.—, em que seu pai adoptivo, Júlio César, foi assassinado. Sem pretender significar com isto que só perseguisse beneficiar-se de semelhante circunstância, a realidade contrastável é a de que a utilizou profunda e demagogicamente. E que quantos louvores concedeu ao defunto, como por exemplo o da divinização, parecem pensados como para contribuir à exaltação de si próprio, “o filho do Divino”.

Por se na referida exposição nom ficasse devidamente clara esta postura sua, incidamos nos factos de que Augusto se fizo representar nas moedas assimilado à divindade, o mesmo que os monarcas helenísticos, e que, como estes, tampouco tivo excessivos remorsos em eliminar os seus rivais políticos, nem os filhos dos mesmos, utilizando também o título de Imperador muito antes de ser-lhe concedido. Permitiu, ou quiçá mesmo a procurou, a inclusom do seu nome nos pregos, nos hinos sálicos, e nos brindes, tanto públicos como privados. Ajuntou na sua pessoa as máximas honras e todos os poderes possíveis, recebeu toda classe de triunfos e, por último, também nom foi alheio ao facto de ter sido objecto de culto já em vida.

O Senado decretou que, cada quatro anos, Cônsules e sacerdotes oferecessem votos pola minha saúde. Assim mesmo, nas suas casas e nas municipalidades, todos os cidadãos, sem excepção e unanimemente, fizêrom todo tipo de cerimónias pola minha saúde em toda classe de lugares sagrados. O Senado fizo incluir o meu nome no cántico dos sacerdotes Sálíos e umha lei prescreveu que possuiria, a perpetuidade e de por vida, carácter inviolável a minha pessoa e a potestade dos Tribunos da plebe. (*Res Gestae*, 9 e 10).

Também nom pode ser esquecida a intencionalidade com a que fizo publicar, em contra dos desejos do seu autor, o poeta Virgílio, a sua obra “Eneida”, que vinculava a Roma com Tróia e convertia-o a ele em descendente tanto da deusa Vénus como do Troiano Éneas, circunstância esta que lhe permitiu colocar as estátuas dos seus antepassados mais significados na Êxedra do Templo de Marte.

A esfinge que vinha utilizando desde cerca do ano 42 como carimbo simbolizava Apolo Salvador. Apolo foi, assi mesmo, a consigna utilizada nesse mesmo ano na batalha de Filipos, e à sua ajuda pessoal fizo crer que se deveu mais tarde a sua vitória militar sobre Marco António e Cleópatra, em Accio. A este deus dedicou um santuário anexo ao seu domicílio, numha parte do mesmo abatida por um raio —meteoro a que tinha autêntico pavor— seguramente com o objecto de buscar a sua protecçom. Sem embargo acabou por substituir esta esfinge por um retrato de Alexandre Magno, pouco depois da sua visita ao mausoléu deste em Alexandria, feito, como logo imos ver, indicativo e determinante das suas subseqüentes atitudes.

No aspecto positivo, indiquemos que a sua actividade construtora foi enorme, tanto em Roma como nas restantes vilas do império. Prosseguido o labor já iniciado por Júlio César, encaminhado a corrigir aquela Roma tam abafada polas deficiências que o próprio Filipo de Macedónia (+336 a. C.) se burlou dela, Augusto poderia chegar a dizer um dia, com razom, «que lhe entregaram umha cidade de tijolos, e deixava umha de mármore».

Soubo fazer-se ajudar nas suas tarefas pola mensagem escrita dos principais autores do seu tempo, e tratou de ganhar o povo celebrando o maior número de jogos e espectáculos da história romana. Fizo, ademais, do campo de Marte um autêntico Foro Cultural.

É discutível, porém, que as suas actuações, assim como a mençom deturpada e interessada dos seus logros, ou a ocultaçom de todos os seus fracassos, assim como das suas derrotas militares, que se advertem na *Res Gestae* nom perseguissem a sua própria exaltaçom, mas sim, como pretende Paul Zanker, que obedecessem só aos seus desejos de se mostrar como um modelo a imitar. Trata-se, evidentemente, dumha opiniom mui respeitável. Mas o facto de o conteúdo dessas quase patéticas afirmações sobre si próprio terem sido difundidas, quiçá simultaneamente, por inúmeros pontos do império, fai-nos pensar em qualquer outra intençom mais oportunista e menos desinteressada pola sua parte. Vejamos, senom, o começo das mesmas, segundo figura no templo de Ancira:

Texto que é cópia da Acções do Divino Augusto, com as que sujeitou ao Universo Mundo ao domínio do povo romano, e das munificências que fizo à República e ao povo de Roma, escritas em duas colunas de bronze, que se encontram em Roma.

A reforma moral e a dignificaçom do matrimónio que pretendeu também nom tivérom os resultados que procurava. Nem sequer pudo ser ele próprio um exemplo, pois, à parte de ter sido sexualmente promíscuo, segundo nos refere Caio Suetónio, casou nada menos que quatro vezes, a última com Lívia Drusila, depois de lha arrebatat ao seu anterior marido, estando grávida deste. A esta, porém, sim lhe seria fiel ao longo dos 52 anos que lhe ficavam de vida.

Sabidas estas circunstâncias, passemos agora a conhecer quanto a respeito do seu aspecto físico sabemos. Para isto contamos com as palavras que lhe dedica Caio Suetónio Tranquilo em *De Vita Caesarum*:

«Augusto estivo dotado dumha beleza de formas e dumha finura de traças extraordinárias. Pola contra nom mostrava interesse por nengumha

classe de enfeitamento, e no arranjo do cabelo chegava a tal extremo a sua incúria que o fazia cortar a toda presa por vários cabeleireiros a um tempo».

«A barba umhas vezes pelava-a e outras barbeava-a».

«A expressom do seu rosto irradiava tranqüilidade e serenidade» (Figs. 5 a 8).

«Tinha os olhos claros e transparentes. Desejava mesmo que se cresse que umha espécie de magnetismo divino animava a sua olhada, e gostava de que baixassem a vista como deslumbrados polo resplendor dum sol, quando fitava alguém».

«Os seus dentes estavam separados, e eram pequenos e irregulares. O pelo levemente riço e quase loiro. O nariz algo mais proeminente no seu arranque, e um pouco rebaixado no seu remate. A cor da pele entre parda e branca. A estatura baixa, mas bem dissimulada pola adequada proporçom dos seus membros, de forma que nom se lhe notasse mais que por comparaçom com alguém mais alto, que se pugesse ao seu lado. Contodo, Júlio Marato, liberto e arquivista de Augusto, diz que media cinco pés e três quartos (1,70 m). Usava calçado alto.

«Afirma-se que tinha manchas no seu corpo, estendidas polo peito e o ventre».

«Ressentia-se do quadril, da coxa e da perna esquerda, até o ponto de fazê-lo coxear nom poucas vezes. Mas conseguia manter-se erguido e corrigir o desequilíbrio graças a um sustento feito de canas sujeitas por correias».

«Às vezes sentia-se mui débil do dedo índice da mão direita, que se lhe garrotava com o frio e contraía de jeito que tinha que suplementá-lo com um anel de corno, e mesmo assi, quase nom podia servir-se dele para escrever».

Os parágrafos aqui reproduzidos representam, evidentemente, um panegírico laudatório, e devem ser contemplados mesmo com lupa. Através deles adverte-se, porém, que, por mais que Caio Suetónio se considere na obriga de tratar de nos convencer da formosura do Imperador, o seu desleixo pessoal, as deficiências da sua dentadura, ou a sua coxearia, nom o ajudam no intento. O qual induz a sérias dúvidas a respeito da exactidom da descriçom, ainda que no-lo mostrem autenticamente belo os mais de 140 retratos que de Augusto se conservam. Tampouco parece mui próprio que pudesse medir cinco pés e três quartos de altura, como indica o seu arquivista Marato, quando o autor que recolhe esta opiniom considera-o mais bem pequeno. A nom ser que o referido comprimento incluísse também o calçado alto que, para dissimular a sua relativa pequenez, utilizava.

O mesmo que já antes advertíramos acerca da influência helenística em quanto com as actuações de Augusto se relaciona, a descriçom de Caio Suetónio mostra um mais que suspeito paralelismo a respeito da figura de Alexandre Magno. O facto de que Augusto utilisasse um carimbo com a efigie deste, induz a suspeitar que devia de tê-lo tomado como modelo ideal. Polo menos a partir do ano 30 a.C. data em que o homenageara na sua tumba, e possivelmente também na que começou a vestir a clámide grega.

No físico era formoso e dumha enorme resistência à fadiga. A sua inteligência era penetrante, o seu valor estremado. Ninguém amava mais do que ele a glória e o perigo, nem era mais solícito no cumprimento dos seus deveres para com os deuses. Tinha um completo domínio dos prazeres do corpo e nada mais que se mostrava insaciável nos dos espírito, pola glória que reportam.

Som palavras de Flávio Arriano, tomadas da sua *Anábise de Alexandre*, e serem-nos de oportuna ilustração ao que acabamos de comentar.

Entre as semelhanças e dependências que salientávamos, encontram-se as de que nengum dos dous fosse alto. Assim ambos tinham a pele branca, ambos os olhos límpidos, e ambos o cabelo claro e rizado (Fig. 1 e 5 à 8). Nom era coincidente Augusto, porém, com a moral sexual, o avio pessoal, a inclinação da cabeça, ou a dureza da olhada do macedónio, ainda que tratou de conseguir efeitos semelhantes ditando leis moralizadoras, ou tentando que os outros aceitassem que possuía um magnetismo divino na olhada. Também nom pudo competir nunca com aquele em capacidade militar. Por último, as peculiaridades dos ríços do seu cabelo, tal como no-lo descreve Suetónio, também nom som alheias às do de Alexandre.

Tais similitudes descobrem um indício de interesse pola sua parte para se aproximar no possível a Alexandre, que, de confirmar-se nesta análise, poriam em juízo o próprio realismo das representações que de Augusto se conservam.

Mas, as suas pretensões de semelhança nom acabam aqui. Podemos passar por alto a afirmação de Sexto Pompeu (+36 a.C.), de que Augusto era efeminado — outra das características que se atribuem a Alexandre—, já que procede da boca dum inimigo, e poderia nom ser exacta. Mas já nom a intencionalidade que se oculta na difusom serôdia duns pretensos agoiros que precederam ao nascimento de Augusto, em todo semelhantes aos que anunciaram o de Alexandre, que mui dificilmente poderám ser considerados como nom inspirados por estes. E que, assim como o Macedónio chegou a crer que a sua mai jazera com Zeus, acerca da de Augusto pretendeu-se que fora com Apolo com quem se tinha deitado.

Alexandre tivo sérias dificuldades para que os gregos e os macedónios admittissem a sua pretensa divindade. O mais que conseguiu foi que o tomassem com sarcasmo. Nisto foi ultrapassado por Augusto que recebeu culto em vida, e o mais eminente poeta do seu tempo, Virgílio, mesmo lhe fabricou umha dupla ascendência divina, como foi a de fazê-lo descendente tanto de Vénus como de Éneas.

Assim mesmo, dado que Alexandre enchera o seu mundo de Alexandrias, Augusto, para nom ser menos, “fundou” também numerosas cidades com o seu nome. Para nom nos exceder na sua enumeração, citemos tam só as mais conhecidas e próximas a nós, como Lucus Augusti, Astúrica Augusta (Astorga), Brácara Augusta, Augustóbriga, Emérita Augusta (Mérida), Augusta Gaditana, ou César Augusta (hoje Saragoça).

Fundei cidades militares coloniais em África, Sicília, Macedónia, em ambas as Hispánias, em Acaia, em Síria, na Gália Narbonense e em Pisídia. Em Itália há vinte e oito colónias fundadas baixo os meus auspícios (*Res Gestae*, 28).

Augusto, o mesmo que o macedónio, fizo sacrifícios a Dioniso em certo altar da Trácia, e também a ele aconteceu o prodígio de que se produzisse, ao fazê-lo, umha labareda que se perdeu no céu.

Nom parecem gratuitas semelhantes coincidências, pois nom em vão, perante o túmulo de Alexandre, segundo também nos transmite Caio Suetónio, Augusto chegara a afirmar que «quigera ver um rei». Casualmente isto acontecia uns meses antes de que fosse declarado “Imperator”.

TRÊS MOSTRAS DA ARTE AUGÚSTEA

Admitido, como antes indicamos, o princípio de que a arte e as imagens refletem o estado dumha sociedade e os seus valores, assim como que qualquer transformação na mesma conduz a umha nova formulação no âmbito das suas representações, imos tentar comprovar agora a repercussom que pudo ter na arte romana a chegada de Augusto ao poder, se a produçom artística deste período reflecte o seguimento do modelo de Alexandre que as leves considerações que acabamos de realizar parecem apontar, e, por conseguinte, se o mesmo que tinha feito o macedónio, pudo ter sido utilizada a arte polo romano como umha forma mais de propáganda e de legitimizaçom política.

E imo-lo fazer, de forma especial, através das três obras que antes indicáramos.

A: O MAUSOLÉU DE AUGUSTO

Ainda que nom existe unanimidade entre os autores, parece que a construçom deste Mausoléu foi iniciada quando o futuro primeiro Imperador de Roma contava apenas 30 anos. Quer dizer, arredor do ano 33 a. C., quiçá como reacçom perante o facto de ter sabido entom que Marco António pretendia ser exumado em Alexandria, e que ali estava a se construir umha tumba. Marco António divorciaria-se da sua irmã no ano seguinte.

O futuro panteom de Augusto foi situado ao norte do Campo de Marte, (Fig. 2), a escassa distância do Tíber. Um lugar que com a passagem do tempo se converteria na actual “Piazza Augusto Imperatore”, em Roma. Alguns documentos consideram-na um Mausoléu, mas também aparece denominado como “Tumululus Iuliorum”, sem dúvida a causa da pretensom do autarca de que servisse também de lugar de enterramento para os seus familiares. Casual ou de jeito deliberado, o Campo de Marte era também o lugar ao que, havia 113 anos, tinha deslocado Quinto Cecílio Metelo, como botim de guerra, o famoso monumento talhado por Lisipo em bronze à vitória de Alexandre no rio Gránico.

No ano 28 a. C. os trabalhos de construçom estavam já o suficientemente adiantados como para permitir o acesso do público aos parques que o rodeavam.

Estruturalmente (veja-se a fig. 2), este mausoléu consistia numha construçom circular de mármore, de 87 metros de diâmetro, da que, o muro exterior, chegava aos 9 metros de altura. A forma de cilindro interior, que sustinha no seu remate umha estátua do Imperador, media uns 40 metros, também de alto. Entre ambos os corpos havia umha encosta, com árvores. No interior fôrom desenhados quatro corredores concêntricos, unidos entre si. Neles, no seu momento, fôrom depositadas as cinzas de Augusto e da sua família. Assim mesmo, diante da entrada havia dous obeliscos; os mesmos que na actualidade poder ser contemplados nas praças romanas do Quirinal e do Esquilino.

O geógrafo grego Estrabom (64 a. C., a 24 d. C.), que tivo ocasiom de contemplá-lo já acabado, afirma que a estátua do Imperador era de bronze.

Trata-se, pois, dumha obra grandiosa, e de grande massa, sem precedentes sequer aproximados em Roma. Umha boa parte dos estudiosos, Paul Zankle entre

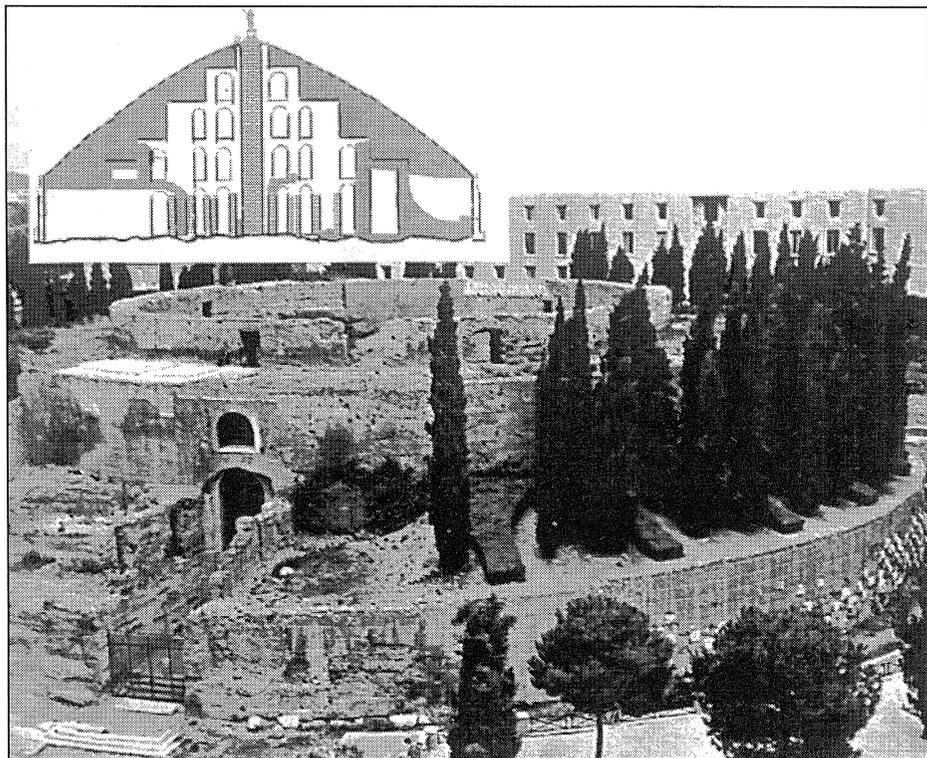


Figura 2: Restos do Mausoléu de Augusto em Roma, acompanhados polo corte de umha das reconstruções ideais que do mesmo se figérom.

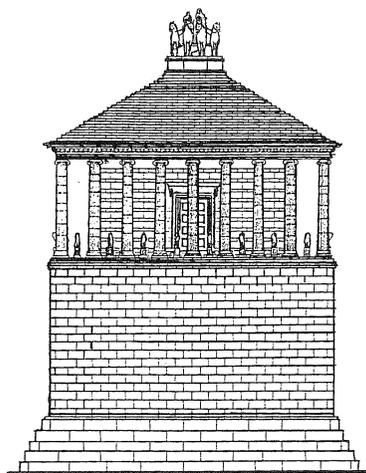


Figura 3: Reconstrução hipotética do Mausoléu de Halicarnaso.

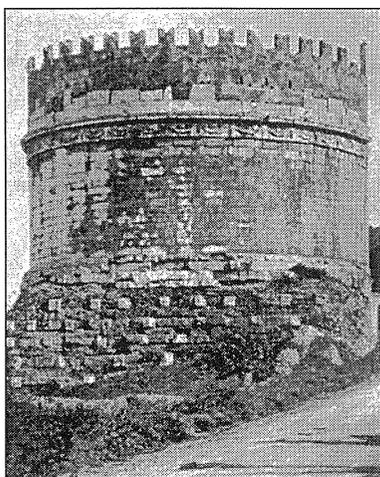


Figura 4: Mausoléu de Cecilia Metela, na Via Appia, de arredor do 30 a.C.

eles, encontra a sua estrutura escassamente coerente, ambígua, e mesmo ausente dumha mensagem clara, a nom ser a de pretender demonstrar grandeza e poder. O facto de ter sido iniciada antes de Augusto ter alcançado o seu mais alto ponto parece ser outro indício do ambicioso dos seus objectivos já naquele momento.

Também nom estám de acordo os analistas acerca de se o esquema desta obra é itálico-etrusco, como consideram alguns, ou deve ser considerado como de influência monárquico-helenística. Assim mesmo resulta mais que discutível, como pretendem outros, que o seu desenho procurasse reproduzir o célebre Mausoléu de Halicarnaso (Fig. 3). Este tinha sido construído em honra do rei Mausólou de Cária, depois do ano 353 a. C., e realizado por umha autêntica plêiade de artistas, entre eles Scopas, Bryaxis, Pithias, Timóteo e Leocares. Mas umha pormenorizada análise tanto das descrições que sobre ele se conservam como dos desenhos realizados com base em tais descrições, permite descobrir enormes diferenças estruturais entre ambos os monumentos. Por outra parte, adverte-se umha certa semelhança, a nom ser no tamanho, entre o panteom de Augusto e o seu coetâneo, a tumba de Cecília Metela, filha do Cônsul Quinto Metelo Crético e esposa de Marco Licínio Crasso, morto frente aos partos no ano 53 a. C. (Fig. 2 e 4).

B: A ESTÁTUA DA “PRIMA PORTA”

Houvo muitíssimas estátuas de Augusto em Roma. Tantas que, segundo nos refere Caio Suetónio, e recolhe Alfonso Jiménez Martín, em certo momento o próprio Imperador decidiu fundir oitenta delas para fazer umhas trépias de ouro para o templo do Apolo, o deus do que pretendia ser descendente. Embora isso, ainda subsistem hoje umhas 140 representações suas, o que fai pensar que no tempo histórico por ele influído deveu haver umha quantidade autenticamente assombrosa. (Fig. 5, 6, 7 e 8).

De entre elas é a da “Prima Porta” (Fig. 8) a mais memorável. Foi encontrada o passado século nos arrabaldes de Roma, no chamado “Pomero” ou Recinto Sacro, onde a Via Flaminia, a que unia Roma com o norte. A este lugar retirara-se a sua esposa Lívia Drusila, ao ficar viúva no ano 14 d.C. Na realidade nom é mais do que umha cópia em mármore que esta mandara fazer, reproduçom, segundo António Blanco Freijeiro, da sua estátua predilecta, ligeiramente posterior ao ano 20 a.C., de bronze ou de ouro. Esta da “Prima Porta” estivo policroma em dourado, púrpura, azul pardo e amarelo.

Trata-se dumha estátua de tamanho superior ao dumha pessoa. Representa a Augusto no acto como de se dirigir às suas tropas, ou bem apenas com o gesto de mando, vestindo túnica curta, umha coiraça musculada sobre ela, e o “paludamentum”, ou capote vermelha de Cônsul ou de General. J. J. Martín González considera-a como em atitude de “Consul cum Imperio”, em ademám de arengar. É umha representaçom que se pode considerar, pois, como “Thoracata”.

E ainda que foi encontrada sem qualquer classe de aditamentos, acabou por ser dotada dum bastom consular no seu braço esquerdo, aquele com o que sustém o “paludamentum”, estimando-se que no direito, alçado e estendido lateralmente, pudo ter levado, assi mesmo, umha coroa da Vitoria, ou qualquer outro símbolo.

O copista apresenta-no-lo descalço, como os deuses e os heróis.

É umha obra autenticamente formosa, e de enorme impacto. Com ela foi inaugurada a era dos retratos de pé, que haveriam de seguir depois outros muitos Imperadores romanos.

Mas, além de todas estas pontualizações, a estátua da “Prima Porta” contém umha simbologia e umhas conotações autenticamente memoráveis, que merece a pena comentarmos, ainda que nom seja mais que por cima.

A.1: O PENTEADO

Tal como no-lo exprime Blanco Freijeiro, entre a estatuária existente, a que representa Augusto como de cerca dos trinta anos de idade, mostra-o sempre com um breve franja sobre a fronte, no que sobressai umha forma de forquilha ou cauda de andorinha sobre o olho esquerdo, e dous ganchos como de tenaz, garra ou, acaso, de bico de abutre, sobre o direito. (Figs. 5, 6 e 7).

Este tipo de toucado, que é o que lhe deu o aspecto com o que passou à história, deveu ter sido adoptado por ele, segundo estima o referido Blanco Freijeiro, entre o ano 31 data da sua Vitória em Accio, e o 27, ano em que recebeu o título de Augusto. E deveu de mantê-lo polo menos até o 17 (anos todos eles anteriores a Cristo), pois que nesse momento aparece representado num denário acunhado na comemoração dos Jogos Seculares que o mostram de frente, e com o comentado adereço capilar. Quer dizer, o mesmo com o que aparece tanto na estatuária que o representa aos trinta anos, —cumpridos no ano 33—, como na excepcional talha da “Prima Porta” de que nos estamos a ocupar.

Pois bem, tal jeito de representação, além de coincidir com a posterior descrição física que deste Imperador nos deixou Caio Suetónio, também nom difere grande cousa da célebre “anastolé”, ou riço, que Alexandre levava. E a sua vista à tumba deste dera-se no mês de agosto do ano 30 a.C. Por céptico que se seja, tais coincidências inclinam a pensar no muito que para Augusto parece ter significado o herói macedónio.

A.2: AS PERNAS

A segunda das características a ter em conta nesta estátua encontra-se na postura. E, mais em concreto, na das pernas.

Se comparamos a de Prima Porta com a cópia do Dorífero de Policeto (século V a. C.) existente no Museu de Nápoles (Figs. 8 e 9), advertiremos de imediato umha enorme similitude entre elas, assim como na postura dos seus corpos.

Ambas as estátuas som isentas e podem ser contempladas desde todos os ângulos, polo que nom existe dificuldade alguma em advertir que se diferenciam só numha ligeira mudança na orientação da cabeça, a colocação dos braços, a substituição da lança polo bastão consular, e na vestimenta que cobre a de Augusto, enquanto que o Dorífero é representado totalmente despido. Mesmo a espécie de pedra, ou pola de árvore na que se apoia este, mantém-se na de Prima Porta, se bem esculpido na figura de Eros sobre um golfinho. Alguns analistas apontam a possi-



Figura 5: Retrato de Augusto existente no Museu do Louvre. Paris.

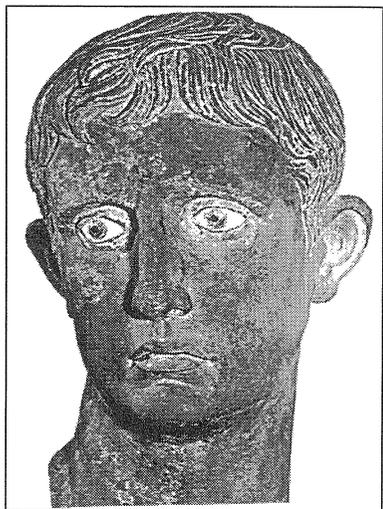


Figura 6: Cabeça de bronze que representa um Augusto duns 25 anos, atopa-da em Meroe, Sudam. (British Mu-seum. Londres).



Figura 7: Estátua de Augusto como Pontífice Máximo do Museu das Termas, Roma. O penteado e a incli-naçom da cabeça som semelhantes aos de Alexandre, e, apesar da diferença de idade, os das figuras 6 e 7.

bilidade de tratar-se dumha representação do neto de Augusto, Caio César, nascido o ano 20 a.C. Mas outros consideram-no mais bem algum dos Eros que aparecem nas representações gregas de Afrodite.

A idoneidade desta última interpretação parece confirmada pola presença do golfinho, considerado naquele tempo como o animal marinho mais veloz, alegoria ao mesmo tempo da salvação, e inequívoca referência também, segundo Paul Zanker, à deusa Vénus-Afrodite, ascendente, junto com o herói troiano Éneas, da estirpe dos Iúlius, a que Augusto pertencia. Um facto que se vai encarregar de “demonstrar” o poeta Virgílio na *Eneida*, como já comentamos.

Mas, voltando às semelhanças entre a estátua da Prima Porta e o Dorífero, a intencionalidade da mensagem que a primeira tenta transmitir ao espectador, neste caso de forma autenticamente subliminar, fica clara assi que reparemos no facto de que foi no Dorífero de Policleto onde se inspiráram as mais afortunadas representações de Alexandre, dumha forma especial as realizadas por Lisipo de Sicion. E som mui numerosas as cópias que delas se conservam, nomeadamente as que o mostram despido, a descansar sobre umha ou outra perna, mas sempre com a cabeça torcida ou inclinada.

O próprio Lisipo, descobridor dum novo cânone de proporções, em que combina o detalhismo fisiológico com as metáforas, admite que os seus autênticos mestres foram Policleto e a Natureza. E sabemos também, por outra banda, que Alexandre chegara a decretar no seu momento que ninguém podia pintá-lo, a nom ser Apeles, e também ninguém fazer-lhe estátuas, a nom ser Lisipo.

O Dorífero de Policleto representa um moço asindo umha lança, ainda que numha posição, ou com um passo, considerado polos expertos como praticamente impossível, circunstância que se adverte ao contemplá-lo de perfil. O Dorífero (Fig. 9), inclina-se para atrás, de jeito que a sua postura semelha umha simples desculpa para mostrar o seu corpo de acordo com os princípios de anatomia da medicina hipocrática, com umha enorme atenção a todas as partes. Umha atitude em que qualquer alteração influiria em todas as demais.

A denominação, Dorífero, provém de “Doru” ou lança de guerra. A que leva. Ora bem, a personagem mitológica por excelência que portava umha destas lanças, e a que melhor a manejava, foi Aquiles. Polo que começou a suspeitar-se que o Dorífero nom fosse mais do que umha representação sua. Para que nom houvesse demasiadas dúvidas acerca desta possibilidade fôrom encontradas muitas réplicas pequenas do Dorífero, em bronze, às que se denominam precisamente “Aquiles”. E Aquiles, desejoso sempre de ser o melhor em todo, é a encarnação do ideal homérico. Esta mais que provável representação sua, realizada por Policleto, apresenta-no-lo como modelo da “paideia”, ou correcto equilíbrio. Quer dizer, no ponto meio de todo, dentro da perfeição matemática conseguida polo cânone de sete cabeças que o seu autor utilizava: nem maior, nem jovem, num momento de repouso.

Mas Aquiles, herói leonino, também por excelência, representava o paradigma do homem admirado por Alexandre. E sabemos que o grande Aristóteles, o seu preceptor, procurou educá-lo sempre a través dos princípios morais presentes na



Figura 8: *Estátua de Augusto de «Prima Porta»*, Museu Vaticano. Roma. Nela mantém-se o penteado dos anteriores retratos.

Ilíada, até o ponto de que o seu discípulo dormia com um exemplar da mesma perto dele. Um código moral baseado nos princípios de generosidade, lealdade, apostura e valentia.

Nom pode surpreender por isso que de Alexandre portando umha lança fizesse Lisipo o seu, segundo Peter Bamm, mais famoso trabalho em mármore, que, ainda que perdido, perdura na memória mercê à pormenorizada descrição que dele nos deixou a pena de Plutarco (+120). Semelhantes conotações podem explicar por que também a mais lograda das estátuas de Augusto está tam claramente inspirada por Dorífero. O mesmo Paul Zanker considera que o retrato de Augusto «é umha criação plenamente meditada, umha face artística na que se combinam com subtileza as traças fisionómicas e as formas clássicas» ainda que provavelmente «tivesse pouco a ver com o seu aspecto real».

Reafirmando esta possibilidade, a figura 11, umha cópia romana em bronze do Dorífero, se bem que carente da marcada “anastolé” alexandrina doutras representações, mostra-nos no seu excelente primeiro plano umha orientação da cabeça e um ordenamento capilar escassamente afastados dos habitualmente adoptados por Augusto tanto na estatuária como na descrição física que dele realizou Caio Suetónio. E nom se afasta também da representação que de Alexandre podemos admirar na Fig. 1, considerada de Lisipo.

A.3: OS RELEVOS DO PEITORAL

Por último, merece umha especial atenção a coiraça desta estátua, porque, sobre ela fõrom representadas em finos relevos as principais apoteoses do reinado de Augusto. O qual, ademais, representa iconograficamente todo um compêndio de alegorias, de metáforas e de simbologia (Vejam-se as Figs. 8 e 11).

De esquerda a direita e de acima para abaixo, compendiando as leituras que dela fizérom Garcia Bellido, Paul Zanker, José Pijoan, Blanco Freijeiro, Tim Cornell, e John Mathews, podemos advertir as seguintes representações:

Em primeiro lugar, as Esfinges das suas lapelas, seres guardiãs do mundo, relacionadas ademais com a nova era, a começada baixo o governo de Augusto, símbolos ao mesmo tempo de Apolo Salvador, suposto pai de Augusto.

Já no peto, aparecem a Quadriga do Sol, à sua direita Caelus, estendendo a coberta do firmamento, e de seguido a Lua, que oculta em parte à figura com asas da Aurora, a verter o orvalho do seu jarro. Entre ambas há um Fachico, símbolo mesmo lunar, segundo o poeta Quinto Horácio Flacco.

Na segunda fileira, duas figuras femininas em atitude abatida: a da esquerda semelha representar os povos germanos, tributários mas nom submetidos —daí que conserve a espada—, e a da direita, os povos célticos do ocidente, como se deduz pola presença onde a ela do porco bravo. No centro aparecem os bárbaros do Eufrates devolvendo ao deus Marte, ou talvez ao próprio Augusto, ou como interpreta Blanco Freijeiro, a Tibério e à loba Capitolina, os estandartes que lhe tomaram aos romanos em diversas ocasiões.

Das Hispánias, das Gálias e dos dálmatas, recuperei, depois de vencer ao inimigo, muitos estandartes militares que perderam outros generais.

Obriguei os partos a me devolverem os despojos e os estandartes de três exércitos romanos e a que procurassem como suplicantes a amizade do povo romano. Estes estandartes depositei-nos na capela mais interior do templo de Marte Vingador. (*Res Gestae*, 29).

Os indicados estandartes fôrom realmente recuperados por Augusto nos anos 25, 23 e 20 a.C., respectivamente, ainda que por meios diplomáticos, nom militares, como parece insinuar.

A fileira inferior mostra outras três representações. A da esquerda é Apolo, com a sua cítara, sobre um grifo, enquanto que a situada à direita é a sua irmã, Diana-Artemis, levando umha carcassa às costas, montada num cervo. Ambos parecem estar a proteger, como deidades predilectas da casa imperial, a imagem central, ligeiramente mais baixa, que representa a Terra nutrícia, com a sua cornucópia da abundância.

O grifo que monta Apolo é ao mesmo tempo o vigilante da salvação, que para Augusto encarnava o próprio Apolo, enquanto que o cervo que conduz Diana simboliza o renascimento e a elevação.

Mas Apolo, os cabelos dourados do qual, estendidos arredor da cabeça, simbolizam normalmente, além da energia, os raios solares, poderia representar nesta ocasiom outra velada alusom a Alexandre, já que o nome desse deus deriva etimologicamente de “apolion”, quer dizer, “do fundo do leom”. E de Alexandre sabemos que lhe era conferido um carácter leonino nas suas representações. O home de aspecto leonino encarnava a “areté”, ou excelência física e moral, o paradigma humano que tratava de transmitir o macedónio, inspirado em Aquiles e na *Iliada*. Assim, os cabelos fôrom também considerados na antigüidade como umha manifestação de energia e de forças superiores, simbolizando ademais a fertilidade, segundo se encarregou de nos transmitir Orígenes de Alexandria (+254).

Esta possível assimilação ou identificação de Alexandre com Apolo, a que nos conduzem as metáforas da iconografia deste peitoral, deduz-se também do busto que do mesmo existe no Museu Capitolino de Roma, que reproduzem tanto a *Historia del Arte*, de Salvat como o livro de Manuel Bendala. É mais do que duvidoso, porém, que o mesmo poda ser da autoria de Lisipo. Nele diviniza-se a Alexandre equiparando-o claramente com o deus solar Hélios.

A respeito desta excepcional talha, a primeira das obras citadas, considera-a umha imitação da estátua do Sol realizada por Cares de Lindos no século III a.C. para o porto de Rodas. E Apolo, como deus, entre outras muitas cousas, da luz, é identificado também habitualmente com o Sol. O que nos conduz de novo à relação Alexandre-Apolo. Nom esqueçamos também, a este respeito, que o carro do Sol aparece sobre Apolo neste mesmo peitoral, enquanto que é a Lua a que e situada acima de Diana.

Construim a Cúria e o seu vestíbulo anexo, o templo de Apolo no Palatino... (*Res Gestae*, 19).

No Capitólio consagrei oferendas procedentes do meu botim de guerra aos templos do Divino Júlio, de Apolo, de Vesta e de Marte Vingador, que me custárom uns cem milhões de sestércios (*Res Gestae*, 21).

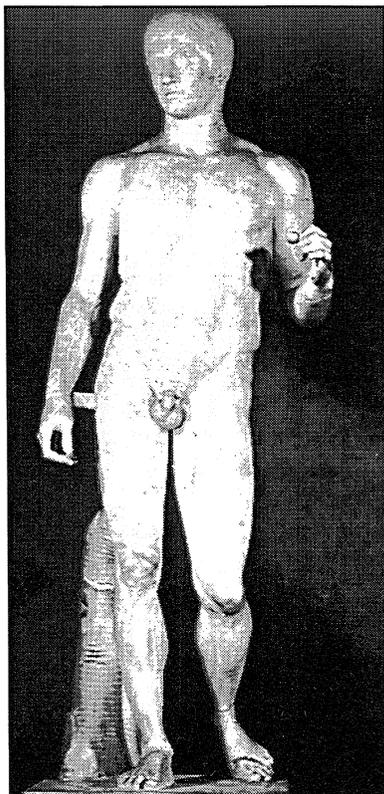


Figura 9: Cópia do Doriforo de Policleto, do Museu Nacional de Nápoles.

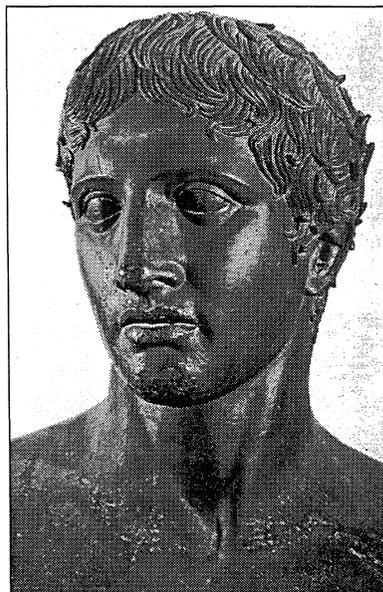


Figura 10: Cópia em bronze da cabeça do Doriforo de Policleto (Museu Nacional de Nápoles), materialização e paradigma dos ideais da «paideia» grega.



Figura 11:
Detalhes do peitoral da
estátua de «Prima Porta».

C: O “ARA PACIS AUGUSTAE”

Cum ex Hispania Galliaque, rebus in iis provinciis prospere gestis, Romam redi T. Nerone P. Quintilio consulibus, aram Pacis Augustae senatus por reditu meo consacrandam censuit ad campum Martium, in que magistratus et sacerdotes virginesque Vestales anniversarium sacrificium facere iussit.

Quando voltei a Roma desde Hispânia e a Gália, durante o consulado de Tibério Nerone e Públio Quintílio, depois de ter levado adiante umha série de operações vitoriosas nestas províncias, o Senado, para honrar o meu retorno, votou a consagração dum altar à Paz Augustea no Campo de Marte, e encarregou que neste altar os magistrados, os sacerdotes e as virgens Vestais fizessem um sacrifício cada aniversário. (*Res Gestae*, 12).

Com estas palavras refere o próprio Augusto os motivos que propiciáram a erção do monumento que agora nos ocupa. O seu retorno das campanhas que indica ter acontecido no ano 13 a.C., pelo que o começo das obras pode estimar-se que deveu de ser no mesmo ano. Foi terminada quatro depois, no 9 a.C.

O ponto eleito para a sua ubiquação foi a porta de acesso à cidade a través da Via Flamínia, a mesma por que chegara. Quer dizer, algo mais ao sul do lugar que ocupava o seu Mausoléu.

Perdida já a memória deste monumento, no ano 1568 fôrom encontradas no indicado lugar 9 placas de mármore, entre elas a da figura 16, que foi acertadamente interpretada como umha alegoria à Terra, à água e ao ar. Estes fragmentos iriam depois parar aos museus de Louvre, Florência, Vaticano, Villa Médicis ou Viena, enquanto que outros fôrom incorporados ao palácio de Fiano, edificado no mesmo lugar. Três séculos depois deste acontecimento, no ano 1879, F. vonn Dunh advertiu a possibilidade de que pudessem pertencer ao “Ara Pacis”, ao lembrar umha parte do “Carmen Saeculare” de Quinto Horácio: “Que a terra, fértil em frutos e em gado presente a Ceres umha coroa de espigas”.

Na mesma linha de investigação, o arqueólogo austríaco Petersen demonstrou algo mais tarde a unidade de estilo de todos aqueles fragmentos, pelo que no ano 1902 figérom novas escavações, que conduzírom à localização do basamento do “Ara Pacis” a 5 metros de fundura, e de outros restos da mesma debaixo das ruas próximas.

Ao longo dos anos 1936-37, em plena exaltação fascista, fôrom praticadas outras e mais rigorosas prospecções no lugar, que permitírom, em 1938, na celebração do bimilenário de Augusto, a inauguração da reconstrução do histórico monumento, umha vez ensambladas a maioria das figuras que inicialmente o constituíram. O lugar onde se fizo, nom foi, porém, o mesmo no que tinha sido erigido, mas foi situado a certa distância do autêntico, entre o Mausoléu e o Tíber, onde pode continuar a ser admirado na actualidade (Fig. 12).

Segundo a *Historia del Arte* de Salvat, trata-se dumha espécie de Fano, ou lugar alto, consagrado a um nume. Neste caso a Paz. Para Zanker, em essência, o “Ara Pacis” repete as proporções do altar das 12 divindades do Ágora de Atenas, embora de forma mais modesta. E, por ser romano, nom mostra no seu interior nengumha representação.

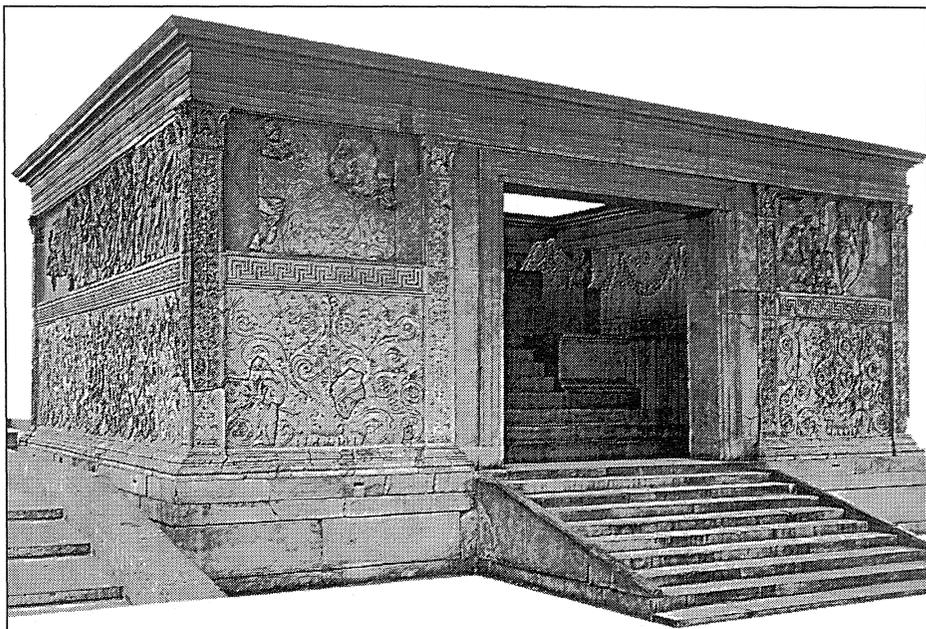


Figura 12: *Reconstrução do «Ara Pacis» de Augusto.*

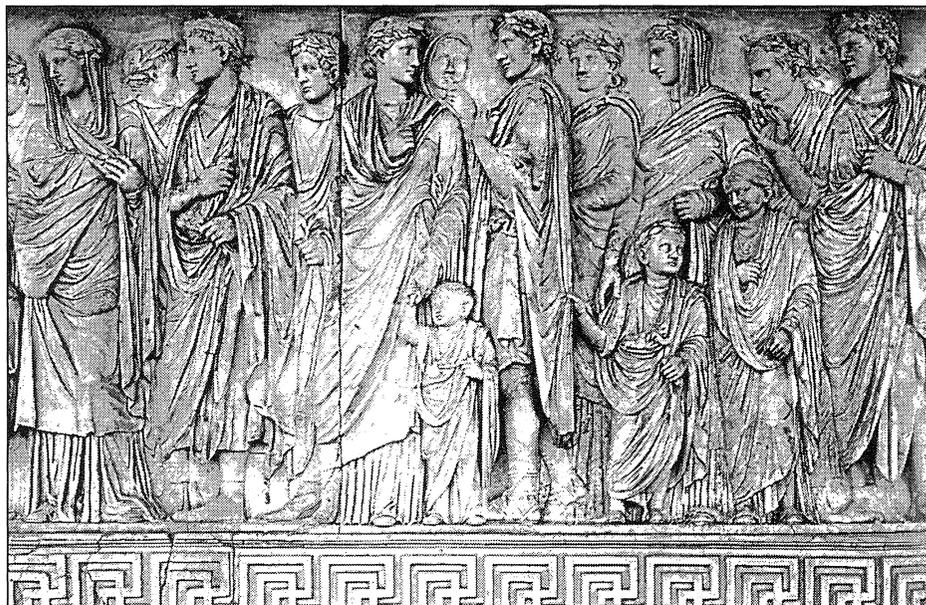


Figura 13: *A Proccesom Cívica do «Ara Pacis», representação da efectuada o 30 de Janeiro do ano 9 aC., na que Augusto fijo um sacrifício o seu antepassado Eneas.*

Embora as distintas obras consultadas difiram ligeiramente com relação às medidas do “Ara Pacis”, podemos dizer que os seus paramentos de mármore som de algo mais de 11 metros de longo, por algo mais de 10 de largo, e uns 6 de alto. É umha construção descoberta ou “hipetro”, alçada sobre um pódio, e tem duas portas, umha orientada para leste e a outra para oeste, que na reconstrução fôrom situadas, lamentavelmente para norte e para sul. O facto de que o templo de Jano, no Foro, que Augusto tinha fechado em comemoração do final das distintas guerras dos anos 29 e 25 a.C. e que voltaria a fechar um ano depois de ser acabado o “Ara Pacis”, tivesse também duas portas, permite relacionar alegoricamente entre si ambas as construções.

Seguindo a J. J. Martin Gonzales, digamos também que mesmo considerando que esta obra se deve a artistas gregos, é fundamentalmente romana, segundo se deduz da intensidade dos motivos, da sua composição um tanto monótona, e dos efeitos da sua perspectiva. Estes fôrom conseguidos por meio da utilização de diferentes planos nas talhas: baixos-relevos e meios-relevos nas cenas históricas e a folhagem acantiforme, e o alto-relevo, para grinaldas sustidas por bucrânios.

O material principal utilizado na realização deste edículo foi o mármore de Carrara.

C.1: O INTERIOR

O Ara propriamente dito encontra-se no interior, e este está decorado com um soco de tábuas. Sobre ele há um soco de bucrânios com grinaldas de loureiro, rosas e distintos frutos, assim como fitas ondeantes, evidentemente relacionadas com a ideia de sacrifícios. Todos estes eram motivos habituais já na época republicana, ainda que fôrom utilizados também no famoso altar de Pérgamo, realizado por Antígono Isígono, Firómaco, e Estratonico depois do ano 239 a.C.

Os frutos reproduzidos no “Ara Pacis” som os próprios do verão e do outono, cada um acompanhado da sua folhagem característica, guardando sempre a necessária simetria. Fôrom representados de perfil nos extremos, e de frente na parte meia de cada umha das suas vinte curvaturas, sobre cada umha das quais aparece umha patena de metal, decorada com lingüetas, ou com umha roseta arredor do seu respectivo umbo.

C.2: O EXTERIOR

Som já muito diferentes as formas decorativas que nos oferecem os parâmetros exteriores da obra (Fig. 12).

Em primeiro lugar temos que nos referir ao seu soco. Está revestido com umha ostentosa decoração vegetal até o momento nunca utilizada em Roma, a base de Roleos de Acanto, dos que surgem outras com florões, palmetas, flores, ou lílios egípcios, povoados todos eles de variada fauna. No seu conjunto e possivelmente mercê ao seu escasso relevo, contribuem a produzir umha impressom de serenidade.

Como explicação complementar digamos também que as folhas de acanto simbolizam a consciência e a dor do pecado, enquanto que a palmeira é a terra celes-

te, as uvas a fertilidade e o sacrifício, e os bois som o atributo da agricultura e da fundação.

Mas no cálice de fina caule de colocásia que agroma entre os roleos, balanceia-se um cisne de asas despregadas e curvo pescoço. Umha cena que se repete a intervalos. Trata-se, evidentemente, da ave favorita do protector de Augusto, o deus Apolo, a quem proclamara rei da nova Idade de Ouro a Sibila de Cumas.

Cumas encontra-se na Campânia, no Sul da Itália, e nela subsiste ainda a cova na que viveu esta, ao que parece em tempos de Tarquino o Soberbo (534-510 a.C.). Mas nom semelha fortuita a sua incorporação à metáfora que nos ocupa, pois, além de ter sido considerada também amante de Apolo, esta Sibila aparece na *Eneida* recebendo a visita de Éneas, outro dos “antepassados” de Augusto.

Teimando sobre o mesmo, o próprio Virgílio anunciara apenas uns anos antes: “Iam regnat Apolo”, quer dizer, “Reina já Apolo” e, aproximadamente pelo mesmo tempo em que era acabado o “Ara Pacis”, encarregava-se também Diódoro Sículo de dar a conhecer novos elementos a respeito deste polifacético deus.

Semelhante reiteração fai que nos tenhamos de deter agora com um certo vagar no mesmo. Porque Diódoro Sículo é autor dumha espécie de monumental, e em muitos aspectos admirável, “História Universal” em 40 livros. E no segundo deles refere, entre outras muitas cousas a respeito dele, que Apolo era um hábil tocador de cítara, tal como aparece na representação do peitoral da estátua da “Prima Porta”. Mas também se ocupa do culto e das conotações astronómicas que, tanto este como a sua irmã Diana, recebiam em certo templo circular da ilha dos hiperbóreos, que polos dados geográficos que achega, podemos identificar claramente com Britânia, o lugar onde nascera a mai de ambos, Leto, ou Letona.

O facto careceria de importância de nom ser porque a referência está tomada de Hecateu de Mileto, autor de por volta do ano 500 a.C., e polo facto de que, pouco depois do ano 600 a.C. o poeta Alceo de Lesbos comentara também o seguinte:

Quando nasceu Apolo, Zeus adornou-no com a Mitra de ouro e enviou-no a Delfos num carro tirado por cisnes. Entom os habitantes de Delfos entoárom o hino... e coros de donzelas agrupadas arredor da trépia rogavam aos deus para que se digna-se vir desde o país dos hiperbóreos.

Estas surpreendentes informações complementam-se com a recolhida por Aelian de Praeneste, um compilador que viveu entre os anos 170-235, tomando-o também, muito possivelmente do indicado Hecateu de Mileto:

Os cisnes voam ao redor do templo, purificando-o em certo modo com o seu voo. Depois pousam-se no pátio do enorme e formoso recinto. Entom, quando os visitantes entoam os seus hinos e se extinguem os acordes das cítaras pulsadas polos músicos, chegam desde os Rifeos grandes bandadas de cisnes que descem em círculos e tomam parte no canto sagrado.

Na complexa simbologia de metáforas que contemhem as obras de Augusto, e a sua própria actuação, a alusom e as referências a Apolo som constantes, e esta dos cisnes representados no “Ara Pacis”, alcança umha surpreendente e inesperada dimensom espaço-temporal, capaz de manter-se por si própria ainda que nos tomássemos a moléstia de passar por alto a relação Apolo-Alexandre anteriormente detectada.

C.3: A PROCISSOM CÍVICA.

Mas o principal dos tesouros do “Ara Pacis” encontra-se no friso superior destes mesmos paramentos exteriores, concretamente nas fachadas laterais e posterior. Recebe o nome de Prociçssom Cívica (Fig. 12 e 13), e considera-se o monumento mais relevante da escultura romana. Está afastado da decoração inferior, que acabamos de descrever, por umha formosíssima grege de decoração vegetal.

O facto nele representado é o acto efectuado o dia 30 de Janeiro do ano 9 antes de Cristo, pouco antes da inauguração do Santuário. Nessa data, Augusto fizo um sacrifício ao seu antepassado Éneas. A talha parece ter a finalidade de servir de oportuno guieiro para a liturgia que ali mesmo, e cada ano, deveriam celebrar, segundo fora disposto, e lembra-no-lo a *Res Gestae*, os magistrados, os sacerdotes e as vestais.

Os personagens que nesta prociçssom aparecem nom som nengumha abstracção, senom que som reais, e na sua maioria, perfeitamente reconhecíveis: Augusto revestido como Pontifex Maximus, acompanhado de magistrados, leitores e, detrás, o séquito: Lívía, o seu genro Agripa, falecido três anos antes, Tibério, Antónia, que leva da mão o pequeno Germânico, o jovem Druso, vestido de general, naquele momento em campanha, e por trás dele Mecenas. As crianças contribuem a encher o espaço, e podem aludir o interesse de Augusto por conseguir aumentar a natalidade no Império. A continuação aparecem Senadores e patrícios com as suas togas e coroas de loureiro.

Noutro ponto aparecem também as vestais, os leitores que as escoltam, os sacerdotes, os magistrados, e os vitimários, assim como as vítimas a sacrificar, um bode para Jano e dous bois para Júpiter.

Os painéis nom estão completos, pois umha parte da prociçssom encontra-se no Louvre parisiño.

Augusto está representado no meio dos leitores. Mas, a pesar de ser um home mais bem baixo, o artista mostra-no-lo de maior estatura do que os outros.

Como recurso para dar profundidade à representação, as figuras do fundo estão menos elaboradas e ressaltadas. A representação tem sido comparada em simbolismo com a das Panateneas, no Partenom. Mas nom é esta possível evocação mais do que a liberdade expressiva e a finura da sua execução o que fizo deste friso um marco da plástica romana.

C.4: A ALEGORIA À DEUSA TELLUS

Outra das placas em relevo do friso, situada na parte posterior do monumento, (Fig. 14), é a que se considera dedicada à deusa Tellus, quer dizer, à Terra.

Nela a deusa aparece sentada sobre umha rocha, com duas crianças nos braços, rodeada de espigas, plantas e animais. Tanto a iconografia como o porte podem sugerir que se trate de Vénus —vestimenta—, Ceres —frutos—, ou Tellus, polo assento, aludido também à fecundidade e à Pax Augusta. Mas o “Carmen Saeculare” de Horácio tam ligado às actuações áulicas do momento inclina a pensar em Tellus: «Fertilis frugum pecorisque Tellus spicea donet Cererem corona» (Que a Terra, fértil em frutos e gado, presente a Ceres umha coroa de espigas).



Figura 14: «Ara Pacis»: a alegoria à deusa Tellus.

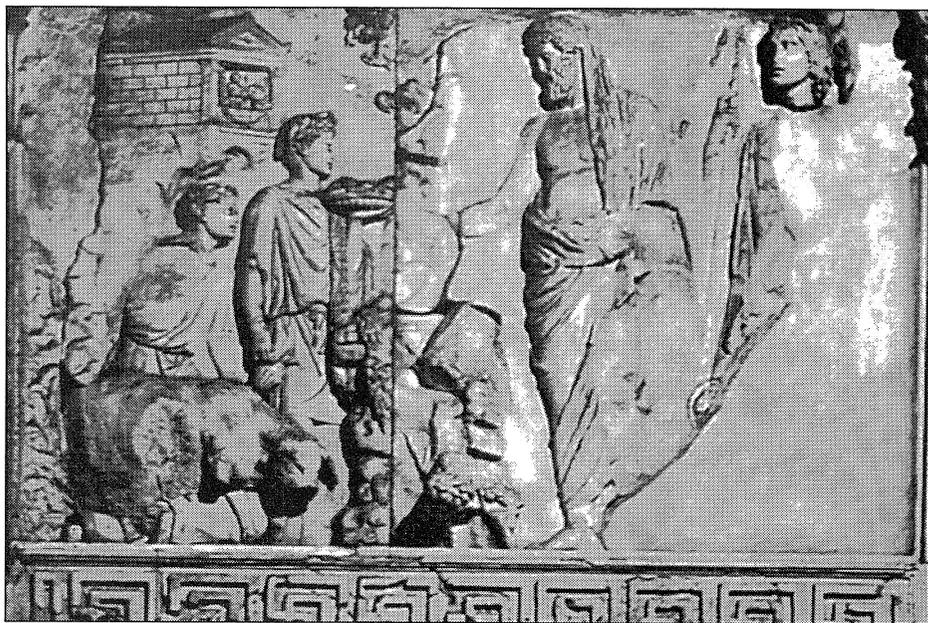


Figura 15: «Ara Pacis»: o sacrifício de Eneas.

Debaixo dela aparecem umha rés e umha ovelha. Paul Zanker aponta mui oportunamente o facto de que umha rés e umha espiga foram utilizadas já nas moedas de Augusto dos anos 27 e 26, como símbolos da promissom da paz, o que, numha última instância, oferece a possibilidade de advertir a mensagem que se pretende transmitir nesta representação a respeito da relação entre a Terra e a sua riqueza, com a Pax Augustea.

As representações que a escoltam, consideradas por Zanker como Auras ou ventos, e ninfas aquáticas por Blanco Freijeiro, aparecem a primeira sobre um monstro marinho, e a da terra acima dum cisne —mais umha vez— na junqueira dum rio, simbolizado este por um jarro caído, humidade geradora. Elas contribuem a transmitir, segundo o mesmo Blanco Freijeiro, a ideia da irmandade entre a prosperidade trazida por esta paz e a vitória de Augusto, que a propiciara.

C.5: O SACRIFÍCIO DE ÉNEAS

Esta representação encontra-se na parte superior direita do friso, na entrada ao santuário. E podemos-la seguir a través das figs. 12 e 15.

Nelas aparece Éneas com Toga, embora sem túnica, como segundo Caio Plínio eram representados os reis de Roma nas estatuas do Capitólio. O momento elegido é o da sua oferenda de frutos aos Penates, divindades protectoras dos lares, resgatadas de Tróia. estas aparecem no interior do templo situado à esquerda, obra que o próprio Éneas prometera construir. Assistem-no dous adolescentes romanos, mas com vestimentas do tempo de Augusto, aos que olha o herói que, como tal, está descalço.

Éneas, que leva umha lança na mão, símbolo da sua dignidade, ou quiçá como umha metáfora de Alexandre, apresenta também um grande parecido com Augusto. De Ascânio, que mantém as suas vestes troianas e porta a vara de pastor, nom se conserva mais do que um fragmento.

No relevo da esquerda da porta, um dos pior conservados do Ara (fig. 12), adverte-se Marte observando a loba Capitolina no momento de amamentar os gémeos Rómulo e Remo. Zanker estima que nele deviam figurar também a figueira, debaixo da que tinha encontrado o pastor Faustulo, assim como o páxaro de Marte, que tinha ajudado a alimentá-los.

Som cenas cheias todas elas de intencionalidade. Éneas é considerado como antecessor da Gens Iulia. Trata-se, pois, de lembrar a todos quem é realmente o Divino Augusto.

C.6: O “SOLARIUM AUGUSTI”

Nom se pode falar do “Ara Pacis”, sem nomear esta outra interessante construção, imediata a ela, inaugurada no ano 10 a.C., um antes do remate de aquele, e como complemento seu (Fig. 16).

Na realidade nom é mais do que um relógio solar. Mas também e como sem dúvida nom podia ser menos, o maior do mundo. O seu Gnómon, ou agulha, era um obelisco de 30 metros de altura trazido de Egipto. Assim também, o dia 23 de

setembro de cada ano, data do nascimento de Augusto, a sua sombra apontava directamente o “Ara Pacis”.

Nom é esta, no entanto, nenhuma novidade. A utilização dos conhecimentos astronómicos para assinalar efemérides ou festividades foi conhecida já em muitas culturas antigas, está estudada por especialistas e foi mui bem compendiado por Edwin Krupp em 1978. Curiosidades semelhantes às desta obra de Augusto podem observar-se, por exemplo, no túmulo de New Grange, em Irlanda, onde, desde aproximadamente o ano 3200 a.C., no solstício de inverno, e durante 17 minutos, o sol ilumina a tumba situada no seu interior, a quase 80 metros do orifício de entrada. Acontece assim mesmo em Stonehenge, Inglaterra, construção em que, entre outras muitas realidades astronómicas, desde o 1500 a.C. uma das suas pedras, denominada Heel Stone, sinala o ponto polo que surge o sol no solstício de verão.

O motivo mais próximo que pudo ter inspirado este recurso para o “Solarium Augusti” parece que devemos procurá-lo, porém, no famoso templo de Ramsés II em Abu Simbel, acabado pelo ano 1250 a.C. Nele, além de existir uma alinhamento iluminável na alva do solstício de inverno, existe outra, de tamanho parecido à de New Grange, em que o sol chega a acariciar a estátua de Ramses, colocada numa pequena capela ao fundo do templo, o dia 18 de Outubro, data também do seu nascimento.

O “Solarium Augusti” é, pois, outra mostra mais do egocentrismo, a vaidade e os desejos de ostentação de Octávio César Augusto.

Blanco Freijeiro considera que o “Ara Pacis”, embora as suas reduzidas dimensões, pode ser considerada, no que ao tempo de Augusto se refere, como o Partenom de Péricles. O que nom parece oferecer nenhuma dúvida é que neste pequeno edículo tentou-se fazer um resumo da história de Roma, combinando a tradição helenística com o realismo etrusco, ou as grinaldas republicanas, com o espírito do Império, representado, como nom podia ser menos, pela família de Augusto. No “Ara Pacis”, este aparece retratado como duns 50 anos, embora, por ser a encarnação dum ideal, a sua fisionomia apresenta mínimas mudanças respeito a anteriores momentos da sua dilatadíssima vida pública.

Resulta também clara a conexão e a unidade conceptual que oferecem os frisos do “Ara Pacis” com respeito aos relevos da coiracha da estátua da “Prima Porta”, tanto no aspecto artístico como na sua simbologia e as suas metáforas.

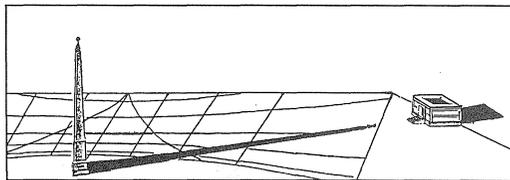


Figura 16: Reconstrução hipotética do «Solarium Augusti», numa tarde do dia 23 de Setembro, aniversário do nascimento do Imperador.

CONCLUSÕES

A breve incursão que acabamos de realizar a través destas obras do tempo de Augusto permitírom-nos constatar:

- A) Que este parece ter tratado de remedar em todo momento e fazer-se parecer a Alexandre (Fig. 1, 5, 6, 7 e 8).

- B) Que foi por meio de metáforas visuais que o relacionavam com este e com as divindades com as que se hizo entroncar, quer através do seu pai adoptivo, Júlio César, quer recorrendo ao suposto adultério da sua própria mãe com o deus Apolo, como tratou de potenciar as excelências tanto da sua capacidade, como da idoneidade do seu governo unipessoal.
- C) Fica também patente a inspiração helenística das suas obras artísticas, em geral grandiosas, ainda que procurem manter sempre na sua composição a ordem equilibrada da escultura romana (Figs. 2, e 12 a 16).
- D) Os retratos estão animados de patetismo grego e mostram o aceno de quem aspira a um poder que outros lhe disputam, tratando ao mesmo tempo de aparecer neles, como estima Blanco Freijeiro, como a encarnação ideal do príncipe, para conseguir o qual se hizo representar tal como queria ser lembrado: jovem e melancólico, mais oprimido ao mesmo tempo pelos seus deveres e responsabilidade. Para J.J. Martín González estas representações respondem mais a um critério político do que a um estético. Quijo mostrar-se aos olhos do povo como um governante bom, inteligente e poderoso, sem que a velhice nunca assomasse à sua face. (Fig. 5 a 16).
- E) Os estudos de Zanker demonstram assim mesmo a orquestração pela sua parte na utilização das imagens, tanto as artísticas como as da numismática, até o extremo de que já em 1946, momento em que esta classe de estudos não faziam mais do que começar a ser insinuados, chegara R. Bianchi Bandinelli a advertir na arte de Augusto a expressão dum sistema político autenticamente reaccionário.
- F) Contou, ademais, como aconteceria depois dele a todos os imperadores e a quantos autocratas no mundo houve, e há, com o cúmplice contributo dos mais destacados escritores do seu tempo. A sua própria *Res Gestae* não parece mais do que uma tentativa para justificar e convencer, tanto a respeito da sua capacidade, como do seu “charis”, o seu “ethos”, a sua “fronesis”, a sua “philantropia” ou a sua “sofrosine”, por citar também só alguns dos paradigmas utilizados com a mesma finalidade pelos reis e déspotas helenísticos aos que, a través sempre de Alexandre, tratou de remedar.

Assi, parece que a nossa análise nos permitiu encontrar sobejos motivos, para considerar que, o mesmo que Alexandre, Augusto utilizou desavergonhadamente a arte como um meio de propaganda e legitimação política. Alexandre como forma para conseguir a sua cobiça de domínio mundial, e Augusto para legitimizar a imposição da sua monarquia em Roma, logo de cinco séculos de república (510 a 30 a.C.).

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

- AUGUSTO, Octávio César (1969): «Hechos del Divino Augusto», em *Biógrafos y Panegiristas Latinos*. Aguilar. Madrid.
- AUGUSTO, Octávio César (1985): «Res Gestae Divi Augusti», em *Augusto*. História 16. Madrid.
- BAMM, Peter (1968): *Alejandro Magno y su tiempo*. Círculo de Lectores. Barcelona
- BENDALA GALÁN, Manuel (1988): *Las claves del arte griego*. Ariel. Barcelona.

- BLANCO FREIJEIRO, Antonio (1989): *Roma Imperial*. Historia del Arte 16. Madrid.
- BLANCO FREIJEIRO, Antonio e FATAS, Guillermo (1985): *Augusto*. Historia 16. Madrid.
- BRIANT, Pierre (1989): *Alejandro Magno, de Grecia al Oriente*. Aguilar Universal. Madrid.
- CIRLOT, Juan-Eduardo (1991): *Diccionario de Símbolos*. Labor. Barcelona.
- CIZEK: *Neron*. Trajan.
- CORNELL, Tim e MATTHEWS, John (1989): *Roma*. Círculo de Lectores. Barcelona.
- ELVIRA, Miguel Angel (1989): *El arte griego (III)*. Historia 16. Madrid.
- ESLAVA GALÁN, Juan (1989): *Roma de los Césares*. Planeta. Barcelona.
- FERNANDEZ URIEL, Pilar e VAZQUEZ HOYS, Ana María (1994): *Diccionario del Mundo Antigo*. Alianza Editorial. Madrid.
- FREDOUILLE, Jean-Claude (1996): *Diccionario de Civilización Romana*. Larousse-Planeta. Barcelona.
- GRIMBERG, Karl (1982): *Roma*. Daymon. Barcelona.
- GRIMBERG, Karl (1966): *Grecia*. Daymon. Barcelona.
- HAUSER, Arnold (1989): *História Social da Arte e da Cultura*. 2 Vols. Estante Editora. Estarreja.
- HOWATSON, M.C. (1991): *Diccionario de la Literatura Clásica*. Alianza. Madrid.
- JIMENEZ MARTIN, Alfonso (1987): *Las Claves del Arte Etrusco y Romano*. Arin. Barcelona.
- KOVALIOV, S.I. (1979): *Historia de Roma*. Madrid. 3ª edición.
- KRUPP, Dr. Edwin (1978): *As Antigas Astronomías*. Europa-América. Mira-Sintra.
- LEON ALONSO, Pilar (1989): *El Arte Griego (II)*. Historia 16. Madrid.
- LEVI, Peter (1988): *Grecia. Cuna de Occidente*. Círculo de Lectores. Barcelona.
- MANGAS, Julio (1988): *La Roma Imperial*. Historia 16. Madrid.
- MARTINEZ GONZALEZ, J. J. (1986): *Historia del Arte*. Gredos. Madrid. 4ª edición.
- MORKOT, Robert (1996): *Historical Atlas of Ancient Greece*. Penguin. Swanston Publishing. Avon.
- O'KELLY, Claire (1984): *Concise Guide to New Grange*. Houston Printers. Cork.
- PAULO OROSIO (1982): *Historias*. 2 Vols. Gredos. Madrid.
- PAULO OROSIO (1976): *Le Storie contro i Pagani*. 2 Vols. Mondadori. Verona.
- PIJOAN, José (1972): *Summa Artis*. Vol. V. Espasa-Calpe. Madrid. 6ª edición.
- RACHET, Guy (1996): *Diccionario de Civilización Griega*. Larousse. Planeta. Barcelona.
- SAMARANCH, P. (1969): «Hechos del divino Augusto», em *Biografos y Panegiristas latinos*. Aguilar, Madrid.
- SCARRE, Chris (1995): *Historical Atlas of Ancient Rome*. Viking. Bath.
- SUETONIO TRANQUILO, Gayo (1969): «El Divino Augusto», em *Biografos y Panegiristas latinos*. Aguilar. Madrid.
- TORRES RODRIGUEZ, Casimiro (1982): *La Galicia Romana*. "Pedro Barrie de la Maza". Crunha. 1982.
- VV.AA. (1993-96): *El mundo griego*. 2 Vols. Universidad Nacional de Educación a Distancia. Madrid.
- VV.AA. (1964): *Biografos Griegos*. Aguilar. Madrid.
- VV.AA. (1969): *Biografos y Panegiristas Latinos*. Aguilar. Madrid.
- VV.AA. (1976): *La Romanización de Galicia*. Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos. Crunha.
- VV.AA. (1979): *Historia del Arte*. Tomo II. Salvat. Barcelona.
- VV.AA. (1982): *España Romana. La conquista y la explotación económica*. Espasa-Calpe. Madrid.
- VV.AA. (1985): *El poder de Roma*. Altamira. Madrid.
- VV.AA. (1986): *España Romana*. Gredos. Madrid.
- VV.AA. (1991): *Enciclopedia del Arte*. Garzanti-Ediciones B. Barcelona.
- VV.AA. (1993): *Louvre. Les Collections*. Réunion des Musées Nationaux. Paris.
- VV.AA. (1997): *Italia*. El Pais-Aguilar. Madrid.
- VV.AA. (1998): *Personajes históricos griegos y romanos*. Itsmo. Madrid.
- ZANKER, Paul (1992): *Augusto, y el poder de las imágenes*. Alianza. Madrid.



Detecção e análise da coloquialidade, expressividade e linguagem enfática proveniente do espanhol

Maurício CASTRO LÓPEZ
(Ferrol)

INTRODUÇÃO

Por quê é geral em pessoas galegofalantes primárias a substituição de formas como *Deus, galego, Ourense, quinta-feira*,... pelas respectivas espanholas “*Dios*”, “*gallego*”, “*Orense*”, “*jueves*”,...? Tem explicação a progressiva introdução dos “*Buenos días*”, as “*escobas*”, as “*sillas*”, os “*que aproveche*”, os “*muchísimo*”, os “*bueno*”, e recentemente até os “*venha!*”, em lugar dos tradicionais *Bom dia, vassoiras, cadeiras, bom proveito, muitíssimo, bem/bom*,...?

Tem registos o galego?

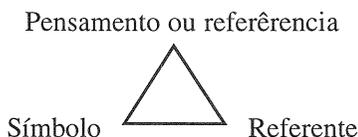
Deve-se a introdução desse léxico e dessa semântica alheios, à arbitrária variação dos falantes individuais colocados ante a inevitável realidade bilingüe imposta “pelas circunstâncias”? Ou será que responde a qualquer ordenação com base na psicologia e conduta socialmente prescritivas em contextos lingüísticos como o nosso?

Se formos a outros níveis do corpus lingüístico, como o fonético, o morfológico, ou o sintáctico, depararemos com uma situação semelhante que podemos definir como *processo de hibridação* que historicamente atinge o nosso idioma e que resulta o correlato interno da merma funcional que mutila os usos sociais do galego-português na Galiza.

É claro que no aspecto externo essa merma funcional nom foi historicamente arbitrária nem o é hoje em dia. Existem já estudos que dam conta da lógica social de substituição lingüística de perspectivas diacrónica e sincrónica, a partir da identificação da funcionalidade lingüística potencialmente assumível por uma comunidade e o grau efectivo de realização de cada função em cada etapa. Ou da

identificação dos grupos sociolinguísticos a respeito da sua relação com o espaço simbólico da língua própria ou da alheia¹.

Menos estudada está a face interna do processo, nomeadamente com a dimensão que reivindica L. J. CALVET², de ligar o “material” linguístico com o meio e as condições sociais que o produzem. Com efeito, tende-se a fazer do estudo linguístico uma abstracção em que não se considera quem gera essa realidade em forma de fala. E em contextos de presença social de mais de uma língua em pugna funcional, devém claramente insuficiente a descrição dos fenómenos linguísticos à margem das interrelações entre falantes de uma e outra língua, das posições de cada grupo sociolinguístico nessa sociedade e das implicações de uso de uma ou outra em cada acto ou *manifestação linguística*³. Mas sendo isto certo com referência a qualquer plano de estudo de uma língua, é-o em maior medida no que diz respeito à sua dimensão léxico-semântica. Porquanto é a que confere ao signo linguístico a motivação externa que em geral não tem. Com efeito, é a semântica que aproxima mais o signo convencional —melhor que arbitrário— da realidade extralinguística, através da função simbólica do significado⁴:



Por isso o tipo de influência interlinguística neste plano é qualitativamente distinto do que atinge outros planos. Na ortografia, na fonética, na morfologia, na sintaxe, a influência não ultrapassa a disfunção estrutural interna da língua afectada, embora possa ter as suas implicações no que de simbólico da autoidentificação colectiva tenham esses ingredientes para a comunidade. Mas no plano semântico, entendendo-o num sentido amplo e não cingido unicamente à palavra, a influência indiscriminada da língua dominante afecta à ligação específica que a língua agredida estabelecera com o “mundo exterior” a ela própria, através da ordenação da nebulosa conceitual do pensamento ou referência. Sofre assim a liquidação desse universo simbólico original e único que cada comunidade lin-

(1) Referimo-nos a estudos como o de J. M. SÁNCHEZ CARRIÓN (1987) ou o de M. PORTAS (1991).

(2) L. J. CALVET (1998). Ele próprio cita A. MEILLET (1921) e W. LABOV (1971) como defensores da linguística como ciência social, em contraste com a visão abstracta do primeiro estruturalismo, a começar pelo próprio SAUSSURE. J. M. SÁNCHEZ CARRIÓN (1981) critica também a teoria do mestre genebrino com base na contradição da sua partição clássica do fenómeno linguístico entre *língua* (social) e *fala* (individual). A fala não fica isenta da “manifestação social” nem a língua deixa de ser reelaborada criativamente por pessoas individuais que partem do modelo-puro linguístico, em constante progresso dialéctico. Reivindica SÁNCHEZ CARRIÓN uma *fala social* na medida em que a realização individual está condicionada por factores sociais que envolvem por completo os factores individuais.

(3) J. FISHMAN (1982). P. 84.

(4) Modelo analítico do significado proposto por OGDEN e RICHARDS, citado e completado por S. ULLMAN (1977). Posteriormente questionado pela sua desconsideração dos problemas colocados pela homonímia e a sinonímia, entre outros. K. HEGER propujo um esquema em forma de trapézio que deu cabimento à complexidade do plano do conteúdo e, posteriormente, o funcionalismo introduziu a *hipótese de isomorfismo* (S. GUTIÉRREZ, 1989). Não é o nosso objectivo entrar a fundo na questão, mas ilustrar a ligação da semântica com a realidade “extra-linguística”, que todas as propostas admitem.

güística encarna⁵. E falamos de semántica em sentido abrangente para incluímos a fraseologia, os diversos registos, a entoaçom⁶, as expressons expletivas, modismos, além do léxico patrimonial e culto ou os neologismos.

Está, como dizíamos, por fazer um estudo sistemático, de carácter científico, que ordene as influências sociolingüísticas que motivam a degradaçom e hibridaçom que afecta ao córpus das línguas submetidas à pressom da presença crescente no seu espaço vital de umha língua alheia.

Sem pretendermos abordar semelhante empresa, gostaríamos de chegar algumas consideraçons referentes à substituiçom lingüística que historicamente se verifica e hoje continua a avançar a olhos vistos na nossa naçom, centrando-nos na análise das condiçons e natureza da degradaçom semántica da nossa língua nos aspectos indicados. Ante a amplitude do campo de estudo, limitaremos-nos à semántica ligada ao registo coloquial, a sua expressividade e as realizaçons enfáticas que possibilita, embora podamos fazer referência pontual a questons externas ao quadro de estudo proposto.

SEMÁNTICA DOS REGISTOS

Toda língua que cumpra as funçons que a acreditam como *língua nacional*⁷, com um espaço simbólico saudável e portanto umha comunidade que a utiliza em condiçons de normalidade, caracteriza-se pola sua variabilidade interna. Cada variedade social, do tipo que for⁸, cumpre o seu papel garantindo um modelo social de referência sobre qual é que deve ser a própria para cada quem em cada momento e lugar. O cumprimento destas premissas nom deixa de ser umha forma de *diglossia*⁹, que hoje conhecemos como endodiglossia.

Em contextos de conflito lingüístico como o galego, a variabilidade interna de umha só língua de uso normalizado vê-se substituída pola alternância de códigos, condicionada por cada situaçom social concreta¹⁰. FISHMAN denomina *congruentes* as situaçons em que cada falante e cada código cumprem o papel que socialmente se espera que cumpram, e *incongruente* a ruptura dessa norma por qualquer motivo. Como exemplo desta repartiçom funcional podemos apresentar a situaçom protagonizada por um médico e um doente, em que a convençom social dita a língua veicular dessa interacçom verbal. Ou a conversa entre marido e mulher no lar. Na Galiza vem-se empregando o termo *diglossia* para denominar essa

(5) SAUSSURE (1916) afirma que cada língua impom umha *forma* específica sobre a *substância* indiferenciada *a priori* do plano do conteúdo. Na mesma linha se pronunciárom autores como HUMBOLDT ou SAPIR, e as investigaçons posteriores dos vocabulários de distintas línguas demonstrárom a validade das formulaçons teóricas anteriores.

(6) A entoaçom que dermos a umha cláusula discursiva como poda ser umha saudaçom a um vizinho no elevador —*bom dia*—, fará com que esta tome significados diferentes: de contacto fático de acordo com a convençom social, de ironia, de reprovaçom,... Matizes que o receptor perceberá graças ao carácter distintivo dessa curva tonal.

(7) Funçom de identidade, f. familiar, f. laboral, f. local, f. nacional, f. cultural, segundo SÁNCHEZ CARRIÓN (1987).

(8) Coloquial, formal, técnica,...

(9) De resto, a originariamente definida por C. A. FERGUSON (1959).

(10) FISHMAN (1982) define a *situaçom social* aos efeitos que comentamos como o conjunto de três ingredientes: *realizaçom* dos direitos e deveres da relaçom funcional concreta, no *lugar* mais apropriado ou típico para essa relaçom concreta, e no *tempo* socialmente definido também como adequado para a mesma.

partição funcional, e para contrastá-lo com a *endodiglossia* anteriormente citada, podemos denominá-lo com maior precisom *exodiglossia*.

A forte normativização social a este respeito no caso galego fixo com que, a partir de certo momento histórico, ficasse a nossa língua reduzida a situações determinadas pola falta de formalismo, a intimidade ou amizade e a nom codificação escrita. Quer dizer, o estado de cousas socialmente imposto impediu ao galego-português da Galiza desenvolver com plenitude a sua variabilidade interna, ao ver-se reduzido funcionalmente¹¹.

Este facto nom afectou à língua hegemónica, no nosso caso o espanhol que, cumprindo as etapas descritas por CALVET nos processos de assimilação lingüística¹², partiu da conquista dos ámbitos e situações formais, de poder, para progressivamente invadir funcionalmente os espaços da “reserva” galega. De forma que o espanhol foi fortalecendo um espaço simbólico próprio e enfraquecendo o do galego até a grave anemia actual, em que a etiqueta “diglossia” devém cada vez menos apropriada para a descrição da realidade galega¹³.

Limitaremo-nos a citar as conseqüências deste facto no plano semántico que nos ocupa. O resultado primário foi a liquidação dos registos do nosso idioma. Ao devir *incongruente* o seu uso em situações formais, o córpus lingüístico galego perdeu primeiro na Galiza umha boa parte da sua integridade, e posteriormente deixou de ganhar novos recursos acordes com as novidades sociais que vinhérom de maos dadas já com o possante espanhol.

Esta mutilação de recursos afectou também a outros planos, é claro. Daí que falemos de um processo de hibridação que foi —que vai— parelho ao de muti-
lação funcional.

Umha primeira dentada no córpus galego, na qual se vê claramente afectado o plano semántico, é a liquidação de registos. Como se manifesta actualmente esta carência na existência da nossa língua?

A resposta a esta pergunta requer umha breve paráfrase dos passos dados polo galego-português em tempos recentes. O reconhecimento legal de que foi objecto nas últimas duas décadas permitiu que a língua da Galiza acedesse a ámbitos de uso formalizados: televisom, rádio, administração, política, as artes e outros

(11) PORTAS (1991) expom com clareza o caminho histórico trilhado pola nossa língua, desde a normalidade à desnormalização.

(12) L. J. CALVET (1974) fala de três etapas: a primeira de passagem da elite do território ao uso da língua alheia; a segunda, de extensom do conflito e partição de sectores da sociedade que aderem à língua invasora (relacionados com o mundo urbano e a suficiência económica) face ao resto; e a terceira, em que culmina o processo de assimilação com a extensom a todas as camadas sociais da língua imposta e perda da própria.

(13) Com efeito, nas zonas urbanas e as gerações mais novas, os índices de uso habitual do galego som cada vez mais ínfimos, até quase perderem pertinência estatística (nas áreas urbanas das comarcas situadas à volta de Ferrol, nos menores de 26 anos, 0'0% que falam galego sempre, 4'8% que falam mais galego, 38.1% que falam mais espanhol e 57.1% que falam só espanhol. Vide R.A.G. (1993). Isto determina que o espanhol seja já usado em qualquer situação pola maioria da gente nova, o mesmo no núcleo familiar que com o médico. Tem senso continuarmos a definir a realidade actual como diglósica sem mais?

*domínios*¹⁴ onde começou a ser *congruente* o uso do galego¹⁵. Mas este suposto avanço surpreendeu o galego desprovido das ferramentas formais necessárias para responder ao repto. Dixemos que a trajectória histórica seguida polo noso idioma condicionara a sua mutilaçom nom só funcional, mas também formal. Daí que perdesse alguns registos, ou nom adquirisse outros novos, vocabulário e demais recursos correspondentes a esses espaços a que acedia. A falta de planificação determinou o emprego dos escassos registos conservados polo galego-português neste país em situaçoms em que o seu uso deviria incongruente de existir a riqueza diafásica que caracteriza qualquer língua normalizada. Quer dizer, a mesma variedade de língua empregada em situaçoms pertencentes aos domínios da intimidade ou a amizade, foi transladada para situaçoms incluídas em domínios formais como os antes citados. O registo coloquial, ou elementos caracterizadores dele, consagrárom-se nom já como modelo padrom, mas como quase única realizaçom falada —e escrita— possível do galego na Galiza. É o que se patenteia nos livros de texto em que se citam as partes do corpo humano com nomes como: *cu, reganha do cu, tetas...* Ou quando num telejornal se fala de *quartos* perdidos por umha grande empresa na bolsa, dos *mejors* com sangue como sintoma de umha nova doença,... renunciando a formas cultas que fam parte do património románico comum, com as mínimas adaptaçoms em cada língua. Ou quando se prescrevem como literárias formas gramaticais próprias da oralidade informal, como a dita segunda forma do artigo (“*arriba-las mans*”, berrou em certo filme do Oeste na TVG um pistoleiro); certas terminaçoms verbais (*viches, falaches*, por *viche, falache*), ou os *amais, desque, deica...* Ou mesmo escritores de prestígio empregam o que chamam possessivo “locativo”: “*dianta túa*”, e que nom é mais do que a extensom ao galego do reconhecido vulgarismo hispano. E ao mesmo tempo dá-se por boa a desapareçom de formas caracterizadoras de registos mais elaborados, como *cujo*¹⁶, e o empobrecimento expressivo que supom a eliminaçom de formas verbais como o futuro do conjuntivo, tam caracterizador do noso idioma ao longo de TODA a sua história.

(14) FISHMAN (1982) denomina assim a agrupaçom superior abstraída de *situaçoms* —vide nota 10— concordantes, onde se cumprem os preceitos situacionais com congruência.

(15) De qualquer maneira, é importante salientarmos que esse acesso do galego a novos domínios formais nunca foi em detrimento da hegemonia do espanhol, senom umha redundância de usos que tornou aquele na letra em itálica deste. Lembramos a este respeito as palavras com que SÁNCHEZ CARRIÓN (1981) descreve o espaço simbólico: “*A vitalidade da língua nom depende a nosso entender da quantidade de sujeitos que a falarem. Mas da qualidade: posto que o espaço simbólico é independente para a sua existência da massa de falantes. Esta, no entanto, sim depende dele. Os falantes situados na periferia de umha língua necessitam em todo o momento que exista um núcleo ideativo de gente que projecta nesta língua a sua criatividade. Se nom acharem este núcleo na sua própria língua, procurarã-mo noutra (...)* Se nom existe um núcleo de sujeitos para os que a sua língua seja fundamentalmente isso, e se existindo este núcleo nom se transmite, vai perdendo entidade, nom é possível garantir a sobrevivência de nengumha das línguas actuais,...”. O uso que majoritariamente se fai do galego na tv, nos jornais, nos filmes, na linguagem administrativa e política, nom deixa de reproduzir o modelo espanhol, preenchido com léxico “galego”, alheio no resto ao que costumamos chamar “génio” da língua. As cessions feitas polo poder lingüístico dominante nom permitfom a revitalizaçom desse núcleo ideativo imprescindível para a recuperaçom do galego, e vinhêrom acompanhadas do recuo nos domínios da intimidade e a amizade. Mas sim serviu aos defensores da “primazia constitucional” do espanhol para fazerem julgar à maioria do povo que “o galego vai cada vez melhor”.

(16) Repare-se que o motivo aduzido para suprimi-lo das nossas gramáticas é que “a gente nom o usa”, quando isto é algo que acontece também em Espanha com *cuyo* ou em Portugal com *cujo* nos mesmos domínios em que sobreviveu o galego, definidos pola falta de formalismo. Com efeito, em ambos os idiomas *cujo* pertence a um registo mais elaborado, por isso nom se conservou na fala popular da Galiza.

Quando se tenta dar maior formalidade a um discurso marcado polas citadas falhas, a tendência habitual é a de trasladar ao galego as construçõs caracterizadoras do espanhol padrom, traduzidas palavra por palavra, no melhor dos casos. É o caso do galego televisivo nas transmissõs desportivas —futebolísticas, majoritariamente—, ou da linguagem dos informativos —televisivos, radiofónicos ou de imprensa escrita—, gravemente condicionada polos modelos espanhóis de dicçom, fonética, sintaxe, léxico, fraseologia e semántica associada a todas elas. Referimõs a frases feitas como “*ter enchufe*” (por *ter luvas, ter padrinho*), “*á fin e á postre*” (por *no fim de contas*) que detectamos nalgum consagrado literato, “*a sangue e lume*” (por *a ferro e fogo*), “*matar dous paxaros dun tiro*” (por *matar dous coelhos de umha caxadada*),... Chegando-se em ocasiõs a construçõs absurdas como as típicas “*despedímoslles ata a vindeira emisión*”; “*se tiver máis sitio igual llelo explicaba*”, “*Dous pingüíns emperador parecen dárllela súa benvida a un transatlántico ruso na Antártida*”; uso indiscriminado de pronomes pleonásticos (“*o Celta ganhou-lhe ao Deportivo*”), ou as curvas tonais incompreensíveis desde um contexto lingüístico galego —o caso das interrogaçõs é paradigmático—¹⁷.

Trata-se, às vezes, de um problema induzido polo espanhol em que este nom se manifesta directamente, e que representa o resultado no córpõs dessa reduçom funcional que citamos; e trata-se, sempre, de um sintoma de desconhecimento da ferramenta lingüística com que se trabalha. Nom falta quem defenda as soluçõs coloquiais por serem mais diferenciais do que as correspondentes cultas, condenando involuntariamente o galego à pobreza expressiva e à dependência indirecta do espanhol. Mais um indício do que dizemos é a identificaçom que portugueses e brasileiros fam amiúde de termos galegos —que também som lusos e brasileiros— como vulgares, ruralizantes, ou mesmo deslocados semanticamente. Pense-se em pares como *pêlo-cabelo*, *lombo-costas*, *prenhada-grávida*, etc., em que o primeiro dos elementos fai referência ao corpo de um animal e o segundo ao de umha pessoa, e que na Galiza costumam ser deslocados no uso, passando *pêlo*, *lombo* e *prenhada* a fazerem referência a um ser humano. Também é comum em galego coloquial aplicar o verbo *espoltrar* (malparir as éguas) ao parto precoce de umha mulher. Nom temos constância de que os normativizadores oficiais prescrevam como padrom tal extensom semántica.

Umha variedade social de interesse para as questõs que comentamos é a constituída pola gíria juvenil, de incorporaçom constante em qualquer língua. Caracteriza sobretudo a faixa etária mais nova de um âmbito geográfico —o urbano— e costuma nom ter vocaçom de permanência no córpõs lingüístico, pondo-se na moda e caindo em desuso com similar facilidade, embora costume deixar um pouso em certas peças lexicais ou expressõs que podem passar à variedade comum. É, portanto, em boa medida generacional, e pertence a um registo oral e popular de língua.

Comentamos já o facto de a língua galega partir de uns usos reduzidos a certos domínios, definidos geográfica e sociologicamente ao meio rural, e também a crescente queda da percentagem de galegofalantes habituais e primários entre as

(17) Exemplos tomados de O Correo Galego, A Nosa Terra e TVG.

geraçõs mais novas (vide nota 13). Apesar do grau de formalizaçom atingido nos últimos anos no que di respeito à padronizaçom, e apesar do acesso a novos espaços de uso, as características desse processo de padronizaçom e de extensom de usos contribuiu para as carências que mostra o galego em aspectos que dam conta do grau de dinamismo ou vitalidade das línguas. A gíria é um desses aspectos, e serve-nos de exemplo da falta de vitalidade e de dinamismo endógenos da nossa língua. Quase nem se tem colocado o debate à volta de qual é ou deve ser a gíria galega, oferecendo-se como soluçom quer a adopçom minimamente adaptada da espanhola, quer a proposta prescrita desde os laboratõrios universitários, ante a evidente falta de iniciativa social espontânea na criaçom da variedade coloquial, juvenil e urbana da língua.

No primeiro caso —adopçom da coloquialidade juvenil espanhola— temos expressõs como “tío” (*gajo, nacho,...*), “como mola!” (*é giro!*), “bocata” (*sande*), “guai” (*giro, fixe*), “ao loro” (*atençom*), “dar o cante” (*chamar a atençom*), “cubata” (*rum com cola*), “quilo” (*milhom*), “costo” (*haxixe*), “porro” (*charro*), “pinhos” (*dentes, chavelhas*), “enrolhar-se” (*enredar*), “pasta” (*massa, quartos*), “dar canha” (*dar porrada*)..., que aparecem em desenhos animados, filmes e livros de formato juvenil ou infantil feitos em galego. No segundo, certas propostas que partem da traduçom de termos usuais na gíria espanhola, como *relambido* em lugar de “*pijo*” (*queque*).

Provavelmente a alternativa de tomarmos o vocabulário juvenil português e brasileiro devinhesse igualmente num fracasso normalizador se fosse feito como proposta “filológica” dos centros “normativizadores”. Porque a gíria é umha das formas mais espontâneas e acráticas de manifestaçom social da língua, seguramente relacionada com esse rol rupturista atribuído à juventude a respeito dos consensos sociais. Além do mais, nom é próprio destas formas lingüísticas serem aprendidas na escola ou nos livros de texto, mas nas interacçõs sociais nom formalizadas. Daí que nom coincidam as gírias de português e brasileiro, de espanhol e argentino ou de inglês e australiano,... E chegamos assim à causa de que nom floresça na Galiza umha gíria própria. O seu âmbito “natural”, o urbano, e o sector social que a fomenta, a juventude, estám em processo de acelerada *expatriaçom lingüística*¹⁸, o que lhes impede desenvolver os papéis de viveiro e cultivadora, respectivamente, dessa variedade. A melhor garantia para a criaçom de umha gíria própria, quer juvenil, quer de qualquer outro âmbito ligado à modernidade, é a recuperaçom lingüística de uns espaços que hoje som vanguarda na perda de falantes, como som as vilas e cidades e as geraçõs mais novas. No entanto, nom conhecemos qualquer planificaçom global conducente a corrigir as tendências indicadas.

Sem fazermos referência à problemática dos registos nom seriam satisfatoriamente explicadas muitas desviaçõs semânticas, motivo que nos levou a fazer umha incursom nessa faceta do empobrecimento expressivo sofrido polo galego-português da Galiza em registos formais e alguns nom formais. Contudo, é justo vincar a grande riqueza que desenvolveu em certas variedades coloquiais, campos

(18) Conceito tomado de SÁNCHEZ CARRIÓN (1987).

lexicais e semânticos a elas ligados, o qual demonstra que as línguas, longe de serem incapazes de cobrir qualquer campo comunicativo, respondem em todo o momento às necessidades e possibilidades das comunidades que as criam e recriam dia a dia.

AS UNIDADES DISCURSIVAS E A ESPANHOLIZAÇÃO SEMÁNTICA

Já dixemos que nom se deve limitar o estudo semântico à palavra como única unidade significativa, pois é igualmente pertinente referir-se a outras unidades da *primeira articulação*¹⁹: o sintagma, a frase, a cláusula, o discurso,... Sem esquecer o papel das unidades da *segunda articulação*²⁰ (entoação, fonética, ...), dado o papel de todas elas na configuração significativa da língua. Com efeito, de umha perspectiva semântica, nos actos lingüísticos produzem-se *expressions*²¹, e nom as unidades gramaticais citadas, que som apenas o fruto da abstracção de quem estuda esse fenómeno²². E a unidade significativa que supom a expressom, pode ser consituída por umha palavra, umha oraçom —completa ou incompleta—, umha locuçom, ou umha interjeiçom.

Tentaremos, pois, analisar a problemática semântica no contexto galego a partir de unidades como as citadas, começando polo discurso como unidade semântica identificável. Entram neste nível os argumentos, conversas, conferências,...

Mas pareceu-nos interessante ressaltar primeiro a mensagem implícita de certas pautas de actuaçom lingüística estabelecidas polos poderes emissores, que em nossa opiniom condicionam a congruência ou incongruência das situaçoms quotidianas em que se desenvolvem os falantes.

Referimo-nos a casos como o que caracteriza a Rádio Galega e a sua teima por recorrer a espanholfalantes quando precisa da opiniom de especialistas em medicina, arquitectura, leis ou o que for, que em muitos casos se negam a falar galego, e noutros demonstram que o falam forçadamente, mas nom é a sua língua habitual. Ou quando no programa *Dezine*, da TVG, se utilizam os *trailers* ou seqüências promocionais espanholas das novidades cinematográficas, quase sempre estado-unidenses e legendadas, portanto, em castelhano.

O seu interesse assenta no facto de constituírem o pano de fundo sobre o que agem atitudes como as que a seguir descrevemos. Têm o papel de reforçar o que SÁNCHEZ CARRIÓN (1987) denomina *discurso da irrealidade*, trivializando a língua e negando a possibilidade de o galego-português cobrir totalmente as

(19) “*que permite segmentar signos noutros signos mais singelos*”, segundo a definiçom de G. ROJO e T. JIMÉNEZ JULIÁ (1989).

(20) “*Caracterizada por utilizar unidades de umha única cara, unidades monoplanas*” [do significante ou do significado], dim G. ROJO e T. JIMÉNEZ JULIÁ (1989). Mas as conotaçoms que atribuímos a certas entoaçoms (vide nota 6) ou a certas realizaçoms fonéticas (por exemplo, a gheada), parecem relativizar o carácter monoplano das unidades da segunda articulaçom.

(21) Citado por J. LYONS (1986) a partir de Z. S. HARRIS (1951).

(22) Y. RODRÍGUEZ (1996) fala em *macroestrutura* e *microestrutura*, definindo esta como “*informaçom semântica parcelar, um grupo de proposiçoms que o falante-ouvinte vai construindo ao longo do texto e que coadjuva para conformar a macroestrutura ou significado global do texto*”. Cita VAN DIJK (*texto y contexto*, 1972).

necessidades comunicativas dos galegos e as galegas, e frustrando portanto a motivação social no que di respeito à conquista de usos.

Indo já à interacção discursiva, dam-se, em contextos de presença de duas línguas, fenómenos interessantes com importantes implicações semânticas, como a *alternância de códigos* ou a *mistura de códigos*, que já fôrom registadas e estudadas por lingüístas como FISHMAN, GUMPERZ ou HELLER²³, e no caso galego por J. A. ARGENTE e A. M. LORENZO (1991) ou ÁLVAREZ CÁCCAMO (1990).

Na Galiza tenhem umha significativa vitalidade ambos os fenómenos. HELLER comprovou em Montreal o valor simbólico que a escolha de um ou outro código tem na comunidade²⁴. Nós podemos verificá-lo também na nossa, através da descriçom de umha situação hipotética que qualquer galego ou galega julgará perfeitamente verosímil:

Duas mulheres caminham pola rua de qualquer vila, umha delas com seu filho da mao, falando informalmente na língua própria de ambas, o galego-português. No momento em que a mae se dirige ao filho para pedir-lhe que termine de comer a sande, fai-no em espanhol com tom mais sério. A sua acompanhante, também em espanhol, fala ao miúdo com o sorriso nos lábios perguntando-lhe se é que nom gosta do queijo. A seguir, ambas voltam às suas cousas mudando a língua de novo para o galego. Nesse momento, aproxima-se um sinaleiro de entre vinte e trinta anos, que lhes indica em espanhol que por essa rua nom podem passar por encontrar-se em obras. Umha das mulheres responde educadamente —e na mesma língua que utilizou o guarda— que tenhem o carro arrumado precisamente nessa rua. Outras cinco pessoas que sofrem o mesmo problema achegam-se falando galego dizendo que nom há direito a causar esse incomodo aos cidadãos. As mulheres passam solidariamente ao galego para apoiarem a postura dos outros vizinhos, e afinal também o agente rompe o gelo para procurar um amanho amigável do assunto empregando o galego. Num descuido, o miúdo solta a mao da mae e afasta-se um bocado do barulho. A mae chama-o e di-lhe que volte aginha, e fai-no em espanhol...

Esta rede de convenções tácitas que permite falar em confiança “de tu a tu” em galego, educar “como é devido” os filhos em espanhol, guardar distâncias com a cidadá em espanhol, romper as formas “devidas” com o galego, e procurar um acordo amigável em galego, indica a pugna funcional entre as duas línguas de uso social. O uso de cada umha em cada ocasiom tem um significado, e fai-se uso delas segundo a mensagem que —mesmo inconscientemente— quigermos emitir. É um caso claro de alternância de códigos, que nom se produz aleatoriamente, como acabamos de ver²⁵.

O mesmo HELLER resenhou o facto de que a oferta que se fai nos serviços públicos de países com duas línguas de uso social, dando a escolher a língua de

(23) E cujos contributos sintetiza R. WARDHAUGH (1992).

(24) M. HELLER (1982).

(25) Estamos debruçando na “*micro-análise*” reivindicada por ÁLVAREZ CÁCCAMO (1987) como complemento da mais habitual e reducionista “*macro-análise*” sociolingüística. Doze anos depois da publicação do seu interessante artigo nesta mesma revista, continua sem explorar-se suficientemente na Galiza esta via de pesquisa, útil para o estudo lingüístico de diferentes pontos de vista, para além do que nos ocupa.

relaçom do administrado, costuma nom funcionar. Também nós temos comprovado na Galiza como galegofalantes insistem em passar ao espanhol ao dirigir-se ao dentista galegofalante, ou a aluna fai o próprio com o professor que se dirige só a ela em galego, conhecendo a sua procedência rural. Isso demonstra que a questom nom é tam simples, e que a escolha de código tem umhas causas e conseqüências para além das derivadas do puro conhecimento de dous códigos de maneira asséptica.

A alternância pode responder a fins metafóricos. É o caso de pessoas galegofalantes habituais, que introduzem o espanhol para reproduzirem a fala de alguém vincando a sua pedantaria, ou umha espanholfalante fazendo o mesmo uso do galego para ironizar sobre a procedência rural da vítima do seu escárnio. Para que estes usos metafóricos sejam efectivos, produzindo o efeito contrastivo, os participantes na açom comunicativa devem partilhar normas e usos sobre o cumprimento da congruência, igual que no exemplo das mulheres, o menino, o guarda e as outras cinco pessoas, havia umha convencionalizaçom comunmente aceite por todas elas.

A *mistura de códigos* é um fenómeno característico de falantes bilíngües, com um grau variável, mas suficiente, de conhecimento de ambos os códigos. Trata-se da mistura deliberada na conversa de duas línguas sem umha mudança de tema associada. WARDHAUGHT(1992) afirma que é umha marca de solidariedade, e pom como exemplo a comunidade portorriquenha de Nova Iorque, além doutros contextos de mistura entre francês e inglês (Quebeque), francês e espanhol (Argentina), inglês e espanhol (México),... Nós acrescentamos o contexto galego como exemplo de mistura de códigos entre galego-português e espanhol.

Igual que a alternância de códigos, a mistura de códigos nom é um fenómeno uniforme, na medida em que as normas que as regem variam de uns grupos ou sectores a outros dentro de umha mesma comunidade nacional interferida lingüisticamente. Situaçom geográfica (rural/urbana), classe social (popular/alta), ocupaçom e outros factores condicionam a convencionalizaçom dos comportamentos que estamos a analisar.

A *mistura de códigos* realiza-a o falante bilíngüe amiúde de maneira inconsciente em conversas entre conhecidos, mas nom com pessoas desconhecidas, com as que tentará evitar o cruzamento enquanto nom existir um mínimo de confiança. Contudo, devemos matizar que no caso galego costumam ser bilíngües de língua primária galega quem tendem a realizar esta mistura, na medida em que o *bilíngüismo unidireccional*²⁶ que existe no nosso país permite aos espanholfalantes iniciais desenvolver-se plenamente nessa língua ao longo da sua vida, sendo a aprendizagem do galego suplementar e relativamente autónoma; mas impede aos galegofalantes iniciais completar-se lingüisticamente na sua, obrigando-os a um grau de bilíngüismo em que o galego leva as de perder, vendo invadido o seu espaço de uso pola omnipresença da língua socialmente dominante. E a mistura de códigos nom deixa de ser umha manifestaçom disso.

(26) Conceito introduzido por SÁNCHEZ CARRIÓN (1987).

Qualquer de nós terá na cabeça exemplos do fenómeno que comentamos. Trata-se dessas conversas em que, por exemplo, umha pessoa fala com o vizinho de jeito informal do jogo de futebol do passado domingo. Supom-se que falam espanhol, mas a alternância é constante:

“Y le dio una patada que lo dejó tirado diez minutos, e tu crês que o árbitro pitou algo? Y después aún quieren que no los insulten, era-che boa!. Nom dam umha a direitas. Bueno, neno, te deixo que che tenho muito que fazer.”

O mesmo falante do exemplo tentará nom misturar desse jeito numha situação formal, empregando entom um ou outro código segundo o do interlocutor, sempre que os seus preconceitos nom o fagam desbotar por completo o uso do galego, algo ainda comum em bilíngües de certa idade que sofrêrom os rigores da política lingüística franquista.

A fraseologia é umha parte importante do património lingüístico, polo que tem de espelho do contexto sociocultural próprio. Cada cultura construi as sentenças, refráns, ditados e expressons idiomáticas em função do seu contexto cultural, e a perda desses ingredientes lingüísticos costuma acompanhar a falta de criatividade e memória colectiva própria em favor da que é veiculada pola língua estrangeira. Nom cumpre referirmos a grande riqueza que o galego-português da Galiza tem neste aspecto, devido à sua ligação com o carácter mais popular e expressivo da língua.

Mas sim é preciso sublinharmos a degradação que sofre a fraseologia galega no quadro social em que vivemos, de maneira fundamental nos neofalantes e nos poucos centros irradiadores da nossa língua que existem, normalmente ocupados por pessoas nom integradas nos grupos sociolingüísticos que deveriam servir de modelo lingüístico²⁷. Convém nom esquecermos que som esses grupos, completados lingüísticamente, os que estão em condições de servirem de *núcleo ideativo* (vide nota 15) nos âmbitos referidos. Em lugar disso, o mais habitual no nosso país é que os profissionais que falam às câmaras e aos microfones das televisions e rádios em galego, ou as que redigem as notícias nos jornais escritos, pertençam a tipos sociolingüísticos mais ou menos distantes do *espaço simbólico*²⁸, que portanto nom o dominam *secundariamente* nem amiúde som falantes *primários* ou sequer habituais do mesmo²⁹.

(27) Quer dizer, os *galegofalantes completos*, que temem o galego-português como língua *primária* e umha formação académica posterior e suficiente no mesmo idioma, ou que partindo de serem espanholfalantes atingírom completar-se *secundariamente* em galego, integrando-se no seu uso habitual e o seu conhecimento académico. Seguimos a classificação e dinâmica de grupos sociolingüísticos proposta por SÁNCHEZ CARRIÓN (1987).

(28) Que SÁNCHEZ CARRIÓN (1987) define como “o núcleo de falantes que dotam a sua língua do seu desenvolvimento completo. Ou, correlativamente, o núcleo de falantes que tem um desenvolvimento completo nessa língua”.

(29) Sobre o papel da língua galega no canal televisivo autonómico e o perfil dos seus profissionais, X. A. L. DOBAO (1993), assessor lingüístico da TVG, escreveu um esclarecedor trabalho, em que tirou, entre outras, as seguintes conclusões:

“a) A TVG non conta cunha política normalizadora que a obrigue a mante-la oficialidade do galego en tódolos niveis; b) à sociedade *chégalle* unha mensaxe distorsionada. Por unha banda, as emisións da TVG son en galego; pola outra, nas súas aparicións públicas a TVG adapta-se ó emprego do castelán;

c) a TVG, que debe ser un axente normalizador activo cara à sociedade, contribúe a mante-lo conflito substitutivo. Pola súa relación com outros âmbitos da sociedade, a TVG debería contribuir à súa progresiva galeguización, e non o fai. A inmovilización significa afondar na progresión do proceso de substitución”.

Por conseqüência, o modelo lingüístico que irradiam os “nossos” meios de comunicação contribui para a hibridação com a língua do Estado, autêntico “livro de estilo” de todos eles. Embora se suponha que empregam umha linguagem formalizada, já comentamos a mistura dessa influência espanhola com um certo coloquialismo galego dominante nos média. Podemos pôr alguns exemplos reais detectados nos meios galegos, entre eles o uso de expressões inverosímeis como “*tro-nío*” para definir a qualidade de um artista (TVG); ou a linguagem desportiva: “*banquinho*”, “*porteiro*”, “*dianteiro*”, “*saque de currencho*”, “*troco*”, *por banco*, *guarda-redes*, *avançado*, *pontapé de canto*, *substituíçom*; ou a pseudogaleguização coloquial “*mancontro*”, para denominar o tam na moda telemóvel (ANT); traduções “fáceis” como o “*peche da emisión*” polo “*cierre*” espanhol ou o “*por suposto*” como pouco galego decalque de “*por supuesto*”; a “*folga*” como correspondência da “*huelga*” castelhana, apesar de em galego ter o valor semântico tradicional de descanso, sem qualquer conotação *revindicativa*; a injustificável tradução da castelhana “*palillera*” por “*palilheira*”, apesar de estar viva a denominação tradicional (*rendeira*); ou o novidoso “*venga!*”, expressão fática recentemente introduzida desde a língua dominante, usada nas despedidas com o verniz suficiente para que pareça galega: “*venha!*”. Podem citar-se outras expressões socialmente prescritas ou frases feitas que têm a função de contribuir, em palavras de MALINOWSKY, para a *comunhom fática* procurada nas conversas³⁰, como os abundantíssimos “*bueno!*”, “*vale!*”, “*o sea*”, “*es que*”, directamente tomados da língua de Espanha e nom raro presentes nos meios de comunicação, orais nestes casos, da nossa nação. Um outro facto significativo na dependência que sofre o galego nesses meios é a tendência a retraduzir os títulos dos filmes a partir da tradução espanhola. Existem muitos exemplos, mas hoje mesmo podem ver como na TVG intitulárom *Os traficantes* um filme cujo título originário era *White lining* e que em espanhol se intitulara *Los traficantes*. Noutras ocasiões, patenteia-se um preocupante empobrecimento lexico-semântico em neofalantes e falantes que acedem a um suposto *código elaborado* da língua, cuja “*elaboração*” se vê obstaculizada polo diferencialismo e a renúncia ao pleno desenvolvimento endógeno. O galego devém cada vez mais num registo marcado lexicalmente a respeito do referente castelhana. Estamos-nos a referir ao uso exclusivo de *acadar* onde poderiam ocorrer outros sinónimos (*conseguir*, *atingir*, *alcançar*,...); de jeito excluindo o *modo* ou a *maneira*; ou de *esquecer* desprezando *olvidar*; e de *lembrar* esquecendo *recordar*, temperado tudo com a modulação própria da língua espanhola no registo em questom³¹.

(30) J. LYONS (1986) trata este tipo de expressões.

(31) Sobre a relação entre os códigos *restrito* e *elaborado*, os *grupos sociolingüísticos*, e outros factores implicados no processo de aprendizagem e manifestação da língua, quer no plano oral quanto no escrito, vide E. SOUTO (1994). Citamos a seguir umha passagem relativa ao problema de fundo que subjaze nos exemplos citados:

“(...) A isto devemos acrescentar agora que um dos muitos paradoxos com que em Galiza depara o ensino da língua reside no feito de, num período de tempo relativamente breve, o galego ter passado de ser umha língua de curso quase que exclusivamente oral (ou mais exactamente de ser umha língua cujos usos orais nom eram mui pressionados pola escassa produção escrita) a ser umha língua que alarga alguns dos seus usos formalizados ao mesmo tempo, embo-ra nom na mesma proporçom, em que perde falantes espontâneos. O qual significa que o impacto da língua escrita sobre a oralidade espontânea, isto é o papel que, nas sociedades alfabetizadas, corresponde habitualmente desempenhar ao discurso letrado na configuração da modalidade oral considerada culta, na fixação desse “falar bem” que se identifica com a oralidade de tipo secundário, na Galiza corre no fundamental por conta de indivíduos alfabetizados em castelhana, muitas vezes eles próprios castelhana-falantes primários e cuja expressom, coloquial e formalizada, se modula segundo as pautas dessa língua”.

Também na fala espontânea de qualquer galegofalante habitual se detectam algúma das influências comentadas, que substituírom as correspondentes galegas precisamente por representarem respostas condicionadas às situações onde aparecem, sem valor semântico intrínseco para além da sua função de manutenção de normas de conduta ritualistas, fruto da convenção social. Esse papel de cliché fijo com que se incorporasse a fórmula espanhola, mais “prestigiadora” para o utente, embora sejam só esses os fragmentos discursivos que pronuncia nessa língua. Entram neste grupo expressões como as saudações: “*buenos días!*”, “*adiós!*”, “*hasta luego!*”; outras expressões e fórmulas de tratamento: “*que aproveche*”, “*usted*”, “*doña tal*”, “*gracias*”, “*Jesus*” (resposta a um espirro), “*si?*” ou “*diga-me...*”, (no atendimento a um telefonema); certas interjeições “*hombre!*”, “*Dios mio!*”, “*mi madrinha*”; bem como alguns pronomes: “*joder!*”,... Abundantemente introduzidas na fala de galegofalantes primários e tam habituais como delatadoras da influência dos coloquialismos espanhóis na nossa língua. Também nom é por acaso a desgaleguização de nomes como *Deus* (“*Dios*”) ou o uso apocopado “*Sam*” diante de nomes iniciados por vogal, onde a tradição culta e popular testemunha serem de uso habitual as plenas: *Santo André de Teixido*, *Santo Estevo de Ribas do Sil*, que fôrom deturpadas em “*Sam Andrés*”... e “*Sam Estebam/Estevo*”...

Nas frases feitas, é cada vez mais freqüente a substituição, e torna-se necessária umha recuperação desse caudal lingüístico e cultural que se perde com as gerações de mais idade. Sobretudo se levarmos em conta que a fraseologia galega conservada é um tesouro que guarda valiosas mostras desse “gênio” próprio do nosso idioma que continua em recuo contínuo ante o avanço da vizinha cultura expansionária.

Descendo ao nível categorial da palavra, merece comentário o nome próprio, apesar de que ULLMAN (1977) diga que as suas características semânticas som a capacidade de *denotar*, e a incapacidade de *conotar*. Em contextos de conflito lingüístico, certos nomes próprios passam a ser centro de debate e confrontação social, o que indica o seu poder conotativo nesses casos. Entre o nome *A Corunha* e o nome *La Coruña* existem diferenças para além da variação formal. Denotando ambas o mesmo significado (certa localidade), as implicações do uso de umha ou outra conotam conteúdos diferentes, nomeadamente se o acto lingüístico em que ocorre se inserir numha situação de comunicação formal, falada ou escrita. O conflito derivado das conotações de umha ou outra forma tem chegado aos tribunais da justiça, o que indica a transcendência simbólica dessas conotações para sectores da comunidade. Essa pugna transparece um desacordo na hora de convencionalizar os referentes léxico-semânticos toponímicos, e manifesta-se especialmente nos nomes de lugar polo seu simbolismo, aos quais aderem todo o tipo de afectos e desafectos. Como resultado condicionado dos valores culturais e normativo-sociais que som, a falta de consenso na sua fixação acarreta conseqüências pragmáticas e ideológicas que condicionam a sua semântica conotativa. LYONS atribui o estudo da denotação à semântica e o da conotação à pragmática. Segundo a sua classificação, o exemplo que estamos a comentar pertenceria à conotação enunciativa (informa sobre o emissor), e dentro desta ao subgrupo de conotações ideológicas.

Os antropónimos som outro campo tradicionalmente aberto à influência dominante, tanto na forma “legal” (Juan, Alejandro, Paloma,...), como nos hipocorísticos (Pepe, Lóli, Paco,...), embora convivam por vezes as formas galegas destes últimos (*Sé, Jam, Ugio*,...), seguramente por pertencerem a esse âmbito de uso familiar ou da amizade.

Temos ainda um outro léxico de uso freqüente e valor semântico temporal, especialmente frágil ante a presença das correspondências espanholas. Os dias da semana galegos, por exemplo, fôrom majoritariamente banidos da fala espontânea em favor dos alheios, e mereceria um estudo específico a explicação psico-social que se esconde na escolha do paradigma mais parecido ao próprio da língua do Estado na hora de propor um modelo que normalizar. Poderíamos chegar a conclusões interessantes relativas ao carácter nom arbitrário do signo lingüístico nos processos de padronização de umha língua minorizada, dadas as implicações simbólicas e práticas de qualquer das escolhas possíveis³². Situação que nom se costuma dar em comunidades lingüísticas normalizadas, e que nom é exclusiva do nosso país, contra o que poderíamos pensar e alguns tentam fazer-nos crer³³. Também os meses do ano, em menor medida, som sensíveis à substituição polo paradigma espanhol. Nom é estranho ouvir *Enero, Júnio, Júlio, Diciembre*,... de lábios de um galegofalante primário.

Quando as pessoas iniciadas lingüisticamente recebêrom formação secundária, figérom-no em espanhol. Ainda hoje, é norma que as crianças galegofalantes recebam os conhecimentos próprios da formação académica em espanhol. Daí que os elementos lingüísticos aprendidos nesse âmbito conservem a forma espanhola em muitos falantes primários e habituais de galego-português. Assim, é comum que, falando galego, contem na língua do Estado (*uno, dos, três, cuatro*,...) por mais que depois digam que *tenhem oito pesos no peto*. Som as séries automatizadas as que cedêrom ante o ensino da língua alheia. A influência da formação académica atinge também traços suprasegmentais como a entoação. É curioso comprovar como qualquer galego que na fala espontânea —mesmo falando espanhol— reproduz a curva tonal galega própria das cláusulas interrogativas, demonstra a automatização de um ensino feito desde o espanhol, lendo a mesma cláusula com a entoação caracterizadora dessa língua. Temos comprovado como algum adulto em processo de alfabetização em galego a partir de umha formação anterior em castelhano, dava a entoação correcta a umha pergunta sem lê-la e era a seguir incapaz de manter essa mesma curva tonal lendo a mesma pergunta. Mais umha prova dá pertença de língua oral e língua escrita a dous planos qualitativamente diferentes; do ponto de vista do aprendizado e da prática lingüística.

Nos nomes comuns, a influência semântica do espanhol verifica-se em diferentes variantes. Pode dar-se a substituição léxico-semântica completa, como

(32) É importante neste senso lembrarmos que a *padronização* ou normalização do córpus nom se limita à ortografia, senom que se estende aos diferentes planos da língua (ortofonia, léxico e aspectos puramente gramaticais). E no que di respeito à semântica, deve cumprir o objectivo de reestabelecer as correspondências e valores da estrutura significativa da língua em questom.

(33) Debates similares ao que se dá na Galiza *tenhem-se dado e dam-se*, como se sabe, em muitos outros lugares submetidos a condições de assimilação lingüística em termos semalhantes aos do caso galego.

acontece com “*silla*” face a “*cadeira*”; parcelar como a diferenciação entre “*cuna*” e *berço*, em que o segundo fica no recorde como “aqueles que havia na aldeia” face à primeira, que é a que se compra. Algo semelhante acontece entre “*escova*” e *vassoura* ou *gesta*, “*fresa*” e *careixom* (morango silvestre), “*melocotón*” e *pêssego*, e em geral nos produtos que fôrom reintroduzidos na comunidade por via industrial; ou em nomes que podem fazer referência às pessoas e aos animais, em que o espanhol se ocupa das primeiras e o galego das segundas (“*hueso*”- *osso*). Pode acontecer também que a palavra primitiva seja galega e a derivada de origem neológica venha do espanhol sem qualquer adaptação (*chave*, mas “*llavero*” = *porta*—*chaves*). Ou que, num mesmo ponto, o nome primitivo seja umha pseudogaleguização do castelhanismo correspondente (“*baraxa*” por *baralho*) e o verbo derivado conserve a forma originária só com o significado figurado: *baralhar* = falar muito e sem ordem.

Outra deformação semântica é a que provoca o desajuste dos chamados falsos amigos entre galego e espanhol, quer no léxico patrimonial, quer no de entrada recente na língua. É o caso da oposição “*ancho*”-“*estreito*” face ao galego “*largo*”-“*estreito*”, passando o “*largo*” espanhol a ocupar o lugar do “**longo**” ou “*comprido*” galego e o “*ancho*” espanhol o do “*largo*” galego; o “*rato*” que alarga o seu significado de ser um roedor a um espaço de tempo determinado, acepção alheia ao galego; o “*brincar*” que passa de polissémica com a primeira acepção de “*jogar*” a significar unicamente “*saltar*”; o “*cacho*” antes de uvas, que passa a ser “*pedaço*”; o “*esquisito*” com semântica negativizadora que passa a significar “*sublime*”; o “*mantimento*” que toma o significado da “*manutenção*” e vice-versa; o “*tirar*” que perde umha acepção fundamental, por nom ser coincidente com a castelhana; o “*povo*” que tenta ser recuperado mas nom consegue abstrair-se do referente hispano do “*pueblo*” que designa o local e nom a gente que o habita; a “*boneca*” como tradução directíssima da “*muñeca*” espanhola que passa a substituir o “*pulso*”; a “**aula**” que se introduz para designar o que na verdade é umha “*sala de aulas*”, fazendo que “*classe*” tome umha acepção alheia à semântica galega; enfim, a listagem seria extensa de mais.

Podem coexistir as formas galega e espanhola com matizes semânticos diferenciais, em que a alheia inclui traços semânticos associados à superioridade ante a galega, como extensom semântica do que é umha consideração geral da superior consideração social de um código. É o caso do “*muitíssimo*” e o “*muchísimo*”. O segundo acrescenta quase um grau maior de superlatividade, pois é ainda mais quantidade que o primeiro. “*Buenísimo*” também é melhor do que *boníssimo*. Algo semelhante acontece com o nome “*viejo*”, mais respeitoso do que *velho*, quando aplicado a seres humanos.

CONCLUSOM

Embora a nossa aproximação à complexa realidade semântica de contextos sociais de pugna lingüística fosse superficial, achamo-la significativa do grau de interferência que o galego-português padece nestas terras. É claro que poderia apresentar-se um trabalho similar de influências galegas no espanhol falado na Galiza. Mas julgamos que essa influência nom tem relevância como sintoma de qualquer

problema ou doença grave para esse sistema lingüístico, perfeitamente arroupado polos órgaos de poder económico, político e comunicativo. É o galego que vê perigar a sua integridade neste *contacto de linguas* que recorda mais bem un combate de *full contact* em que o nosso púgil pelega com as maos amarradas às costas.

É habitual concluir trabalhos que se centram num dos níveis da língua —neste caso a semántica— reivindicando o seu valor ou peso específico no estudo lingüístico ou, parafraseando CALVET, “(sócio)lingüístico”, ante o esquecimento ou desprezo de que é objecto. Sendo certo que a semántica tem sido tradicionalmente deixada de parte face a outros componentes dos sistemas lingüísticos, o certo é que no caso galego cumpre reivindicarmos a necessidade de considerar o estudo lingüístico no seu conjunto, como parte integrante do trabalho de revitalização lingüística. Com demasiada freqüência continua a ouvir-se que o único importante é “normalizar”, fazendo referência à recuperaçom de usos e desligando-a da recuperaçom do córpus. Dadas as implicaçons sociais dos códigos, que temos exemplificado nas linhas precedentes, semelha claro que normalizar umha língua é também normalizar esse córpus, libertando-o da hibridaçom formal e recuperando a sua plenitude. Resignando-nos ao seu empobrecimento, à sua satelizaçom a respeito da língua do estado, mal poderemos defendê-la na luta funcional que ambas livram. Convém lembrarmo-lo mais umha vez: normalizaçom do córpus e normalizaçom do estátus som cara e cunho de um único processo normalizador.

Assumindo que o único controlo empírico que temos sobre o estudo da língua é o “uso” das expressons lingüísticas nas variadíssimas situaçons da vida diária³⁴, confiamos em que o estudo a que pretendemos contribuir com estas páginas avance na determinaçom dessa deturpaçom e na proposta de vias de soluçom através de umha planificaçom que, desenganemo-nos, ninguém fará se nom forem os sectores sociais concretos interessados em garantir um futuro à língua da Galiza como o veículo expressivo do povo que a criou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ CÁCCAMO, C., 1987. “Fala, bilingüismo, poder social”, in *Agália* (Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua) n° 10.
- ÁLVAREZ CÁCCAMO, C., 1990. “Rethinking conversational code-switching: codes, speech varieties, and contextualization”. In *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, February 16-19, 1990. General Session and Parasession on The Legacy of Grice*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, pp. 3-16.
- ARGENTE, J. A. e LORENZO, A. M., 1991. “A relevancia social da alternancia lingüística”, in *Cadernos da Lingua* 3.
- CALVET, L. J., 1974. *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie*, Payot, Paris.
- CALVET, L. J., 1998. *(Socio)lingüística*. Laiovento, Santiago de Compostela.
- COSERIU, E., 1991. *Principios de semántica estructural*. Gredos, Madrid.
- DOBAO, X. A. L., 1993. “A lingua galega e a TVG. Situación actual e propostas para unha nova política lingüística (I)”, in *Cadernos deLingua* 7.

(34) J. LYONS (1986).

- FERGUSON, C. A., 1959. "Diglossia", in P.P. GIGLIOLI, 1972: *Language and Social Context: Select Readings*. Penguin books, Harmondsworth, Inglaterra.
- FISHMAN, J., 1982. *Sociología del lenguaje*. Cátedra, Madrid.
- GARRIDO, C., 1996, Experiência didáctica da tradução para galego das cláusulas de relativo inglesas com *whose*, in *Agália*, 48: 471-476.
- GIGLIOLI, P. P., 1972. *Language and Social Context: Select Readings*. Penguin books, Harmondsworth, Inglaterra.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, S., 1989. *Introducción a la Semántica Funcional*. Síntesis, Madrid.
- HARRIS, Z. S., 1952. *Methods in structural linguistics*. University of Chicago Press, Chicago.
- HELLER, M., 1982. "Negotiations of Language in Montreal". In *Language and Social Identity*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HENRÍQUEZ SALIDO, M. C., 1997. *Interferências lingüísticas na direcção galego>espanhol na Comunidade Autónoma Galega*. *Agália*, 50: 205-217.
- LABOV, W., 1976. *Sociolinguistique*, Minuit, Paris.
- LYONS, J., 1986. *Introducción a la lingüística teórica*. Teide, Barcelona.
- LYONS, J., 1974. *Semântica estrutural*. Presença / Martins Fontes, Lisboa.
- LYONS, J., 1980. *Semântica I. Presença* / Martins Fontes, Lisboa.
- MEILLET, A., 1921. "Comment les mots changent de sens", in *Linguistique historique générale*, Champion, Paris.
- PORTAS, M., 1991. *Língua e sociedade na Galiza*. Bahía, Corunha.
- A. G., 1993. *Estudio sociolingüístico da comarca ferrolá*, anexo 1 dos Cadernos de Lingua, Corunha.
- RODRÍGUEZ CADENA, Y., 1996. *Los semihablantes bilingües: habilidad e interacción comunicativas*, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá.
- ROJO, G. E JIMÉNEZ JULIÁ, T., 1989. *Fundamentos del análisis sintáctico funcional*, Lalia, 2, Universidade de Santiago de Compostela.
- SÁNCHEZ CARRIÓN, J. M., 1981. *El espacio bilingüe*. Eusko Ikaskuntza, Burlada.
- SÁNCHEZ CARRIÓN, J. M., 1987. *Un futuro para nuestro pasado. Claves para la recuperación del Euskara y Teoría social de las lenguas*. Ed. do autor, Donostia.
- SAUSSURE, F., 1916. *Cours de linguistique générale*. Paris.
- SOUTO, E., 1994. *Sócio-didáctica lingüística*. Laivento, Santiago de Compostela.
- ULLMAN, S., 1977. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- WARDHAUGH, R., 1992. *Introducción à sociolingüística*. Universidade de Santiago de Compostela.



Castelão e a Arte Moderna nas páginas do *Diário*

José David ARAÚJO
(Vila Verde)

I. INTRODUÇÃO

Alfonso Rodríguez Castelão (1886-1950) foi uma personalidade política, ensaísta, pintor, caricaturista e pensador estético. Todas estas facetas tinham como pano de fundo a sociedade galega e como objectivo fazer da Galiza uma terra viável e próspera onde o povo galego vivesse desafogadamente, sem recorrer à emigração, ao servilismo ou à subserviência a Castela. Para isso a Arte tinha um papel de despertador das consciências com vista a possibilitar uma acção social e política que emancipasse o povo galego dos vários jugos que o oprimiam. Mas esta Arte só cumpriria a tarefa proposta por Castelão se estivesse profundamente enraizada com o povo galego e se fosse realizada para esse mesmo povo. Há, portanto, uma arte de compromisso com um povo. A obra artística de Castelão e o seu pensamento estético registado em muitos textos são uma prova bem objectiva do que aqui é afirmado. Não se pode fazer uma divisão entre o galeguismo de Castelão e a sua actividade artística. O mesmo se passa com as suas actividades políticas, sociais, ensaísticas, etc.

Castelão fez parte da chamada Geração Nós, com outros companheiros, onde se destacaram Vicente Risco, Otero Pedraio, Florentino Cuevilhas, entre outros. Este grupo juntou-se à volta da revista *Nós*, estabelecendo um íntimo contacto tanto com Teixeira de Pascoaes como com a geração da Renascença Portuguesa¹.

Apesar dos diferentes percursos e dos diversos posicionamentos dos principais propulsores de Nós perante a dramática guerra civil espanhola e da ditadura consequente, que há muito se tinham começado a delinear, havia um mesmo ima-

(1) Cf. SEABRA, José Augusto, A geração da «Renascença Portuguesa» e a revista «Nós», em *Nova Renascença*, Vol. VII, Verão/Outono, 1987.

ginário de que todos comungavam. E esse imaginário girava em torno da terra quase mítica que é a Galiza e o seu espírito.

É este o contexto de Castelão quando parte, em 1921, para um périplo pelo centro da Europa —França, Bélgica e Alemanha—, com a ajuda de uma bolsa a fim de se inteirar dos principais movimentos artísticos do seu tempo e de outras obras marcantes da História da Arte. As suas impressões, ideias e argumentos foram cuidadosamente registados no seu *Diário*.

Concentrei-me naquelas passagens onde Castelão emitia mais claramente o seu pensamento sobre as correntes daquilo que ele chamava *arte nova*, que eram os movimentos artísticos das duas primeiras décadas do século XX. É com base nessas passagens que ousou apresentar o pensamento estético de Castelão perante a Arte Moderna o mais fiel possível aos escritos do *Diário*.

II. CASTELÃO E A ARTE MODERNA

De 26 de Janeiro a 10 de Outubro, de 1921, Castelão demandou o centro da Europa a fim de se inteirar do que de inovador no campo das artes se estava fazendo. França, Bélgica e Alemanha eram os países a visitar, nos primórdios deste século, recheados dos mais variados museus e galerias de arte, possibilitando um conhecimento directo e de ponta no mundo da arte. Era essa sede de novidade e de informação que urgia ser satisfeita em Castelão, assim como se preparar melhor para lançar na Galiza uma arte verdadeiramente galega.

Começando pela França, Castelão instala-se em Paris, iniciando o seu périplo pelos museus e galerias da capital mundial da arte de então.

A primeira grande exposição a ser visitada é a dos “artistas independentes”, em 30 de Janeiro. Aí Castelão depara-se com novas correntes e novas técnicas, que o iam estonteando. Fica mesmo admirado com as “tolerias de Paris”, mas mantendo sempre o respeito “pelas coisas que não compreendo”, não se rindo de homens que manipulam tão bem as cores façam “tais coisas sem senti-las”². Castelão chega mesmo a contabilizar que cem dos artistas que produzem pintura nova, oitenta fazem “pour épater le bourgeois”, sendo convencidos os outros vinte. O artista galego reconhece que o triunfo da cor é um dado factual na arte moderna, ainda que discorde, nesta altura, de tal facto³.

Desta exposição Castelão vai tecer alguns comentários, que lhe ocorrerão ao apreciar as obras de artistas representantes das correntes mais recentes, dadaísmo, cubismo e futurismo. No *Diário* chega mesmo a confessar que sobre os “dadaístas não os entendi, nem aos cubistas”, nutrindo alguma admiração pelo futurismo⁴.

Para além de citar alguns extractos futuristas, afirma que os futuristas pretendem uma renovação, que são revolucionários e fortes, com fé nos tempos da velocidade, que vinham sendo anunciados⁵. Mas Castelão desvela que “não quero esses

(2) CASTELÃO, *Diário 1921*, Vigo, Editorial Galáxia, 1977, p. 32.

(3) *Ibid.*, p. 32.

(4) *Ibid.*, p. 33.

(5) *Ibid.*, p. 34.

tempos e não sou futurista, pois sendo galego tenho de ser antifuturista”⁶. Corroborando com o pensamento de Losada Diéguez, de que o sinal da potencialidade e da fortaleza seja o caminhar a pé, para poder olhar de frente a natureza e poder ir a um futuro mais além. “Eu pelo menos vou mais além do Futuro dos futuristas”⁷.

Nas suas deambulações por Paris, onde Castelão aproveitava para observar e registar o que ia vendo, deparou-se com a torre Eiffel que lhe pareceu “uma grua mui grande, mui grande, feita por um engenheiro inimigo da Arte”⁸. Outras vezes eram as igrejas que apelavam ao espírito e à espiritualidade de Castelão, onde fazia as suas preces à divindade. Na visita à catedral de Nôtre Dame revela-nos o teor de uma dessas preces: “Pedi a Deus que não me mate nem me deixe cego enquanto não remate a minha obra que surgirá quando desenvolva todas as possibilidades da alma que Ele me deu. Tenho ganas de ser bom”⁹.

Como vimos na introdução a este trabalho, Castelão é motivado pela necessidade de uma arte galega, com uma dimensão social e artística enraizada numa realidade nacional. Os motivos galegos e a problemática galega dão forma e substância ao seu olhar¹⁰. Assim, não é de admirar das suas considerações sobre o que ia vendo da arte moderna parisiense que ele apelava de “tolerias novas” e que lhe suscitavam “uma grande escama”¹¹. “Marinetti, italiano; Picasso, catalão; Russel, ianque; Picabia, cubano. Eis aí os pais do futurismo, do cubismo, do sincronismo e do dadaísmo. O futurismo é o único que tem fundamento e Marinetti, italiano, fê-lo nascer em Itália; as outras escolas nasceram em Paris de pais estrangeiros e de gentes que não poderiam dar-se a conhecer doutro jeito nesta grande cidade”¹².

Ainda que possa não parecer, a ânsia de Castelão em tentar compreender o cubismo é muito grande. O caricaturista galego tudo fará para o entender. Nas galerias onde os quadros cubistas são expostos e comercializados, Castelão entra em busca do sentido da arte cubista e faz perguntas. Utilizando a técnica socrática da *ironia*, fazendo-se de ignorante, compra um folheto explicativo e lança perguntas a uma mulher que vende os referidos quadros. “Fiz-me de parvo e a pobre mulher queria explicar-me aquilo de todos os jeitos possíveis para que eu entendesse; mas eu não queria entender bem para escutar mais razões, e a pobre mulher, seguramente bem instruída pelos *mestres novos*, não logrou fazer mais que frases: ‘O assunto não interessa’; ‘A orquestração das linhas’; ‘O ambiente’; ‘Arte que rompe com a tradição’. Ai, pelos vistos partirei de Paris sem entender o cubismo!”¹³.

A arte nova presenciada por Castelão interessa-o, na medida em que o poderá ajudar a situar-se como “homem da minha terra e do meu tempo”¹⁴. Mas esta nova arte corta de tal modo relações com a tradição “que prefiro ficar à beira da *maio-*

(6) *Ibid.*, p. 34.

(7) *Ibid.*, p. 34.

(8) *Ibid.*, p. 45.

(9) *Ibid.*, p. 56.

(10) Cf. PENA LÓPEZ, Carmen, *A Arte*, Vigo, Galáxia, Biblioteca Básica da Cultura Galega, 1992, p. 274.

(11) CASTELÃO, *Ob. cit.*, p. 66.

(12) *Ibid.*, pp. 66 e 67.

(13) *Ibid.*, p. 70.

(14) *Ibid.*, p. 70.

ria conservadora”, ainda que se considere um espírito “bem aberto a todas as revoluções”¹⁵. Mas como poderia Castelão convencer-se a si próprio do contrário? Como poderia aceitar uma arte separada da natureza e da sinceridade? Pode-se cortar com a beleza tradicional e encontrarem-se novas formas, não sendo propriamente aí que Castelão se prende, já que o sentimento saudoso da sua casinha e da sua terra é bem grande, até “ser um artista verdadeiramente galego”¹⁶. O que Castelão *não perdoa* à arte que observava em Paris era o seu desligamento a uma terra, a um povo e a uma pátria. Essa arte parisiense estava nos antípodas dos objectivos artísticos de Castelão, gerando no seu espírito alguma perplexidade e, até, rejeição.

Aos poucos Castelão ia delineando o seu ideal de criar uma *arte galega*, mas insistindo em continuar a procurar as “intenções dos artistas cubistas”. No dia 2 de Março volta ao assunto com a compra de um folheto, *Cubisme et tradition*, na ânsia de inteirar-se da “razão das novas escolas”. Mas, como que desiludido, vai confessando que não encontrou “ainda bem realizado nenhum dos propósitos da jovem arte”¹⁷. A 14 do mesmo mês, ao traduzir folhetos que versavam sobre o cubismo, há uma *evolução* em Castelão, ao emitir uma nova opinião acerca daquele movimento artístico, “cujas doutrinas são verdadeiramente interessantes”¹⁸. E na carta mensal que Castelão escreve à junta, descrevendo com alguma minúcia as suas visitas e estudos, é já positiva a sua mensagem sobre o cubismo, “digo que me é simpática a intenção intelectual”¹⁹. Encontramos, à medida que a sua estadia parisiense decorre, uma compreensão da nova arte cubista, ainda que num plano meramente ideal.

Não se pode discorrer sobre o cubismo sem se falar de Picasso. É um encontro inevitável, atendendo ao grande envolvimento daquele artista catalão na génese do próprio cubismo. Castelão não foge à análise, nem à reflexão, das obras de Picasso, quando da visita a uma exposição particular. A sua observação é contundente: primeiro, porque, já inteirado da doutrina, fica decepcionado com as obras, pois “quando vejo as obras cai-me a alma aos pés”²⁰. Parece-lhe que o movimento referido fica-se bastante pelo plano das intenções²¹. Segundo, Castelão vê em Picasso um “farsante” que “não sabe *debuxar*”. “Pude ver uma cheia de debuxos de Picasso, debuxos que não são cubistas (por certo um deles era um aldeão galego imaginado por um madrileno); pois bem, a mim parece-me que Picasso é um homem de gosto refinado se se quer, mas não sabe debuxar. As linhas são dum homem culto que se enamorou das artes todas e que o mesmo fala de música que debuxa quatro parvoíces de *bom gosto*. Alegrar-me-ia estar enganado; mas eu tenho a Picasso nada mais que por um *amateur* da arte”²². No dia 24 de Maio

(15) *Ibid.*, p. 71.

(16) *Ibid.*, p. 71.

(17) *Ibid.*, p. 74.

(18) *Ibid.*, p. 84.

(19) *Ibid.*, p. 90.

(20) *Ibid.*, p. 96.

(21) *Ibid.*, p. 97.

(22) *Ibid.*, p. 97.

Castelão assiste a uma outra exposição de Picasso. Aí reconhece-lhe talento, “um talento de comerciante catalão”²³, levando Castelão a desejar um quadro de Picasso como *souvenir* de Paris²⁴. Para além de um investimento económico, representado na compra de um quadro de Picasso, Castelão também reconhece que o pai do cubismo é um “homem que fez uma revolução na arte e que talvez, talvez, as suas tolerias sirvam para uma renovação”. Castelão vaticina que “Picasso ficará na História da Arte, para o bem ou para o mal”²⁵. É inegável que Picasso tenha feito algo, não apenas que tenha suscitado a renovação no espírito de outros artistas e que “faz pensar os pensadores e por ele agora existe uma filosofia da arte ajeitada às ideias do nosso tempo”²⁶. Isto é para Castelão no que Picasso soube ser artista, ainda que o não possa admitir como pintor. “Picasso é um inteligente”²⁷.

Ao contemplar os quadros de François Kupka, numa exposição, Castelão discorre sobre o sincronismo, cujos “chefes” são Morgan Russel e S. Macdonald Wright. Aí aproveita também para escrever sobre a corrente sincronista, baseando-se no seu manifesto. Apesar da grande semelhança entre o sincronismo e o orfismo, de que Kupka é um representante, há uma reacção dos criadores da primeira corrente para que não sejam confundidas. A simpatia de Castelão vai claramente para Kupka, revelando de novo que não entende “migalha o manifesto sincronista e muito menos ainda depois de ver alguns quadros dessa escola”²⁸.

De novo perante o dadaísmo Castelão é mais mordaz do que nunca. Há entre o artista galego e o movimento Dada uma verdadeira incompatibilidade. Vejamos o que Castelão escreve no *Diário* a 13 de Junho, a respeito do dadaísmo. “Já sei o que é o dadaísmo. O dadaísmo não é nada; o dadaísmo é fazer nada com nada e é pior que nada porque é parvo e num povo onde haja um pouco de higiene espiritual os dadaístas seriam malhados a paus”²⁹. Neste mesmo dia Castelão tinha estado em duas exposições dadaístas, na de Max Ernst e no Salão Dada. Da primeira nada nos diz, “nem migalha”. Na Segunda vê alguns objectos com letreiros a indicar o que se deve ver. Os objectos e os letreiros, que reflectem uma certa ironia, bastante utilizados no dadaísmo “podia ser uma burla das novas escolas de pintura e de escultura”. Mas para isso “haveria de ser mais cómica e mais engenhosa”³⁰.

Castelão acaba os pensamentos do dia escrevendo sobre a revolução artística originada com a invenção da máquina fotográfica. “A invenção da fotografia matou a intenção dos artistas que queriam imitar a forma das coisas, pois um instrumento cego chegou a fazer o que até então não pudera fazer ninguém”³¹. Com isto levou os artistas a optarem por não fazer uma mera imitação dos objectos. Depois veio o cinema, representando quadros em movimento. Isto para Castelão questio-

(23) *Ibid.*, p. 148.

(24) *Ibid.*, p. 148.

(25) *Ibid.*, p. 148.

(26) *Ibid.*, p. 148.

(27) *Ibid.*, p. 149.

(28) *Ibid.*, p. 154.

(29) *Ibid.*, p. 155.

(30) *Ibid.*, p. 158.

(31) *Ibid.*, p. 158.

nar o futurismo e da sua dificuldade em pintar o movimento que é muito mais eficaz quando projectado no ecrã do cinema³².

Ainda em Paris Castelão vai aproveitando os derradeiros dias em terras francesas para ver mais algumas exposições. No dia 22 de Junho o caricaturista galego chega a Bruxelas.

À medida que o comboio evoluía em terras belgas, Castelão reflecte em voz alta e desvela o seu imaginário, profundamente arreigado à terra e ao imaginário galego. Aí Castelão vê as aldeias organizadas à maneira das cidades, o que lhe entristecia profundamente o espírito. “Este espectáculo deu-me uma profunda pena, a mim que sou tão ruralista e até penso que se a cidade tem de existir cumpre ruralizá-la”³³. O seu ruralismo “mosqueou-se dos homens civilizados”, que mais não fizeram do que construir sociedades de térmites, “que nos assemelha aos *anilmalinhos* que por instinto obedecem cegamente a leis que eles desconhecem”³⁴. E Castelão na sua análise crítica vai ainda mais longe ao *sacralizar* a aldeia e *profanar* a cidade, numa mundovisão típica de um galego *enxebre* profundamente comprometido com a paisagem rural, que era o normal na Galiza do seu tempo. “No campo está Deus e nas cidades o demo, pensei eu; mas hoje vi que o campo pode organizar-se ao jeito da cidade, matando o pitoresco, afogando toda a poesia da paisagem, tapando com a obra do homem a Deus que aparece na Natureza”³⁵.

A seguir Castelão irá admirar as praças, as cidades, os diversos museus, as igrejas e outras manifestações da arte flamenga. Os seus comentários versam mais sobre artistas e correntes passadas do que manifestações das novas escolas modernas. Daí que a sua estadia em terras belgas contenha menos interesse a um trabalho que se pretende focar no pensamento de Castelão perante a arte moderna³⁶.

Apesar disso não poderemos deixar de assinalar, de forma breve, o grande fascínio que Castelão sentiu quando, no Museu Antigo, contemplou aquilo que denominou pelos “primitivos belgas”, destacando Bosch, Brueghel e Huys. “Dia 27 (Junho). Hoje passei um bom dia no Museu Antigo. Estou verdadeiramente tolo com os primitivos flamengos. Passei toda a tarde diante de três quadros; ‘As tentações de Sto. Antão’ de Bosch (começos do século XVI), ‘A caída dos anjos rebeldes’ de Brueghel, o velho (1564-1637), e ‘O juízo derradeiro’ de Huys (1525-1571)”³⁷. Castelão copia alguns modelos que vê dos artistas citados, e podemos comparar com caricaturas suas feitas mais tarde, onde a influência é notável.

No dia 17 de Agosto Castelão chega a Colónia, na Alemanha, último país a ser visitado antes de regressar à Galiza. Aí começa de novo a ronda pelos principais museus das cidades de Colónia, Berlim e Munique. É durante a estadia alemã que Castelão irá mostrar a sua mais profunda posição filosófica acerca da chamada arte nova.

(32) *Ibid.*, p. 159.

(33) *Ibid.*, p. 171.

(34) *Ibid.*, pp. 171-173.

(35) *Ibid.*, p. 173.

(36) *Ibid.*, pp. 171-238.

(37) *Ibid.*, pp. 178-179.

Castelão vê em muita da arte moderna uma espécie de decadência greco-latina. “A arte nova existe como existe também um novo espírito, o que passa é que todo o mundo por preguiça mental ou anquilosamento da inteligência prefere a continuação da decadência greco-latina”³⁸. Muitos homens da arte constataram que com a fotografia morria o naturalismo o que “resultou numa friagem e numa fealdade que para existir a arte numa obra é preciso que fuja da imitação fotográfica”³⁹. Daí a necessidade de se “recomeçar uma nova tradição”, excluindo “a civilização que estamos rematando de viver”⁴⁰. Quando os “homens construtivos” descobrem com os “novos sentimentos” que vão surgindo “aparecerão ideias novas tanto sociais, como políticas ou filosóficas”⁴¹. Daí um certo desejo “de reabilitar a Idade Média, ou seja o desejo de voltar atrás; mas... com a experiência do caminho para que o movimento a seguir não seja uma circunferência senão uma volta da espiral”. Mas Castelão teme o alegado “espírito *avançado*” que quando fala de arte cheia a “poder”. “Um espírito novo tem de ser futurista e não passadista nem presentista”⁴².

Na medida em que Castelão observa novas exposições vai-se posicionando como futurista. Mas o seu futurismo distingue-se “do que é só decadentista”. Este artista galego também se separa do que ele denomina por “espíritos conservadores que refutam todas as inovações”⁴³. Estes espíritos “são ridículos” levando a alma e o corpo trajados com uma moda já passada⁴⁴.

É sobre o futurismo de Castelão que o levará a discorrer de seguida. Mas esse discorrimento é feito perante as diversas manifestações da arte nova.

Nos salões de baile triunfa o Jazz-Band, tendo muita gente preferência por dançar ao som de um cornetim do que de um piano, realçando-se o aspecto “selvagem” da dança⁴⁵. Nesta manifestação Castelão vê decadência, “sustentada pelo dinheiro dos novos ricos”. E vai mesmo ao ponto de considerar o Jazz-Band como uma “arte que se compreende quando um está bebido, quando um tomou um copo a mais”. Perante isto impõe-se a necessidade de distinção entre a “inocência dos primitivos”, dos “selvagens”. Mas Castelão sente o quanto difícil e confuso é separar “o que pode ser produto da decadência ou o que obedece ao sentimento da renovação”, experimentando “sentimentos contrários, de simpatia muitas vezes e de antipatia as demais”⁴⁶.

Noutra consideração sobre a nova arte, Castelão defende a supremacia da linha sobre a cor, entendendo-a como o “esqueleto”. Só a linha dá “forma” e “força” à pintura. Aqui Castelão lamenta-se do esquecimento a que estão vota-

(38) *Ibid.*, pp. 265-266.

(39) *Ibid.*, p. 266.

(40) *Ibid.*, pp. 266-267.

(41) *Ibid.*, p. 267.

(42) *Ibid.*, p. 267.

(43) *Ibid.*, p. 270.

(44) *Ibid.*, p. 271.

(45) *Ibid.*, p. 271.

(46) *Ibid.*, p. 271.

dos os “debuxantes” na renovação da arte. Na linha dos grandes mestres do desenho e da caricatura a “linha abunda” e neles “um intelectual olhará neles a alma limpa do artista”⁴⁷.

A Idade Média vai surgindo ao espírito de Castelão como estímulo de procura “no que nós temos de eterno a semente da arte futura”. Como à nossa volta “não temos mais do que caos”, urge sermos “idealistas”⁴⁸. Aqui Castelão afirma-se não como um “imitador” mas como um “intérprete” da natureza, ao “jeito dos poetas”, ainda que deva “esquecer” as palavras. Ao compor uma paisagem Castelão procurava um assunto, “eu era um simbolista”. E agora? Agora permitirá que a natureza entre dentro de si, para que, de imediato, ela saia por onde puder. “Serei futurista, cubista, expressionista, orfista? Não; serei outra coisa que ainda não sei o que será”⁴⁹.

Demandar o “eterno” em nós é a acção a tomar. Quando o encontramos estaremos perante a “verdadeira Humanidade” em nós próprios. Mas atenção! Palavras como “Humanidade, Progresso, Fraternidade, Cultura, Liberdade, etc., etc.” deveriam ser depuradas e dar-se o seu verdadeiro sentido. Mas o melhor ainda seria dar-se ao povo outros conceitos menos sujeitos à “mistificação”, como, “Tradição, Perfeição, Civilização, etc.”⁵⁰. Isto reflecte-se na Arte, pois a ninguém gostalhe uma arte incompreendida pelas gentes.

Seguidamente Castelão irá defender acerrimamente a ideia de arte popular, “do povo e para o povo”. Isto significa que a arte quer-se “conforme ao *gosto* do povo e não ao parecer do povo (o *parecer* que tem hoje)”. Para isso é imperioso mudar o gosto das pessoas que influenciam o padrão do gosto, levando a que o povo mude de *parecer*, dando um carácter popular à arte nova. É contra o elitismo artístico, tão presente na arte nova do seu tempo, que Castelão reage com a valorização do papel do povo na Arte. Ele chega mesmo a profetizar que a “arte de amanhã” voltará o seu olhar para uma espécie de uma nova Idade Média⁵¹.

A arte como destinada ao povo, a arte que fala do povo, a arte com motivos populares e em cenários e paisagens rurais, será o rico filão seguido pelo Castelão artista.

O artista de Rianjo não poderia perdoar a uma arte que se afastasse do mundo e do imaginário popular. É que para além de artista e de esteta, Castelão foi também um homem político e ensaísta. O seu compromisso à realidade social e política da Galiza era total e será levado até às últimas consequências... até ao exílio.

Aos olhos de Castelão o produto dos artistas contemporâneos nada lhe pareceu demasiado relevante, “não me pareceu superior ao que eu posso fazer”. Entretanto seriam reforçadas as suas “*afirmações*” e as suas “*negações*” como artista ligado à “terra e no espírito”⁵².

Este projecto estará bem presente no Castelão regressado à Galiza.

(47) *Ibid.*, p. 300.

(48) *Ibid.*, p. 304.

(49) *Ibid.*, p. 305.

(50) *Ibid.*, p. 307.

(51) *Ibid.*, p. 308.

(52) *Ibid.*, p. 311.

III. PARA NÃO FINALIZAR

Como podemos constatar Castelão é um artista comprometido social e politicamente com a Galiza. Até a sua mundividência estética está muito próxima do imaginário dos principais intelectuais da Geração Nós, profundamente imbuído de alguma mitologia celta e de medievalismo. Castelão apontava o contrário do muito que era indicado como cânone pela arte moderna. Ainda que Castelão tenha compreendido intelectualmente esses princípios, o seu coração desviava-lhe o olhar para outras paisagens: a civilização atlântica anunciada pelo seu companheiro Vicente Risco, na célebre *Teoria do nacionalismo galego*, em 1920. Galiza e Portugal seriam o espaço geográfico para o florescimento tão desejado.

A influência portuguesa em Castelão foi considerável mais no domínio do ensaio político, expresso no *Sempre em Galiza*, mas menor no domínio da arte, ficando-se por Bordalo Pinheiro⁵³ e, possivelmente, Leal da Câmara⁵⁴.

O pintor portuense, Dominguez Alvarez, que era de origem galega, recebeu influência de Castelão, anunciado por Rui Mário Gonçalves⁵⁵. De facto há uma semelhança em alguns quadros de Castelão e de Alvarez que se poderá ver na temática e no cenário. O fantástico, o mítico as paisagens portuguesaicas são comuns nestes dois pintores. Mas aqui falta ainda um estudo aprofundado sobre a real influência de Castelão na pintura portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Castelao, *Diário 1921*, Vigo, Editorial Galáxia, 1977.

Gonçalves, Rui Mário, *A arte portuguesa do século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

González Pérez, Clodio, *Castelao: caricaturas e autocaricaturas*, Corunha, Edições do Castro, 1986.

Pena López, Carmen, *A arte*, Vigo, Editorial Galáxia, Biblioteca Básica da Cultura Galega, 4, 1992.

Seoane, Luís, *Castelao artista*, Corunha, Edições do Castro, 1984.

(53) Cf., GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio, *Castelao: caricaturas e autocaricaturas*, Corunha, Edições do Castro, 1986, p. 11.

(54) Cf., SEOANE, Luís, *Castelao artista*, Corunha, Edições do Castro, 1984, pp. 26 e 27.

(55) GONÇALVES, Rui Mário, *A arte portuguesa do século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.



Reflexões em torno a umha exposiçom de cartazes sobre o plesbicito para o Estatuto de Autonomia galego de 1936

Nemésio BARXA
(Ourense)

As “Galerias Sargadelos” levarom por toda a Galiza umha importante amostra dos cartazes que dinamizarom e moverom vontades de galegos para votar SIM ao Estatuto de 1.936. Certamente a mostra é reduzida, mas interessantíssima. Podem ser seis cartazes grandes e oito menores; nom fiquemos na anedota do escasso número de cartazes, mais bem pensemos que isto é história, história galega, a história que foi furtada a este país desde a longínqua data de 1500 quando umha rainha xenófoba e racista negou-nos a personalidade, a dignidade e coutou todos os nossos direitos como povo, como reino e como indivíduos; mas daquela, igual que agora, nom foi a grande culpada a tal rainha, que ainda por cima chamavam “católica”; os grandes culpados foram os que desde o interior demitirom das suas responsabilidades, negarom e venderom o seu povo e aceitaram as prebendas para aliar-se com os de fora. Desde aquela negou-se-nos inclusive a História, com maiúscula. Carecemos de história, nom temos heróis nem príncipes nem princesas, nem guerreiros galegos nem mitos ...; e se algum herói galego sai nos papéis é de esquelha e servindo a outra causa nom galega.

Os cartazes expostos som história; a exposiçom recupera bocados do passado que nos roubarom. Na apresentaçom de outra mostra também de cartazes, como esta promovida por Isaac Diaz Pardo e a Galeria Sargadelos, em Vigo, referida aos combatentes italianos no levantamento franquista, comentava-se como nem as Universidades Galegas nem a Faculdade de História nem o Seminário de Estudos Galegos “Padre Sarmiento” nem instituiçom algumha foi quem de promover, alentar, fazer ou investigar em actos e exposiçõs deste tipo; ninguém se preocupa de contribuir para recuperar a memória histórica deste país ou quiçá de este impaís, como diz Xavier Alcalá, este impaís que nem sabe como se chama porque lhe é

negada autenticidade ainda no próprio idioma e dizem-lhe que o seu nome é o que lhe foi atribuído numha língua alheia, até o ponto de que esses amigos-inimigos interiores podem estabelecer, ponhamos por caso, como normativizado “xustiza” mas nom se atrevem co autêntico nome de “Galiza”.

No percurso pola exposiçom o estilo “castelao” resulta inconfundível ainda nos cartazes que nom ficam assinados: a chamada com toque de sino, o labrego abraçado aos seus nenos (coa legenda “para que a nosa terra sexa nosa Vota o Estatuto”) e a vaca amarela mungida polo capitalista (também coa legenda de “para que remate esta vergonza Vota o Estatuto”), recolhem a intencionalidade e o drama dos seus personagens ou a solidom daquele sino e dos labregos ao fundo. — Seoane com seu grande polvo e a legenda “o Estatuto libertará-a-nosa Terra” desenha graficamente de jeito magistral a situaçom da Galiza oprimida e chuchada por mil ventosas—. Dous cartazes mais, um deles assinado por Camilo Diaz Baliño e outro que penso também será da sua autoria por ser da mesma feiçom: cartaz amável, em azul, branco e preto representando umha mulher com umha estrela na frente, ramo de oliveira na mão e roda dentada (representando a indústria) na outra, sobre a túnica que veste o escudo da Galiza, e só quatro palavras “Estatuto de Galicia SI”; o outro cartaz, assinado por Zeus, também prazenteiro de contemplar e sobre fundo amarelo, representa a face de umha formosa mulher rodeada de pássaros e coa legenda “Votade por unha Galicia ceibe”. Penso que cartazes grandes som os seis que deixo descritos.

Logo, oito de menor tamanho. Dous de Carlos Maside, cos números 111 e 112, representando umha águia muito geométrica abatida por flecha e com a legenda: “O Estatuto é a arma que abatirá o caciquismo”; o outro representa umha mão com papeletas do SIM e escrito “Galegos, na vosa man está o porvir da vosa Terra ¡Votade o Estatuto!”. Revelador é o que, sem assinar, representa duas labregas trabalhando a terra com o rótulo “Mulleres que traballades como homes, como homes votade o Estatuto”. Do Comité Central, o cartel só diz: “Autonomia de Galicia”. Também sem assinar, sobre fundo vermelho, o rótulo “Para arrematar cos caciques cando votedes o Estatuto poñede SI”. Assinado por Xalo, cadeia sobre estrela radiante a cores azuis, com a inscriçom “Galegos, para conquistar a libertade hay que tronza-la cadea. Para tronzala poñede SI cando votedes o Estatuto”. Igualmente, sem identificaçom, sobre fundo preto, um grande SIM cruzado pola bandeira galega e em baixo a lenda “...é o que debe pôr todo bon galego cando vote o Estatuto”. Por último, outro da autoria de Isaac Diaz Pardo, que representa duas estrelas sobrepostas, umha vermelha, e a frase “las dos simbolizan la libertad ¡Camarada! Al votar el Estatuto de Galicia pon SI y ayudarás a su triunfo”

Completam a mostra vários panfletos, escritos, manifestos, actas, comunicados diversos de Sociedades, partidos políticos, Assembleias, etc., e até autocolantes. Mais 46 livros com temas referentes ao Estatuto ou com ele, com a sua época ou com personalidades coetâneas, relacionados; e complementado tudo com três painéis brevemente ilustrativos da aventura histórica galega até o ano 1936.

Com os meios que conta, com vontade de ferro, com a teimosia de quem foi protagonista na história e que conviveu com heróis pouco divulgados, Isaac Diaz Pardo vai regalando-nos treitos da nossa historia mais recente, tam desconhecida

como a mais afastada; Edicións do Castro publica libros que nos descubrem heróis de carne e osso, muito perto de nós no tempo, que lutarom, e até morrerom, por umha Galiza auténtica.

Se é certo que os povos que ignoram a sua historia ficam condenados a repeti-la (e nos estamos a fazê-lo) deveríamos ser conscientes da importância que para todos nós, que para a Galiza, tem conhecer a sua história, para nom cair nos mesmos erros, repetir os mesmos equívocos e para recuperar a dignidade de saber que entre nós houvo heróis, capitães intrépidos, diplomatas, magos, homens de letras, e que o nosso povo foi quem de gestas heróicas e pioneiro em muitos movimentos sociais e políticos na Europa. Negarom-nos o voto em Cortes e mesmo a nossa memória, da que se recupera nesta exposiçom um bocado bem recente do espirito de sobrevivência, de dignidade nacional e de identidade popular.

A identidade duma terra chamada inicialmente “Gallaecia” e que nem os romanos conseguiram desvirtuar, mais bem aproveitaram a sua coesom; que os Suevos converterom na primeira monarquia peninsular; que criou um idioma, derivado do latim mas com elementos próprios das línguas locais; essa identidade sobreviveu agachada no povo apesar da repressom político-religiosa levada a cabo na Idade Moderna e Contemporânea. Essa coesom é que facilita o nascimento de movimentos mais ou menos reivindicativos netamente “galeguistas” como puderom ser o “provincialismo” de Antón Faraldo, movimento progressista que reivindicava para Galiza o autogoverno e o cultivo da própria língua, que careceu de continuidade talvez por vincular-se a umha subversom militar; a seguir o “Ressurgimento”, movimento de índole cultural que alcançou continuidade e implantaçom popular, expressom do tardo-romantismo originário da Alemanha; o “Rexionalismo”, de Alfredo Brañas, superador especialmente do “antigo Rexime”. Quando a derrota dos Impérios centrais na Guerra Europea gera os princípios das nacionalidades e o conceito de autodeterminaçom, que muda os movimentos chamados “regionalistas” em “nacionalistas”, surge aqui o “Nacionalismo” que encabeça Vilar Ponte, a que se aponta a Geraçom NÓS e que possibilitará posteriormente o agrupamento no “Partido Galeguista” onde conviviam pessoas das mais diversas ideologias, desde reaccionários como Risco até marxistas como Suarez-Picallo, passando por republicanos progressistas como Vilar Ponte, Castelao e Bóveda, mas todos com a prioridade ideológica do nacionalismo, e que com escasos meios atingiu importantes objectivos, principalmente a aprovaçom do Estatuto de Auto-

O MOVIMENTO AUTONOMISTA GALEGO
ENCOL DO PLEBISCITO DO 1936



GALERIA SARGADELOS

HABANA, 20

32003 OURENSE - TFNO.: 988 - 37 09 26

MARZO/ABRIL 1998

nomia para Galiza em luta com elementos destacados do “nacionalismo imperia-
lista espanhol”, que o demoravam e impediam. Foi essa identidade nunca perdida
que possibilitou que poucos homens fossem capazes de movimentar um povo
desideologizado e fortemente dominado polos caciques, inimigos do Estatuto.

As arelas autonomistas galegas vinham de longe. Já em 1808, com a invasom
napoleónica, a Junta Suprema do Reino de Galiza dá instruções reservadas ao
General Blacke, chefe das tropas galegas, para que actue com total independência
de forças alheias a Galiza; promovido pola dita Junta, assinou-se na Corunha um
tratado de “federación perdurable entre Galiza e Castela” no que entravam as pro-
víncias do Norte de Portugal e as de Oviedo e León, restaurando assim a “Gallae-
cia”, a Galiza dos tempos romanos, como projecto de nuclear a Federaçom dos
povos peninsulares. No ano 1811 no Boletim do 6º Corpo de Exército fazia-se
constar a existência de “cierto provincialismo gallego”. Em 1843 a Junta Central
de Galiza pujo a votação a procedência de discutir “se devia ou nom este antigo
reino declarar-se independente”, proposta apresentada por Faraldo e que se perdeu
por um só voto de diferença. Em 1846 produz-se a Revoluçom Galega, derivada
do clima de hostilidade contra os governos centralistas e com o desejo de que “a
espada de Galiza faga inclinar umha soia vez a balanza en que se pesan os desti-
nos de Hes-paña”, que alcançou trágico fim nos fustilamentos de Carral. Em 1856
tivo lugar o celebre e celebrado “Banquete de Conxo” em que estudantes e artesãos
proclamam mais umha vez a unidade galega e o anseio de liberdade e democracia.
Em 22 de Julho de 1873, sendo recente a 1ª República, celebrou-se em Santiago,
por convocatória do seu Alcaide, umha Assembleia popular que aprovou por acla-
maçom o seguinte acordo: “Uma vez prantejada em Hespanha a forma republicana
federal de governo, resolvemos exercer o direito de iniciativa para organizar
politica e administrativamente o noso territorio”. Em 2 de Julho de 1887 foi vota-
do e sancionado pola “Assembleia Federal do Território” o “Projecto de Consti-
tuicòm ou Pacto Fundamental para o futuro Estado Galego”, apresentado já polo
“Conselho executivo da Rexion Galega” em Maio de 1883, anterior à Constitui-
çom Federal de Saragoça, que no seu artigo 2º expressava que “Esta Region erixe-
se em Estado Autónomo e soberan e adopta a forma democratica-republicana fede-
ral para o seu governo... así mesmo aspira à Confederación Ibérica e dende logo
contrae a obriga de coadxuvar incessantemente ca Naçom portuguesa umha eterna
alianza pactada sobre a base do mutuo consentimento e vontade de entrambos
povos”. Na abertura do curso universitário 1892-93 Alfredo Brañas, no seu dis-
curso, concretará em 16 pontos todo um programa de governo galego.

Serve tudo o dito para explicar por umha parte o fervor autonomista que per-
correu Galiza para a aprovaçom do Estatuto de 1936 e por outra para novamente
deixar clarificado que no caminho para a AÛtonomia da Galiza foi muito antes que
Catalunha e o País Basco, ainda que os Estatutos deles foram aprovados com ante-
rioridade. De novo Catalunha e o País Basco jogarom com força as suas cartas,
como o fam hoje, enquanto a Galiza foi abandonada polo desinteresse, resistência
e fervor centralista dos que daquela e agora têm o poder. Já vemos como o des-
conhecimento da historia talvez é causa de que se repita hoje, ao alcançar maiores
quotas de influência as outras duas comunidades históricas.

Antes do Partido Galeguista houve outros grupos. Nom podemos esquecer as “Irmandades da Fala”. Mas com representatividade política efectiva no âmbito estatal devemos referir-nos à ORGA (Organización Republicana Gallega Autónoma) inspirada por Santiago Casares Quiroga e galeguistas procedentes das Irmandades encabeçados por Anton Vilar Ponte, que pretendia a transformação do Estado espanhol em República Federal; no “pacto de Lestrove”, em Março de 1930, que deu origem à “Federación Republicana Gallega” integrado pola ORGA, “Alianza Republicana”, “Partido RADICAL” e outros grupos menos importantes destacaremos a declaração de federalismo espanhol e autonomismo galego, encomendando a Casares Quiroga que representasse a Galiza na reunião preparativa das futuras Cortes constituintes republicanas com o mandato de defender a declaração de princípios aprovada em Lestrove; e, como tudo há que dizê-lo, faremos menção a que foi Casares Quiroga quem no Pacto de San Sebastián (plataforma para alcançar a chegada da II República) tivo umha tibia intervenção e que umha vez mais os sentimentos e arelas nacionais galegas virom-se traídos em momentos culminantes, já que os únicos que realmente obtiverom a promessa de um Estatuto fôrom os catalães; Casares Quiroga foi inimigo na sombra do Autonomismo; o seu desinteresse por umha política especificamente galega e polo reconhecimento do Estatuto permitiu umha espécie de divisom funcional no seio da “Federación Republicana Gallega”, levando a cabo os elementos casaristas os temas próprios da participação na política espanhola enquanto os elementos galeguistas alcançavam umha certa liberdade para dedicar-se à preparação do Estatuto de Autonomia; o Seminário de Estudos Galegos já antes da queda da monarquia propugera aos republicanos galegos um projecto de Estatuto Autonómico que saiu à luz em dia 6 de Maio de 1931 (20 dias depois de ser proclamada a República) e que no seu 1º artigo dizia assim: “Galiza é um Estado livre dentro da República Federal Hespañola”; a FRG em magna Assembleia celebrada na Corunha em dia 20 de Maio de 1931, antes de terem-se convocado as Cortes Constituintes espanholas, debateu e aprovou as “Bases para o Estatuto Galego” que também começava “Galiza é um Estado autónomo dentro da República Federal Espanhola”, anteriores ambos a qualquer projecto catalám ou basco. A ORGA fracassou como partido político representativo da Galiza, do que se separou a parte galeguista pola resistência de Casares à Autonomia galega e à celebração de referendo sobre o projecto de Estatuto, tanto desde o seu cargo de Ministro da Governação como já de Presidente do Conselho de Ministros.

Na sequência do fracasso e feliz desapareção da ORGA, constitui-se a finais de 1931 o Partido Galeguista em que se integraram as Irmandades da Fala, Grupos Autonomistas locais, dous partidos galegos: o Partido Galeguista de Pontevedra (com Paz Andrade, Castelao e Cabanillas) e o Partido Nazonalista Republican Galego de Ourense (com Risco e Otero), organizações galegas da Argentina representadas por Alonso Rios e Suarez Picallo, etc. Este Partido Galeguista tomou conta muito especialmente de levar adiante o Estatuto, mas também forom os Concelhos e particulares que se voltárom para o tema. Os embaraços com que se acharom no Governo de Madrid fôrom de todo o tipo; se as esquerdas demoraram toda actividade pró-estatutaria, a chegada das direitas ao poder coutou qualquer possibilidade de obter o mesmo que já se concedera a Catalães e Bascos. Em 25 de

Outubro de 1931 aprovou-se em Assembleia no Concelho da Corunha, um novo Projecto de Estatuto elaborado polos Deputados das Constituintes representando as províncias galegas. Paralisada a tramitação do Projecto, o Concelho de Santiago convoca para 3 de Julho de 1932 umha Assembleia representativa “dos elementos políticos, administrativos, económicos e culturais que constituen a vida social de Galiza” e de aqui sai umha Comissom para redigir um novo Anteprojecto, que foi da autoria quase pessoal de Bóveda, exposto ao público e aprovado em Assembleia Regional de Municípios, celebrada em Santiago, os dias 17, 18 e 19 de Dezembro de 32. Nesta Assembleia só dous municipios votaram em contra (Lourençã e Moanha), tres mostraram-se expressamente indiferentes (Canhiça, Povia de Brolhom e Sam Amaro) e 67 nom se pronunciaram; expressamente votaram a favor concelhos que representavam 77'4% do total e agrupavam 84'7% do total da povoação censada na Galiza. Da transcendência do facto, que inclusive ultrapassava as fronteiras galegas, dá ideia que a Sessão de clausura da Assembleia foi transmitida telefonicamente a Buenos Aires. Em Fevereiro de 1933 pretendeu-se celebrar o referendo estatutário, mas Casares Quiroga demorou conceder o Decreto presidencial até o mês de Maio, depois de insistentes pedimentos e impondo condições ultrajantes que nom se estabelecêrom para a aprovação dos Estatutos Catalám e Basco (de novo um galego age contra a sua terra e o povo de que procede); nom houve vontade para realizar o plebiscito e a situação de grave crise do governo fijo impossível um intento de referendo com mínimo êxito. E já entramos no biénio negro, com o triunfo das direitas nas eleições de 19 de Novembro de 1933, decididamente antiautonomistas.

O Partido Galeguista, no entanto, sofre a cisom da Direita Galeguista que supujo umha perda numérica limitada e que, por outra parte, outorgou-lhe umha melhor coesom e capacidade de manobra com outras forças políticas. Quando, a começos de 1936, se constitui o Frente Popular o P.G., que inicialmente nom figura entre os assinantes do manifesto constitutivo por demoras estatutárias, entra como aliado da Izquierda Republicana de Azaña no Frente (motivo princial da cisom da Direita Galeguista); o pacto continha o compromisso de ir imediatamente à celebração do plebiscito. A integração na F.P. foi defendida por Vilar Ponte, quem aduzia que “a loita pola autonomia é um dever primario dos galegos, e que para conseguilo impom-se umha opção esquerdista porque a Direita espanhola é radicalmente hostil à autonomia e a sua politica no poder no bienio 34-35 foi contraria aos intereses económicos galegos”. Certamente, o penúltimo parágrafo do manifesto constitutivo da F.P. expressava que “los partidos coaligados repondrán en su vigor la legislación autonómica votada por las Cortes Constituyentes y desarrollarán los principios autonómicos consignados en la Constitución”; e assegura González López que “todos os partidos políticos que formaron a Frente Popular aceptaron como um dos principaes pontos da sua plataforma eleitoral em Galiza a convocatoria do plebiscito para o Estatuto Galego”. As eleições estatais celebraram-se em Fevereiro de 1936 com vitória da F.P. e o Estatuto foi plebiscitado em 28 de Junho do mesmo ano e entregue ao Presidente do Congresso o dia 15 de Julho, tomando estado parlamentar na sessão de Cortes celebrada em dia 1 de Fevereiro de 1938 em Montserrat, obstaculizando o nomeamento da preceptiva Comissom parlamentar o PSOE.

Dos grandes atrancos que se opuseram, antes e depois da votaco do Estatuto, d f Castelao quando, acabando o “Sempre em Galiza”, destaca que “depois de mostrar a vocaco unionista de Galiza e ver como se lhe regateou em vida da Repblica um direito de autonomia precaria, já concedido a Catalunya, ainda foi preciso que no desterro —no que todos os direitos so simblicos— seguiu em todo apoxeo a incompresso dos repblicos hispanos, que se negaram a equiparar-nos aos catalns e vascos, sabendo que realizamos idênticos deveres constitucionais. Sim; custa muito crer que os males polticos de Hespaa tenham remedio. Pero ns somos galegos ; gente prudente e de bom sentido, liberal e pacifista, entusiasta até o lirismo, segura de que “a luz virá para a caduca Iberia dos filhos de Breogn”. Nom temos nenguma fé nos hespaois; pero tmola em nos mesmos e nas ideias que profesamos. Estas ideias podem concretarse nos cuatro principios seguintes: a) Autonomia federal de Galiza para federarse cos demais povos de Hespaa; b) Repblica Federal Espanhola para confederarse com Portugal;c) Confederaco Ibérica para ingresar na Unio Europeia; d) Estados Unidos Europeios para constituir a Unio Mundial. Ja se vê o nosso arredismo, de que tanto somos alcunhados.

Como foi a campanha para a aprovao do Estatuto, em que se utilizaram os cartazes objecto de esta exposio? A respeito da utilizao de cartazes podemos recolher notcias de jornais como as de que “camionetas engalanadas com las banderas gallega y espaola y com grandes carteles alusivos al momento autonmico, recorren toda la zona repartiendo propaganda ...” ou “las calles de Santiago estn materialmente cubiertas de letreros alusivos al plebiscito y las paredes llenas de carteles” e também “recorrieron la ciudad y pueblos vecinos varios camiones y autos ocupados por jvenes que lanzaban octavillas exhortando a votar el Estatuto”. O dos cartazes também suscitou queixas como a aparecida no jornal anti-autonomista “La Voz de Galicia” que manifestava “ Tampoco fué visto con agrado la forma implacable, verdaderamente sauda, con que se llen y ensuci con carteles las fachadas de no pocos edificios, incluso casas de comerciantes...”.

A campanha eleitoral pr-referendo do projecto de Estatuto de Autonomia organizada polos partidos coaligados no Frente Popular e dinamizada polo Partido Galeguista nom tivo precedentes na vida politica galega pola sua magnitude e intensidade: mtins, cartazes, propaganda radiada, propaganda na rua, noticias em jornais, aproveitamento de festas e feiras, semeao de panfletos, crnicas, informaes, desenhos e caricaturas, manifestos de intelectuais a favor da autonomia, actos oficiais de Deputaes e Concelhos, etc.; a campanha chegava a Madrid e aos centros galegos em América.

A favor do Estatuto estavam o Partido Galeguista, tanto a Direita cindida e representada fundamentalmente por Risco como o centro, com Paz Andrade, e o conjunto do partido com Bveda, Castelao, Otero e Suarez Picallo, entre outros. A Federaco da Mocidade Galega, com Velo, Ferreiro, Remigio, Nogueiras...; o Independentismo, com Alvaro de las Casas; Izquierda Republicana, com Somoza, Vilar Ponte, antigos integrantes da ORGA, Amando Losada...; o PSOE, com Quintanilla e Marcial Fernández; o Partido Comunista com Victor Fraiz, Luis Soto, Benigno Alvarez, Romero Cachinero...; as Juventudes Socialistas Unificadas, em

que foi importante vulto Isaac Diaz Pardo; FETE-UGT; Radicais isolados como Blanco Torres; as Sociedades Agrárias com Alonso Rios; por grupos “Estudantes Universitarios”, “Maxisterio”, encabezado por Avelino Pousa Antelo; etc.

Os jornais galegos adoptaram diversas posições: desde a hostilidade teimosa de “La Región” (clerical, influido pola dereita radical, flutuante entre o calvosotelismo e as tendências mais dereitistas da CEDA), “El Ideal Gallego” (portavoz da CEDA), “Faro de Vigo” (que apesar de independente assumia o calvosotelismo), “Progreso”, “Heraldo”, pasando à hostilidade moderada de “La Voz de Galicia” (direita legalista) e ao apoio com matizes de “La Zarpa” ou “A Fouce” que pretendiam un maior tecto competencial, até os decididamente pró-Estatuto como “El Pueblo Gallego” e o seu proprietário Portela Valladares e o semanário “A Nosa Terra”.

Todos os partidos de Direitas propiciaron a abstenção, com a a única excepção da Dereita Galeguista e a força política de Portela Valladares; dentro da esquerda a CNT, a UGT e os socialistas mostram igualmente o seu anti-autonomismo.

A dinamização foi importante: listas de donativos que se publicavam nos jornais, concretamente “A Nosa Terra”, para “Fondo Electoral”, gente que se presta a colaborar nos diversos actos, etc.

Fruto deste ambiente foi o resultado do Plebiscito. De um censo de eleitores de 1.343.135 emitiram voto 1.000.963 (perto de 80% de participação) sendo 993.351 afirmativos, 6.161 negativos, 1.451 em branco e sobrando do “quorum” exigido pola Constituíção 98.000 votos.

Naturalmente, o levantamento franquista acabou aos poucos dias com toda a esperança que se abriera para este país.

Transcorridos mais de sessenta anos, se damos vista aos cartazes presentes na exposição de “Sargadelos” observamos que nem som melhores formalmente os que se estam a fazer agora nem o conteúdo ou mensagem resulta extranho ou superado. A vaca galega mantida por umha labrega e mungida por um capitalista continua a ser real; o cartaz de Castelao (ainda que sem assinar) chamando a rebate e sem legenda algunha continua a ter umha força tremenda; o polvo, de Seoane, foi um achado assumido por toda a luita anti-imperialista e nomeadamente por Lumumba. Diaz Balaño e o seu filho Diaz Pardo, Seoane, Castelao, Maside e outros deixan claro nesta mostra nom só a sua entrega à causa galeguista como também o seu modernismo e actualidade tanto na ideia que lateja nos cartazes como na sua conceição. A destacar, na comparação com a propaganda actual, que os autores dos cartazes do 36 representam ideias e conceitos, os cartazes som profundamente ideologizados, enquanto os actuais fundamentam o culto à personalidade, representando mais ou menos “guapos” os vultos que concorrem, nom as ideias que deveriam transmitir. A prática totalidade dos cartazes foi impressa na “Tipolitografia de dom Manuel Roel”, que na história da tipografia galega já aparece denominada em 1873 como litografia e que em 1898 passou a ter imprensa. Desconhecemos o motivo de que todos os cartazes, polo menos os que têm pé de imprensa, procedem das “Gráficas Roel”, como já se chamava na época que nos

ocupa, quando existiam outras gráficas muito mais acreditadas e antigas e, alguma, como a de Carré, pertencente a pessoas muito ligadas ao galeguismo. A técnica empregada é maioritariamente a tipografia e a litografia; mas observamos já que algum deles corresponde a técnicas diferentes, como p.ex. a técnica empregada no cartaz do sino tocando a rebate (sem assinar, mas de autoria de Castelao), que é “linoleum”, e os que representam labrego com nenos (de Castelao) e mulher com o escudo da Galiza (de Camilo Diaz Baliño), que som “offset”. Celebramos que Isaac Diaz Pardo, o único autor vivo de algum dos cartazes empregados no plebiscito, tenha alento para oferecer-nos este bocado da memória tanto nos cartazes que penduram das paredes como nos livros que edita e dos quais também apresenta uma boa amostra a exposiçom, cartazes que convém contemplar e livros que deveríamos ler.

Quinta do Limoeiro, março 1998.



A tradução do árabe para o português: Emil Habibi e *O optissimista*

Elisabet RIOS LISTE

(Santiago de Compostela)

Érguete, sigue, bate abáteos, insurrecto.
Expulsa a Sión de Celanova,
mozo racional popular de Palestina escrava.
X.L. Méndez Ferrín. *Intifada*

1. PREFÁCIO

A literatura palestina, e em geral toda a árabe, é uma das grandes olvidadas nos estudos e tratados deste campo, apesar de ter influenciado autores como Cervantes ou Dante. Hoje em dia o tema da Palestina aparece pela problemática originada no Oriente Médio, pelo conflito entre israelis e palestinos. Esta situação provocou que muitos escritores como Mahfud Massis (*Walt Whitman, el visionario de Long Island, Los Sueños de Caín, ...*), Walter Garib (*El viajero de la alfombra mágica, Festín para inválidos,...*), etc., emigraram e devam publicar as suas obras em países latino-americanos. Mas a visão *do árabe, do muçulmano* ou mesmo da Palestina também é tratada por autores como Rubén Darío, o ganhador do Premio Cervantes de 1988, Carlos Fuentes, na sua obra *La cabeza de la hidra*, Octavio Paz (*Tiempo nublado*), G. García Márquez (*Crónica de una muerte anunciada*), Isabel Allende (*Eva Luna*) ou o mesmo Jorge Amado em romances como *Gabriela, cravo e canela*. Não é só no romance onde se detectam estas influências, já que uma personagem, entre outras muitas, como José Martí foi um dos grandes defensores dos povos árabes ao exprimir o seu ponto de vista sobre a dominação inglesa, francesa e espanhola e fala da necessária independência destes países para que se sacudam o jugo europeu. Esta, a proximidade ideológica, será uma das razões funda-

mentais que levem a D. Belmiro Guimarães a traduzir a obra de Emil Habibi (*O optissimista*), como veremos ao longo deste trabalho.

Por outro lado, também há autores como G. García Márquez, J. Goytisolo, M. Cervantes ou Paulo Coelho que exercem uma notável influência nos escritores árabes devido a que as suas obras estão traduzidas ao árabe.

Nesta pequenina, mas ambiciosa, análise sociológica gostaria de tratar este aspecto da relação entre os povos do Oriente e do Ocidente na obra de Emil Habibi¹, já que capítulos como "Singular parecença entre Cândido e Said"² (pp. 88-91) ou "No centro de um círculo ukazo-shakespearino" (pp. 140-142) resultam especialmente interessantes neste aspecto. Mas o tempo e o espaço convertem-se em limitações que obrigam a centrar a atenção em factos essenciais que nos ajudem a explicar, do ponto de vista sociológico, a passagem de uma obra palestina em língua árabe como *O optissimista* para o português e para ser oferecida à sociedade lusófona. Apesar disto, desejo aproveitar esta ocasião para mencionar que num estudo sociológico seria também muito interessante ter em conta a longa tradição tradutora existente entre os povos orientais e ocidentais, as novas técnicas de tradução e as possibilidades que oferecem os computadores neste campo, assim como "o momentum psicológico do autor (...): a escolha do tema, o enredo, o carácter das personagens, e, sobretudo, o destino delas".³ Se alguém estiver muito interessado nalgum destes aspectos, a obra *La traducción y la crítica literaria*, que aparece na bibliografia oferece amplas respostas a estas questões.

O presente artigo vai apresentar, no seu começo, a obra e o autor objecto de estudo para, a seguir, analisar as razões que favorecem a sua tradução e os problemas que esta tem. Por último, oferece-se uma bibliografia na que se recolhem as obras utilizadas e que podem servir de ponto de partida para quem deseje aprofundar num tema tão fascinante.

2. EMIL HABIBI E *O OPTISSIMISTA* NO SEU CONTEXTO HISTÓRICO-LITERÁRIO

A Palestina foi o berço das três principais religiões do mundo: o cristianismo, o islamismo e o judaísmo, mas também é um lugar de *passagem* e de auge das grandes civilizações desde os cananeus, hebreus, arameus, otomanos, ..., pela sua condição de "*terra santa*" e a sua situação geográfica, já que é a porta mediterrânea entre Occidente e Oriente. Alexandre Magno, Atila, Napoleão, ..., disputaram estas terras.

Na nossa época Inglaterra arrebatou a Palestina aos otomanos, cujo império estava em decadência depois de quatro séculos de domínio em toda a zona. No império otomano a Palestina era habitada por 400.000 muçulmanos, 5.300 cristãos e 47.000 judeus.

(1) Todas as referências relativas à obra de Emil Habibi, *O optissimista*, referem-se à primeira edição em português da editorial Caminho (vid. Bibliografia).

(2) *Cândido*, de Voltaire, publicado em 1759.

(3) Gallino, L., *Crítica letteraria e sociologica della letteratura*, II Mulino, VI, 3, 1957, pp. 153-191, in Ricciardi, G., *Sociologia da Literatura*, pp. 62-63.

"Em 1897, em Basileia, realizou-se o I Congresso Sionista, presidido por Theodor Herzl, que reclamou *um lar para o povo judeu na Palestina* e definiu logo as fronteiras de um futuro *estado de Judeus: a Palestina de David e Salomão*, estabelecendo assim a teoria do *regresso*. É curioso que chegou a haver flutuações sobre o local onde os judeus se deviam estabelecer. Foram sugeridas as pampas argentinas e o Uganda, por exemplo. Depois, assentou-se no *regresso* à Palestina. Regresso? Após 2.000 anos de os hebreus que viviam no reino da Judeia terem sido dispersados pelos babilônicos! Que memória!, como diz Said Abu Nahs"⁴.

Em 1916 franceses e ingleses repartem-se a herança otomana, entrando a Palestina no lote inglês (acordo de Sykes-Picot). Neste tempo começam as massivas emigrações judias à Palestina, e os judeus organizam-se, ao ver a debilidade e a divisão do país, para formar o movimento sionista (1893) com o objectivo de criar uma pátria na Palestina.

Em 1918 o general britânico Balfour, secretário do Foreign Office, promete aos judeus o apoio inglês na Palestina. No momento da "Declaração de Balfour" eram 8% e os árabes 92% da população.

Em 1947 as Nações Unidas emitem uma resolução sobre a repartição do território mas os árabes seguem a ser assassinados nos massacres de Deir Yassim, dos subúrbios de Jerusalém, ..., e expulsos das suas terras. Em 1948 as Nações Unidas reconhecem o direito ao retorno dos refugiados palestinos.

"Os sionistas sabiam, naturalmente, que a terra tinha povo. Por isso mesmo trataram de o expulsar. Implacavelmente. E não de buscar o seu convívio. É interessante a informação do general Patrick J. Harley, em 1945, ao presidente Roosevelt, de que a Organização Sionista da Palestina previa a eventual transferência da população árabe da Palestina para o Iraque. Estão a ver? É muito simples: cheguem-se para lá um bocadinho que aí vão os palestinianos. Imaginem-se que pretendiam metade de Portugal. Transferia-se a população para a França, para a Suíça ou para o Diabo e estava o problema resolvido. O problema foi resolvido de maneira não muito diferente, aliás. À força e passando por cima de todo o Direito Internacional e de todas as resoluções da O.N.U. É sabido que a O.N.U., em 1947, por razões muito historicamente circunstanciais, decidiu a partilha da Palestina em dois estados: Árabe e Judeu. No ano seguinte, a 14 de maio, David Ben Gurion proclamou intempéstivamente o Estado de Israel. Os estados árabes limítrofes haviam rejeitado a partilha, mas então já Israel desencadeara acções terroristas a fim de provocar o êxodo maciço das populações autóctones, não só da parte que lhe cabia mas também de terras previstas para o futuro Estado Árabe, as quais veio a ocupar e nunca mais largou. Direito ao regresso têm sim os habitantes escoreçados das suas casas e da sua terra. São estes os acontecimentos a que, pudicamente, alude Said"⁵.

Em 1964 funda-se a O.L.P. (Organização para a Liberação da Palestina) que elege o caminho da guerra de guerrilhas para conseguir a liberdade.

(4) Habibi, E., *O optimista*, p. 13.

(5) *Ibidem*, p. 15.

Os árabes organizam-se sob o liderato de Nasser e quatro países (Egipto, Jordânia, Síria e Líbano) atacam Israel para recuperar as terras palestinas mas são derrotados na *Guerra dos Seis Dias*. Em 1967 Israel ocupa a franja de Gaza, a Cisjordânia, Síria (os Altos do Golão) e o Sinai em Egipto. Desde então os israelitas seguem a colonizar terras e deportar árabes.

A partir de junho de 1967 entra-se numa nova situação condicionada por um acontecimento bélico tão importante como a *Guerra dos Seis Dias*, que representa a última crise radical e a derrota do arabismo, inclusive no nível político-militar, que afecta todo o imaginário árabe e supõe o máximo catalisador da literatura deste momento. Começa o que podemos chamar a *literatura palestina de combate*.

Emil Habibi pertence à *geração de cinquenta* que integram autores como Nabil 'Awda ou Tawfiq Fayya, que nasceram entre 1934-45 e começam a publicar mais ou menos entre 1964-5. Emil Habibi escreve com o sinónimo de Abu Sulam: *Sislogia dos Seis Dias* e a correspondência de Said Abu Nahs (o protagonista de *O optissimista*), entre outras obras. Como os autores desta geração, E. Habibi está profundamente marcado pela situação da Palestina e pela *Guerra dos Seis Dias*. Toma uma postura comprometida: é dirigente do Partido Comunista de Israel (publica *O optissimista*, carta a carta, entre 1972-74, este romance epistolar, na edição árabe do órgão central do Partido Comunista) e fez uma obra que reflecte, misturando um mundo mágico com um realismo pungente, a situação desta terra.

Apesar de no 1978 (presentes ainda os massacres de Tel-al-za' tar, os do Líbano, ...), o presidente dos E.U.A. reconhecer o direito dos palestinos às suas terras, Israel conta com o apoio incondicional de Ocidente (descreve-se, inclusive por parte dos E.U.A., como um novo estado) graças a factores como a tragédia judia na Segunda Guerra Mundial e o capitalismo imperialista baseado no *lobby* judeu (capital, imprensa e cultura).

Em 1982 Israel invade o Líbano com a escusa de *razões de segurança* e até hoje continua ali.

Em 1987 começa a grande revolta palestina ou Intifada que, apesar da enorme pressão económica e militar que exerceu Israel, dura até conseguir que se celebre a Conferência de Paz em Madrid e se reconheça os palestinos como povo e não como um *problema de refugiados*.

3. TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS

3.1. *Questões preliminares*

A pegada árabe na zona galego-portuguesa foi muito mais importante do que nos permitem imaginar os actuais estudos antropológicos, culturais ou literários. Esta pegada deixou uma base muito forte que favorece a introdução tanto de elementos como de textos árabes com um considerável sucesso e aceitação.

Se o latim foi a língua dos povos cristãos da Europa durante a Idade Média, o árabe, a partir do século VII, foi a língua internacional dos povos islâmicos e através dele chegaram à Europa Medieval Cristã os tesouros da ciência, da filosofia grega, o pensamento da Índia e Pérsia, etc. No aspecto literário, a influên-

cia também foi perdurável nas literatura europeias. Assim, Abu al-'Alá al-Ma'arri e Ibn Arabi influenciaram Dante. Abu al'Abbás al-Tutili leva a cabo a forma definitiva da *Muaxafa*, Ibn Quzmán de Córdoba aperfeiçoa o Zejel, etc. Estas duas últimas formas poéticas, especialmente o Zejel, são muito utilizadas na lírica galego-portuguesa medieval. Uzman H. Rios⁶, I. Estravis, Brian Dutton, ..., afirmam que no caso da lírica medieval galego-portuguesa não nos encontramos ante uma simples influência mas ante uma profunda raíz árabe. Assim como na poesia provençal o *culto à dama* (um dos aspectos mais relevantes desta lírica) tem um precedente árabe, na nossa lírica há cantigas tão conhecidas como "Eu velida non dormia, lelia doura / e meu amigo venia, edoy lelia doura" de Pedro Annes Solaz (séc. XIII), que, segundo o investigador do Birkbeck College de Londres Brian Dutton, seria uma sátira contra uma mulher que estava tendo um romance com um trovador muçulmano na que o refrão seria uma frase em árabe distorcida por mor da repetição continuada em boca dos trovadores galego-portugueses.

Na prosa também se detecta influência árabe: a *maqam* atingiu a sua forma clássica na segunda metade do século XI e começos do XII, e a partir do século XVI influi em autores como Francisco Manuel de Melo ou em M. Cervantes. Posteriormente *As Mil e uma noite* convertem-se numa obra conhecida (através das traduções) até pelos meninos.

A pegada árabe não só está presente no âmbito da literatura mas também na linguagem, na toponímia, na arquitectura, etc.⁷

3.2. *Motivos*

A França é um país com uma longa tradição árabe, já que Argélia, Marrocos, Tunes, o Líbano e Síria eram antigas colónias francesas e isto, unido à alta qualidade da obra *O optissimista*, fez que no 1980 se traduza para o francês o romance de Emil Habibi. Mas não só estas razões fazem que se passe para o francês: na Palestina há uma situação dramática que chega à França através dos jornais ou a televisão. Como já foi dito no contexto histórico, o 12 de agosto de 1976 produz-se o massacre de Tel-al-za'tas, no 1978 o presidente dos E.U.A. reconhece o direito dos palestinos às suas terras, as Nações Unidas estabelecem o Dia da Solidariedade com o povo palestino e ... Israel invade o sul do Libano provocando a morte de quase um milhar de palestinos e libaneses. Já no 1979 a O.N.U. exige que Israel desmantele os assentamentos nos Territórios Ocupados (incluindo Jerusalém). Todos estes factos provocam que uma grande parte da população tome parte no problema palestino e, de certa maneira, se peça um produto que o reflita. Assim *O optissimista* passa para o francês devido a uma demanda, mas por que se traduz para o português?

António Belmiro Guimarães (o tradutor de *O optissimista*) oferece-nos duas razões importantes na introdução à obra:

(6) vid. Vizoso, S., "O baño atlántico do Islam" in *Tempos Novos*, p. 49.

(7) *Ibidem*, p. 50.

a) “Não nos esqueçamos, porém, de salientar como facilitou a aceitação da criação e dos actos de Israel, e como no nosso caso, nos priva da apreciação cabal das nossas raízes históricas. É por isso, diga-se de passagem, que adquire especial relevância o facto de em Beja se ter dado o nome de um poeta árabe lá nascido a uma artéria da cidade, tanto mais que foi acompanhado da edição em português dos seus poemas. No mesmo sentido, em parte, vai esta nossa publicação de um romance palestiniiano. Há que conhecer o mundo árabe. Procurar conhecer a sua literatura é um passo nesta direcção” (p.12).

b) “A luta continua, sem dúvida. E publicar um romance palestiniiano, sobretudo quando é uma obra notabilíssima como esta, é também um acto de solidariedade. Que o leitor se deixe surpreender e sinta despertar em si a vontade de conhecer a história autêntica do que se chama o *problema do Médio Oriente*, é isso o que este romance merece.” (p. 16-17).

Entre 1980 (a edição francesa) e 1985 (edição portuguesa) dá-se uma das épocas mais cruentas na história palestiniiana: no 1981 Israel bombardeia as instalações da O.L.P. em Beirute matando 300 pessoas, Sadat (presidente egípcio) é assassinado e Israel toma os Altos do Golão. Um ano mais tarde Israel invade o Líbano, começa a evacuação da O.L.P. no Líbano, o 1 de setembro uma das suas mais cruéis matanças: assassina a 5.700 palestinos nos campamentos de Sabra e Shatila (Beirute). Todos estes factos chegam ao conhecimento da sociedade portuguesa, mas o que fez que se posicione é o assassinio de Isam Sartami (Lider da O.L.P.) em Lisboa no 1983. A realidade palestina chega às ruas de Portugal.

António Belmiro Guimarães traduz a obra de E. Habibi com a intenção de chegar a essa nova sociedade consciencializada o ponto de vista dos débeis, dos que não têm o poder dos meios de comunicação, para apercebermos que há um povo que sofre e, este, não está tão longe como nós pensávamos, mas que é parte das nossas raízes.

Ora, por que se procura um romance que reflecta a situação palestiniiana? Se uma editorial como a Caminho se decide a fazer uma tiragem de 3.000 exemplares é porque existe algo mais que a *solidariedade*. “O acolhimento que os leitores lhe dispensarem (à obra) é o critério mais imediato e mais palpável da difusão e/ou do valor de uma obra, em quanto mensurável qualitativamente”.⁸ Então, se como afirma Giovanni Ricciardi, tem que existir necessariamente um público, quem é o leitor potencial de *O optissimista*?

Até há apenas uns quatro ou cinco anos não existia, por culpa da ocupação e a burocracia, uma possibilidade real de aceder a estudos experimentais como a Medicina, Óptica, Odontologia, ... Deste jeito muitos jovens palestiniianos veêm-se na obriga de emigrar para poderem entrar nas universidades da Galiza ou Portugal, por exemplo. Também, sobretudo em Portugal, ocorre algo muito semelhante com os jovens dos países da África, como Moçambique. No caso deste último país há um facto relevante: uma grande parte das pessoas emigradas procedentes de Moçambique são de religião muçulmana. Apesar de que noutros países se tenha a concepção da zona galego-portuguesa como muito católica, isto não é

(8) Ricciardi, G., *Sociologia da literatura*, p. 96.

mais do que um estereótipo. Tomemos só um exemplo: em Portugal há uma mesquita em Lisboa e centros islâmicos que realizam a função de mesquitas e lugares de celebração e reunião em cidades como Porto, Faro, etc. Além de tudo isto, também devemos ter em conta que há uma parte da população portuguesa que, por interesse pessoal, se achega à antropologia, história, filologia, etc..., árabe. *O optimista* é uma obra potencialmente dirigida a este colectivo já que se uma pessoa se encontra num país estrangeiro longe da sua realidade cultural, ou quer conhecer uma realidade diferente da sua, e recebe um produto que lhe lembre ou lhe conte coisas do que tem a ver com a sua terra é provável que se achegue a ele.

Também há em Portugal pessoas com uma certa influência, como Borges Coelho ou A. Alves que levam a cabo um grande labor cultural. Assim, Borges Coelho fez duas traduções do Corão e uma em *brasileiro*, A. Alves escreve obras tão importantes como *O meu coração é árabe* (ed. Assírio & Alvim, 1991), etc. Os estudiosos ou intelectuais que se achegam ao Islão vão exercer uma forte influência sobre aqueles que gostam da sua obra ou da gente que os rodeia. São também os possíveis receptores das obras árabes.

Por último há um outro factor importante na recepção das obras literárias árabes: a ideologia.

A editorial Caminho tem em marcha a colecção “Uma terra sem amos” (onde encontramos a obra de E. Habibi) que segue uma determinada *política*: a publicação de obras às que o público português teria difícil acesso (por exemplo a obra de Sérgio Ramírez *Tiveste Medo do Sangue?*, 1989, ou obras de países tão afastados como Haiti, Camarões, etc...) e que reflectem um determinado conflicto, oferecendo-nos sempre o ponto de vista das minorias, dos povos oprimidos, assim o *seguidor* desta colecção sabe que sempre vai achar nela obras com umas características determinadas. No caso tratado dão-se as características mencionadas e também há uma clara tendência para o comunismo, quer dizer, A. Belmiro Guimarães está relacionado com a editorial Avante, de tendência comunista, e lembremos que E. Habibi publica a sua correspondência (base do livro) no jornal *Al-Itihad* que é a edição árabe do órgão central do Partido Comunista de Israel (de que Habibi é dirigente). Há portanto uma clara vinculação ideológica, não só em Portugal, já que editoriais de países como Cuba, com uma proximidade ideológica evidente, publicam obras como *Poesia Palestina de combate*⁹, ou mesmo na Galiza, com motivo da Intifada saem à luz colaborações de A.R. Reixa, Bernardino Graña, Darío Xohán Cabana, Lois Diéguez, Pilar Pallarés, Uxió Novoneyra, ..., em *Oferenda dos poetas galegos a Palestina*.

3.3. Limitações

“A linguagem não pode isolar-se dos costumes, quer dizer, que fica estreitamente unida aos hábitos e às crenças que constituem uma herança social e determinam os traços da nossa existência”¹⁰. Esta herança social vai unida a uma geografia mais ou menos delimitada e isso faz que não seja possível uma corres-

(9) Laábi, abdellatif (editor), *Poesia Palestina de Combate*, editorial Arte y Literatura, Habana, 1976.

(10) Sapir, E., *Le Langage*, p. 203 (tradução própria).

pondência estrita entre as estruturas de duas ou mais línguas já que “the context involves not only the surface semantic relations between both linguistic systems, but also the ideological and economic forces in the society at large”¹¹, que dizer, o contexto é especialmente importante no caso da tradução devido a que um elemento numa cultura tem uma determinada conotação, e vai-se exprimir duma maneira ou doutra. Assim, não é o mesmo a referência a um porco aqui como pode ser na Palestina ou em qualquer contexto em que esteja presente a religião muçulmana. Segundo Ahmad Sabir¹², o português não está capacitado para recolher conceitos expressados por termos com carga semântica importante. Isto ocorreria com formas como:

/qamar/ lua

/kurat'l quadam/ bola + pé

No primeiro caso /qamar/ pode ser traduzido como *lua* mas nos países árabes também é utilizado para referir-se à beleza e no segundo caso /kurat'l qadam/¹³ tem em países como Marrocos um significado denotativo, apesar de que a partir da década de 80 se achege ao anglicismo futebol, que foi a forma que adoptou o português. Como vemos nestes exemplos, este é um dos múltiplos problemas que tem de resolver a tradução mas não o único: há expressões que não existem na língua a que se traduz e passam-se de jeito parecido mas já não significam o mesmo, perdem algo do seu valor conotativo. No quetzal, por exemplo, para expressar o conteúdo de “Quero-te” seria preciso utilizar uma frase: “Dóis-me no coração”, então como traduzir? Todo isto demonstra-nos que não existe tradução imparcial. Já o dizia Al-Yahiz no seu livro *Qitab al-hayawan*¹⁴ (*Livro dos animais*) pasa a poesia: “Las gentes que defienden la poesía la rodean de cuidados y argumentan en su favor diciendo que un traductor jamás puede expresar las verdades de su doctrina, la sutilidad de sus concepciones, los matices de sus definiciones “. Então, como resolve A. Belmiro Guimarães esta questão? Ele prefere ser o mais fiel possível ao texto original e quando há formas com um grande valor conotativo só põe a forma árabe “transcrita” aos caracteres ocidentais (*kawaja* —p. 31—, *fardus* —p. 95—, *fedayin* —p. 117—, etc...), traduz construções literalmente sem preocupar-se de se não são agramaticais ou não (“Faridis, mantida ali a fim de satisfazer uma exigência da alma de Yaacub” —p. 94—) e depois numa nota a rodapé explica tanto as palavras como as orações. Sem embargo há um caso curioso e singular dentro do conjunto da obra: a tradução do cognome, que dá título à obra, do protagonista e que provém de um jogo de palavras em língua árabe. Mas, pelo geral, opta por manter as formas árabes.

(11) Carbonel, O., “The exotic space of Cultural Translation” in *Translation, power, subversion*, p. 82.

(12) Sabir, A., “Limitaciones socio-lingüísticas de la traducción: algunas limitaciones” in *La traducción y la crítica literaria*, p. 66-67.

(13) *Ibidem*.

(14) 19.0/ كتاب الحيوان - الجزء الأول - القاهرة ١٣٢٣ / ١٩٠٥ : الجاحظ , in Háyek, S., “Problemática de la traducción en el pasado y en el presente” in *La traducción...*, p.77

“Translation is articulated at various levels of which the linguistic level (of semantic equivalence) may be adduced to be the first, or fundamental, one. Any cultural translation as a superior level of interaction takes place whenever an alien experience is internalized and rewritten in the culture where that experience is received”¹⁵. Ete é outro dos grandes problemas que converte a tradução num processo muito complicado.

Edward Said¹⁶ afirma que Oriente é orientalizado por Occidente e isto provoca que a compreensão de uma obra como a de E. Habibi resulte um bocado mais complicada, já que popularmente os países árabes se seguem a ver como lugares exóticos que pertencem a alguém; quer dizer, como podemos compreender uma obra que aparece num país colonizado quando nós somos os colonizadores? Como podemos compreender o que significaram factos que descreve E. Habibi como a criação do Estado de Israel, a Guerra da Independência ou o que é que supõe a primeira lição de hebraico para o protagonista Said, quando os lemos desde a distância e a comodidade das nossas casas? Neste ponto é onde o tradutor toma um facto que é “internalized and rewritten” através da linguagem e, a tradução faz que seja aceite na cultura que o recebe achegando-nos uma experiência que teve lugar noutra âmbito cultural e noutra língua.

4. CONCLUSÃO

Na Idade Média os *estudos árabes* têm um grande auge nos países ocidentais devido a que estes últimos tinham actitudes colonizadoras ou de evangelização dos territórios islâmicos, como nos demonstram os estudos feitos nas universidades de Paris, Oxford, Salamanca, etc. Hoje em dia esta visão está totalmente superada e o interesse pela tradução deve-se principalmente a três questões:

- a) A cultura na que aparece a obra e aquela que a recebe são semelhantes.
- b) O *autor* que se traduz é interessante para conhecer um campo de investigação.
- c) A existência de leitores especializados que reclamam um determinado produto.

Estas três características vamos encontrá-las na obra *O optissimista* de Emil Habibi. É evidente que para que isto seja assim a editorial Caminho fez uns estudos prévios à publicação da obra para assegurar um bom acolhimento do romance por parte do mercado lusófono. Deste jeito consegue-se a canonização do romance e um considerável sucesso desta obra numa literatura minorizada favorecendo a difusão e posterior tradução a outras línguas como, por exemplo, o castelhano.¹⁷

O mercado, e a atenção posta nele, é um dos factores importantes que induzem à tradução, mas o acolhimento não depende só dele. A. Belmiro Guimarães fez uma tradução muito cuidada que tenta respeitar no máximo a obra original sem

(15) Carbonell, O, “The exotic Space of Cultural Translation” in *Translation, power, subversion*, p. 81

(16) Said, E., *Orientalismo*, ed. Libertarias, Madrid, 1990.

(17) A tradução desta obra para o castelhano está realizada por Leonor Martínez, corrigida por Jorge Naranjo Ruiz, Editorial Muehlenbeck em 1990.

descuidar o receptor, quer dizer, mantém expressões próprias do contexto em que foi produzida, mas também introduz elementos (anotações, nota a rodapé, etc.) que permitem e facilitam a compreensão para o público que recebe a obra. Mas não devemos ser excessivamente utópicos porque não podemos falar dum tradutor imparcial: a nós a obra chega-nos através da intervenção de A. Belmiro Guimarães. O tradutor é quem opta por escolher, ante um signo com dois significados, uma variante ou outra segundo o seu critério. Apesar disto (e sempre é de agradecer) a tradução desta obra é especializada e rigorosa, o que nos permite degustar um romance excepcional que não poderíamos ler se não existissem neste processo elementos como a vontade de traduzir uma obra (seja por que motivos for), uns interesses por parte da editorial ou um público disposto a acolher *O optissimista*. Finalmente, os dois objectivos de A. Belmiro Guimarães, dar a conhecer as nossas raízes árabes e solidarizar-nos com a causa de E. Habibi, parecem estar conseguidos no facto editorial que acabamos de comentar.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, R. e Vidal, C., *Translation, power, subversion*, ed. Multilingual Matters LTD. Clevedon, Inglaterra, 1986.
- Habibi, E., *O optissimista*, ed. Caminho, Lisboa, 1985.
- Laâbi, A., *Poesía palestina de combate*, ed. Arte y Literatura, La Habana, 1976.
- Larra, J., *Víctimas de ayer, verdugos de hoy*, ed. Fundamentos, Madrid.
- Martínez Montávez, P., *Introducción a la literatura árabe moderna*, ed. Almenara, Madrid, 1974.
- Muechnik, M., “Israel, 50 años de guerra por la paz” in *El Semanal*, Suplemento de *La Voz de Galicia*, 19 de abril de 1998.
- Ricciardi, G., *Sociología da literatura*, ed. Europa-América, Sintra, 1971.
- Safa, M. *Palestina*.
- Said, E., *Orientalismo*, ed. Libertarias, Madrid, 1990.
- Vizoso, S., “Gallegos y musulmanes”, in *La Voz de Galicia*, 19 de abril de 1998.
- , “O baño atlántico do Islám” in *Tempos Novos*, n° 7, Santiago de Compostela, Dezembro 1997.
- VV.AA., “Dossier Palestina” in *Eis*, n.º 5, ed. Associação Eis, Santiago de Compostela, Inverno 1993.
- VV.AA., *Intifada - انتفاضة*, ed. Fundação Araganey, Santiago de Compostela, 1989.
- VV.AA., *Palestina*, ed. Comite español de ONG's sobre la cuestión palestina, Madrid, 1990.
- VV.AA., *La solución final*, ed. O.L.P., Madrid, 1982.
- VV.AA., *La traducción y la crítica literaria*, ed. Agencia Española de Cooperación Internacional, Madrid, 1990.

Qual é que é o conflito linguístico galego?*

Valentim RODRIGUES FAJIM

(Compostela)

MOTIVOS

O meu desejo de saltar à arena do debate filológico público é já velho. De todos os modos, o facto de estar a elaborar um livro versado única e exclusivamente no tema em questão sempre adiava a minha acção. A publicação nesta mesma revista dos *Materiais assembleários* da FPG esteve perto de desencadear a minha reacção mas, na verdade, o nível filológico era demasiado irrelevante e panfletário. Um novo artigo sobre o tema, *Notas de Filoloxía política*, de Xabier Cordal Fustes animou-me de vez a empreender este trabalho que tendes entre as vossas mãos.

ALGUMAS QUESTÕES DE SUMA IMPORTÂNCIA

Como em todo tipo de disciplinas intelectuais, existe uma gradação entre o saber erudito e o saber popular; o mesmo acontece na Filologia. A Filologia não é uma ciência exacta, e muito em especial a sócio-linguística. Contudo, existem determinados erros onde caem tanto os eruditos como os profanos. O que quero aclarar aqui vou-o etiquetar como a essencialização das línguas.

Na realidade, quase que se pode falar de um problema filosófico. Muitas pessoas, actuando como perfeitos acólitos do sábio Aristóteles dissecionam o universo humano em línguas (e nações) esquecendo algo primordial: as categorias, esses cortes que eles realizam, são apenas uma abstracção, não têm mais existência da que eles lhe conferem. Por outras palavras, e como também postula Cordal Fustes, afirmar que galego e português sejam ou não sejam a mesma língua é só

(*) Este artigo foi entregue à Revista Galega de Pensamento Crítico (sic), *A Trabe de Ouro*, cujo Conselho de Redacção denegou a sua publicação. É por isto que lho dedico a todos os microcensores liliptuenses havidos e por haver com o desejo de a sua acção ficar historiada e documentada.

uma opinião, realmente um desejo. Assentar que 10° graus centígrados é frio é uma opinião, ou melhor uma sensação. Sustentar que o salmão ou o musgo são variantes do rosa e o verde ou cores-em-si tornam outra vez em opiniões que emanam de diferentes culturas cromáticas.

Algo muito diferente sucede com as línguas por distanciamento. O euskera ganhou-se um lugar no Olimpo das Línguas mercê do seu contraste com as línguas românicas que o circundavam. Neste caso assistimos a processos migratórios que põem em contacto línguas pertencentes a famílias diferentes. É o caso do latim que coloniza a Dácia dando lugar a um romano/romeno rodeado de línguas eslavas. É o caso do velho finês a respeito de eslavos e germânicos, do bretão no que diz do francês, do húngaro e também das fronteiras entre a Roménia, a Alemanha e a Eslovénia.

Porém, como todos sabemos, o galego e o português são duas variedades românicas contíguas. O facto de serem ou não uma mesma categoria não depende de factores linguísticos, formais. Com as diferenças existentes entre galego e português poderíamos criar 3 ou 4 línguas com o espanhol, alemão, italiano e francês e, contudo, apesar de englobar estas últimas territórios e demografias que multiplicam por 4 ou mais a do território galego-português, estamos, nos casos vistos, perante uma única entidade.

Que se passa então? Qual é o cientismo que nos permitirá desentranhar a identidade da língua galega? Não existe tal cousa. Unha língua é uma vontade, quer na sua génese, quer na sua identidade, quer na sua extinção. O galego é também uma opinião.

A segunda questão de suma importância que queria desvelar aqui é a verdadeira natureza do nosso conflito linguístico. Uma mais outra vez, este aparece disfarçado com roupões de conflito formal, de mero assunto gráfico ou gramatical. Derivada desta cegueira, muitas pessoas entram em árduos debates sobre a presença ou ausência de determinado grafema ou traço gramatical em tal ou qual século, documento ou aldeia. Derivada desta nevoeira, a gente acode à tristemente célebre: *Na minha aldeia dize-se assim* ou *em galego dizemos tal e em português qual* esquecendo, vítimas duma muito extensa visão umbilical, que toda língua têm entidades rurais e tampouco carecem de variedades internas. O conflito linguístico galego transcende o âmbito puramente formal, comum a toda língua, e entra no resvaladiço paradigma dos conflitos identitários: quem fala a língua galega? Onde é que se fala a língua galega? O galego fala-se apenas em Espanha ou transcende o quadro estatal espanhol?

O PRIMEIRO RESSURGIMENTO

“Existiu uma vez uma língua falada por todas as classes sociais do seu domínio e escrita por quem sabia, uma exígua elite, e que acabou por entrar num poço de agrafia e diglossia do que só começou a sair timidamente séculos mais tarde”. Algum pensará que estou a falar unicamente da nossa língua mas esta micro-história se pode aplicar a muitas outras línguas no mundo: provençal/occitano, guarani ou malaio por zigzaguearmos um pouco sobre o globo terráqueo.

E que acontece quando uma variedade ágrafa, sem escrita no momento presente, quer ultrapassar esse árido estádio e ser transcrita? A resposta pode-se achar satisfazendo estoura questão: que estruturas político-administrativas adopta um território colonizado quando finalmente alcança a ansiada independência? Regressa ao comunismo tribal (ou caciquismo segundo os casos) ou fotocopia a estrutura metropolitana?

Quando os primeiros escrivãos galegos tomaram a decisão de grafar as falas rurais, a dúvida não ensombrou a sua escolha: só havia uma possibilidade. Escrita e tradição gráfica castelhana eram uma e a mesma cousa. **Em contextos diglóssicos, a emergência escrita duma variedade faz-se sempre numa primeira fase, ao menos eu não conheço excepções, adoptando as convenções gráficas da língua-tecto.** Isto é válido para os mais díspares contextos culturais e geopolíticos.

1) Acontece nos casos mais simples em que todo o domínio está coberto por uma mesma língua-tecto: guarani ou o chechua a respeito do espanhol, ou inúmeras línguas africanas a respeito do francês, inglês ou português.

2) Maior complexidade alcança-se quando diferentes partes do domínio estão cobertas por diferentes línguas-tecto: asturiano e mirandês a respeito de espanhol e português que provoca que hoje apresentem dois sistemas gráficos diferentes. O malaio e o indonésio empregavam até 1972 as convenções do inglês e o neerlandês respectivamente. O euskera, igualmente, empregava caracteres castelhanos em Espanha e franceses em Iparralde.

3) Também pode suceder que uma variedade goze dum estatuto multifuncional e outras, em troca, estejam diglossizadas. É o caso do romeno e o moldavo onde este empregou os caracteres cirílicos até datas recentes. Ou também o caso do flamengo, tremendamente afrancesado até que dentro do Movimento Flamengo triunfaram as teses integracionistas —a respeito do neerlandês— frente às particularistas.

4) Por fim, pode acontecer que a variedade em questão, entesoure uma tradição literária autónoma em tempos passados o que complica ainda mais o quadro de sensibilidades e escolhas. É o caso do occitano que até o presente século não viu triunfar as teses digamos de grafia trovadoresca, triunfo que não abrangeu ao provençal cujas elites seguem a empregar a ortografia mistraliana afrancesada. Outro tanto acontece com o guarani a respeito da literatura desenvolvida nas reduções jesuíticas, código que é defendido pelos tradicionalistas. O mesmo valenciano chegou a grafar-se por alguns autores à castelhana desconectados como estavam do seu *Segle d'or* no Renascimento.

A causalidade galega descansa sobre uma simbiose dos apartados 3 e 4. Por uma parte dispomos nas nossas bagagens duma poderosa literatura medieval, e, por outra, da língua portuguesa, variedade continuadora dessa tradição medieval. No entanto, a nossa própria variedade ficava satelizada a respeito do castelhanos. A descoberta *real* da nossa tradição, a finais do XIX, teve efeitos tanto na auto-estima como no plano formal permitindo uma incipiente regeneração da nossa gramática e o nosso léxico.

De todo o modo, cumpre-se a regra que assinalei em negrita, e a grafia adoptada é a do espanhol, o que nos separa, o que não é um casual, tanto da nossa língua

medieval como do português. Aproveitarei aqui para esclarecer um aspecto que, surpreendentemente, não está muito claro: **não existe uma ortografia galega**, entendida esta como uma entidade diferente e situada num mesmo plano de igualdade que a espanhola ou a portuguesa. A pretensa ortografia galega, a da normativa mal chamada oficial, a dos nossos escritores pré-franquistas, é simplesmente ortografia espanhola com correcções necessárias, com descorreções iluminadoras e com psicopatias evidentes. Apontemos apenas o mais interessante:

1) O uso do grafema ñ. Grafema este antonomasicamente espanhol, autêntico símbolo nacional de Espanha, é, sem embargo compartilhado por outras línguas com um nexa comum. As línguas são o euskara, o asturiano, o aragonês, o tagalo (Filipinas) e o chechua. Esta é a pergunta: qual é que é o nexa de que estamos a falar?

2) O tristemente antonomásico *x* galego é a psicopatia por antonomásia da língua galega. A montra está como segue: frente a português, castelhano, catalã, francês ou mesmo inglês que distinguem entre *g*, *j* (e *x* caso de português e catalã), este galego primário, e o seu derivado galego oficial, enquadram-se com o asturiano e o aragonês. Mesmo o valenciano isolacionista, que em boa parte do seu território perdeu, como o galego, a distinção fonológica entre os sons representados medievalmente por *g/j* e por *x*, segue uma prática etimológica e historicista respeitando a sua tradição escrita desde o Medievo. A psicopatia revela-se pelo facto de lhe negar ao galego a possibilidade de morar no primeiro grupo de línguas históricas e apenas no segundo de línguas românticas, isto é, aquelas nascidas no XIX carentes de tradição literária, de referentes que transcendam o oralidade mais primária e de **modelos próprios**. Empregar um único grafema *x* por medo a que os seus falantes o leiam à espanhola é todo um espelho das expectativas que se lhe reservam à nossa língua: doméstica e domesticada.

3) O *u* da sequência **gue, gui**. Assombrosamente, muitos galegos não se aperceberam deste detalhe: se o grafema *g* só se utiliza, a diferença doutras línguas, para representar o fonema velar de palavras como *gato*, o *u* não faz nenhum sentido (Por certo, os aragoneses e os bascos sim se aperceberam do detalhe e assim escrevem *gerra*). É curioso que, desde a óptica isolacionista actual, os mesmos que renúnciam aos historicismos latinos e medievais adoptem sem maiores problemas os historicismos castelhanos.

Nesta primeira regeneração, contudo, conseguiu-se categorizar o galego frente ao castelhano. O galego abandonou, em parte, o seu lugar subsidiário como uma sub-variedade do espanhol, isto é, um espanhol particular da Galiza e vertebrou-se a existência de duas entidades diferentes, o que se traduziu de necessário numa procura de fontes formais próprias e dum afã de regenerar a nossa língua, deturpada por séculos de carência de modelos próprios.

A SEGUNDA REGENERAÇÃO INCONCLUSA

De todo o modo, ainda resta um segundo e poderoso passo por realizar, sem dúvida mais difícil do que o primeiro na medida em que as próprias forças do galeguismo estão divididas a respeito da sua necessidade.

O facto de ficar o galego satelizado a respeito do espanhol teve várias consequências a englobar em três planos intimamente inter-relacionados:

1) Formal, isto é, no plano estritamente gramatical, ortográfico e lexical.

2) Funcional, submetendo o galego num relacionamento diglósico a respeito do espanhol.

Estes dois planos são de sobra conhecidos por cada um de nós. Fazem parte dos planos de estudo na educação obrigatória e igualmente fazem parte do discurso central dos movimentos nacionalistas e de ressurgimento linguístico. E, sem embargo, existe um terceiro plano cuja aparição é mais marginal na medida em que é de plano rechaçado pelo *establishment* espanholista, a diferença dos anteriores que sim foram incorporados em maior ou menor medida, e ignorado por uma parte da *intelligenstzia* galeguista.

3) Identitário. A satelização do galego recategorizou a língua galega que deixou de ser a língua da franja ocidental da Península Ibérica, as actuais Galiza e Portugal, e passou a ser simplesmente a fala da Autonomia de *Galicia* (por perder perdeu até o nome).

Disto fala-se muito menos. Em parte pelo já mencionado síndrome umbilical galego, da incapacidade de erguer a vista do próprio umbigo à procura de contextos similares dos que extrair ensinamentos úteis e dilucidadores. Xabier Cordal fala, de passada e sem aprofundar, do flamengo. Existem, com diferentes fracturas, mais contextos: moldavo, provençal/occitano, asturiano, valenciano, alsaciano, carélio (finês), malaio, urdu (Índia muçulmana), línguas túrquicas da Ásia ex-soviética...

Na verdade, existem duas variantes de conflito identitário. Numa primeira, mais brusca, nega-se a existência mesma da língua em questão percebida pela língua-tecto como uma variedade da língua-mãe (vg. Ucrainiano a respeito do russo) e/ou afirma-se a existência de múltiplas variedades da língua coberta que impossibilitam a sua existência como língua multifuncional (vg. O basco dos mil e um vales). Numa segunda fase mais elaborada e subtil, igualmente brusca, o que se trata é de separar a variedade coberta de raízes e ligâmenes com outras variedades que desfrutaram dum melhor status ou duma maior potencialidade em conjunto.

Uma vez finalizada a 2ª guerra mundial várias comunidades linguísticas ficaram seccionadas, uma variante em território soviético, a outra aquém deste. O nacionalismo russo a partir de Staline iniciou uma política destinada a aproximar às diferentes línguas que englobavam a URSS à língua russa a custa necessariamente de afastá-las tanto quanto for possível das culturas que lhe eram mais próprias. Um mecanismo muito empregue foi o de dotar duma cobertura gráfica cirílica — a ortografia russa — a todas estas línguas. Com isto conseguia-se debilitar os laços entre as línguas túrquicas como o azerbaijano, turkmeno, usbeko ou quirguis e o turco, que empregava uma ortografia latina (como também faziam estas línguas nos anos 30 por iniciativa do próprio governo soviético). Igualmente conseguia-se diluir o carélio, variedade continuada do finês e criava-se o moldavo, até a altura uma variedade do romeno.

Na França, a prepotência dos adais do francês que condena à ilegalidade as restantes línguas, torna desnecessária esta política (*ainda*). De todo o modo algumas

atitudes se podem apreciar no caso do alsaciano numa preferência dum ensino na variedade local e não em alemão ou no caso do occitano que se prefere etiquetar como línguas de Oc. Se algum dia, confiemos em que este chegue, as diferentes pressões conduzem a uma legalidade das diferentes línguas do Estado francês, deveremos ficar atentos à resolução do conflito provençal/occitano e na atitude do Estado ao respeito. Apoiarão a visão ampla da língua que recolhe o occitanismo com a sua ortografia histórica (nh e lh entre outros grafemas) ou decretarão a legalidade do provençalismo como entidade em si e a sua ortografia afrancesada (mesmo com *ou* para o fonema /u/)? Eu orientaria as apostas por esta segunda via (ainda que o risco dá mais dividendos).

Em Espanha o paradigma vem marcado polo valenciano, autêntica língua por decreto na medida em que é no parlamento valenciano onde se elaborou a sua secessão legal do catalão. Os seus fazedores são o Partido Popular e Unió Valenciana, partido cuja única razão de existir fora do PP é o seu anti-catalanismo obsessivo. Valência é decerto um magnífico espelho para os que queiram reflectir em profundidade na realidade galega. Uma das últimas iniciativas isolacionizantes foi um decreto pelo qual um professor de língua que defenda nas aulas a unidade de valenciano e catalão pode ser *expedientado*. Outra anterior invalidada o título de licenciado em filologia catalã para leccionar nos liceus valencianos. Foi a Universidade onde, graças à sua autonomia, se puderam concentrar os esforços integracionistas apesar dos pertinentes recursos judiciais interpostos pelo Governo valenciano.

Acho que já deveria ficar clara em que consiste a segunda regeneração com que se encabeça esta epígrafe. Trataria-se de recuperar o espaço vital que lhe corresponde à língua galega no contexto hispânico, para não dizer no mundo. Trataria-se de que a nossa língua não é um código de andar por casa (casa dito no sentido literal). Trataria-se de alcançar a nossa máxima expressão frente o único rival directo do galego: o castelhano.

Porém, por questões de estrutura, isolacionismos e aculturalizações navegam ineluctavelmente no mesmo barco¹. Em todo contexto similar ao nosso existem pessoas e instituições amantes duma causa que consideram justa e autêntica que se tornam aliados naturais dos mesmos que pretendem eliminar, fazer recuar ou no mínimo paralisar a cultura vernácula. Sucede em Valência, na Provença, em Gasconha, em Alsácia, no Vale de Aosta, em Carélia, em Moldávia...

Ainda que alguns se empenhem em visioná-lo assim, o nosso conflito é mais complexo do que um debate interno de identidades como no caso norueguês ou uma briga entre medievalistas e “modernistas” como no caso grego. No Estado norueguês convivem duas normativas, a *bookmal*, que se achega ao dinamarquês, língua-tecto durante séculos e a *nynorsk* que se apoia nas áreas rurais menos dinamarquesizadas. Ambas as duas são oficiais apesar de que o 80% dos noruegueses

(1) Esta revista é um fiel reflexo disto que estou a referir. Situada, a priori, fora dos circuitos oficialistas e clientelistas da Xunta, resulta aberrante que, por meio da censora obriga de empregar o galego mal chamado oficial —no máximo também o português mas para eles o português é apenas uma língua estrangeira— se desperdicie e prescindida das colaborações de muitos galegos críticos que destilam outras sensibilidades normativas, quer os mínimos quer os máximos. Por todo isto, um subtítulo como o que aparece na capa *Publicación galega de pensamento crítico*, resulta, no mínimo, trágico-cómica.

se adscrevem ao bookmal e nesse debate escassa ingerência tem a Dinamarca uma vez que Noruega é um Estado soberano bastante maior e de similar população. No caso grego, o debate dirime-se entre o *Demótico*, a língua popular e o *Katharévousa*, sucessor do Grego clássico. Em última instância é um debate social entre a direita, *Katharévousa*, e a esquerda, *Demótico*, um debate novamente interno onde nenhuma língua externa põe em jogo os seus interesses apoiando uma ou outra sensibilidade. Além disto, na Galiza a direita é espanholista, populista e isolacionista enquanto a esquerda é galeguista e reintegracionista em diferentes medidas e com as pertinentes excepções.

Em fim, obviar que a normativa actual foi um produto sancionado pelo Partido Popular para desbancar uma outra normativa anterior, a do 80, nitidamente integracionista é olhar a realidade com orelheiras. Pretender que a regeneração do galego está praticamente findada enquanto sigam a ser os agentes do espanholismo quem nos marque os limites da nossa língua assim como as nossas filiações parece-me bastante superficial e inconsciente, além de perigoso e mesmo suicida.

ALGUMAS ATITUDES QUE CONVIRIA REVISAR AGINHA

Aponta Codal Fustes que “*o nivel de Bacharelato especial que reinaba (na Universidade) consideraba un problema cativo que alguén non soubese o significado de meda e tirizó*”. Na verdade, e muito gloriosamente, é um problema nímio. O problema é considerar isto um problema. Que um galego-falante culto não saiba que meda é uma morea de erva seca ou de palha ou que tirizó venha a ser uma inflamação das glândulas nas pálpebras acho que é tão insubstancial como que um falante culto de espanhol desconheça essas duas realidades. O *ruralismo* é na verdade uma atitude a revisar. Que nos exames de galego na Escola Oficial de Idiomas ou na Faculdade de Filologia as perguntas que concirnam ao léxico versem sobre as partes do carro (e isto não é uma metáfora hiperbólica) é sem dúvida um grande problema perto de entrarmos no século XXI. Em troca, existe uma despreocupação geral a respeito das formas galegas correspondentes às castelhanas, e usadas finalmente, *ordenador, pantalla, móvil, autobus, peaje, despotismo ilustrado, camping, portería de futbol, tablero de basket, paraguas, pelicula de fotos, cajero automático, mostrador, rail de tren, menú de comidas, mesita de noche, equipaje, bujía, hornillo portátil, muy señor mío: ou agujas del reloj*². Não se importar com lhe conferir a estas realidades quotidianíssimas e universais uma forma galega sim que acho que é um problema muito grave até o ponto que a mais de um faz-nos duvidar se a primeira regeneração, categorizar galego e castelhano como entes diferentes, se consumou.

“*Moi poucos lectores ou lectoras portuguesas nos pagan coa mesma dedicación (de lerem os escritores galegos com ortografia espanhola)*”. Todos os que estão a ler estas páginas são leitores potenciais de espanhol e muitos leriam a autores uruguaios, cubanos ou andaluzes mercê de que todos estes compartilhem as mes-

(2) A solução ao enigma é o seguinte: computador, ecrã ou tela, telemóvel, autocarro, portagem, despotismo esclarecido, parque de campismo (lugar) e campismo (acção), baliza, tabela ou tabuleiro, guarda-chuva, filme, caixa, balcão, carril ou linha, ementa, mesa-de-cabeceira, bagagem, vela, fogareiro portátil, Amigo e senhor, ponteiros do relógio.

mas convenções. Ora bem, se acudissem a uma livraria para adquirir um livro hispano-americano e na secção correspondente encontrassem um intitulado *Maria's sons* e no seu interior lê-se o seguinte trecho: *El tiatro pariecia una sepultura en la nochi. Pa Jonhny era el moument de cayer sobre aquello pincho. Su esquá llegarían en tiempo mas algo lo arrempuhaba a ponerse on the move en solitario. -Ey, brodar donde vá?, tos ehtamo nesto, yu nou? Era Maik...* O mais provável é que este hipotético *Maria's sons* ficasse nas livrarias ad aeternum. Existe certamente uma literatura chicana mas com uma base clara nas convenções da literatura hispanófona e com uma maior ou menor concessão às particularidades chicanas mas sempre mantendo laços de comunicabilidade com o leitor standard. Outro tanto passa-se com a literatura asturiana, a priori acessível para galegos e castelhanos e, no entanto, incapaz de transcender as suas fronteiras naturais. Por outras palavras, não lhe reclamemos aos portugueses o que nós próprios não estaríamos dispostos a realizar. Um romance em galego-castelhano (ou em chicano estrito ou em asturiano) só pode interessar, de portas para fora, a um antropólogo linguístico, raro a um amante da literatura que preferirá acudir ao amplo e rico leque que lhe oferece a sua própria literatura no código que lhe é mais familiar e acessível.

Em linhas gerais, a colaboração entre o galeguismo e Portugal está castrada por vários factos, todos eles apontados por Cordal Fustes. Portugal é o vizinho pobre da Península e uma boa fortuna histórica foi o facto de alcançar a independência frustrando assim o projecto ideal do nacionalismo espanhol, uma Península Ibérica unida politicamente e nuclearizada em torno a Castela. Isto explica em parte a medida das autoridades portuguesas no que respeita a Galiza. Outro factor mais determinante é o facto de serem os nossos embaixadores tanto em Portugal como no Brasil precisamente os agentes do espanholismo (ou mesmo a TVG) o que em nada ajuda a exportar para Portugal a voz do galeguismo, a significar a nossa mesma existência como uma categoria diferente de Castela/Espanha. Sem dúvida *se un partido nacionalista, por moderado que for, gañase as eleccións durante un período respectable, non tardaríamos en ser convidados como membros de pleno dereito a calquera xuntanza da lusofonía*. A questão é: aceitaríamos todos o convite? Quisera apontar uma última reflexão a este respeito. Angola, Moçambique e Cabo Verde fazem parte da Lusofonia a pesar de o seu número de falantes ser mínimo. Para esta categorização é decisiva a história, é certo, mas as três comunidades fornecem a língua galega de autores da talha de Pepetela, Mia Couto e Germano Almeida. Que vultos literários fornece a comunidade galega (numa escrita comum) para que a Lusofonia a pode sentir como própria? Quando se concretizarão os apelos dalguns dos nossos escritores para actuar nesta direcção?

Por fim, uma última atitude a resenhar, aquela do vitimismo. *Se o modelo culto se sitúa en Portugal, o Estado portugués ten xuridisción sobre a lingua galega, id est, a lingua galega non debe organizarse desde as elites filolóxicas nin desde o pobo de Galicia*. Outra formulação muito estendida e preña do mesmo mal vem a afirmar que, em caso de reintegracionismo, o galego desapareceria sumido pelo português. *Pois a formulación é diáfana*: como somos uma comunidade rural e marinheira, diminuta e humilde, encerremo-nos nas nossas fronteiras e num Medúlio ortográfico em lugar de tentar ganharmo-nos um posto, que já teríamos de saída, na comunidade lusófona à par de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique...

Timor. Existem dous erros de base nesta atitude que se deveriam revisar aginha. Primeiro, a ignorância duma realidade que se chama **pluricentrismo**, isto é, a existência em muitas línguas, e em todas as principais, de vários centros de irradiação culta, de vários modelos de língua. Citaremos apenas uns poucos: [Inglês: Inglaterra, Escocia, Irlanda, Usa, África do sul, Austrália, Nova Zelândia, Índia] [Neerlandês: Holanda, Flandres] [Malaio: Indonésia, Malásia, Brunei] [Espanhol: Castela, Andaluzia, Argentina, México, Colombia, Ecuador, Chile...] [Catalã: Catalunha, Valença, Ilhas Balears] ou que melhor do que o próprio galego-português: [galego, português, brasileiro]. A mesma norma brasileira, essencialmente a mesma que a portuguesa mas diferente, pode servir de exemplo do que poderia ser uma hipotética norma galega, norma que alguns já acham na elaborada por AGAL nos 80.

O outro erro de base consiste em renunciar radicalmente à língua portuguesa como se nada tiver a ver connosco. A língua chamada portuguesa que também se pode chamar galega é a continuadora da eclosão literária trovadoresca medieval desenvolvida na franja ocidental da Península Ibérica. De não ter conseguido Portugal conservar a independência a respeito de Castela, a nossa língua seria, infelizmente, uma língua apenas labrega e marinheira. Como sabemos, não foi assim, e se num primeiro momento foi o Norte a zona de maior peso cultural, este foi-se deslocando com a reconquista para o sul. O mesmo aconteceu com o castelhano, desde Cantábria/Burgos para Toledo, e com o catalão, desde Catalunha para Valência. Sim senhores, os centros de expansão duma língua podem deslocar-se polo espaço. O Neerlandês viveu um processo de sul para norte, desde Flandres, pasando pola Brabança até Holanda. O Romeno sempre teve dous centros, um ao sul —Valáquia—, outro ao norte —Moldávia— e se até o XVIII o maior dinamismo correspondeu a esta última, será finalmente Valáquia com a capital, Bucarest, quem tome o relevo. Em linhas gerais, é a geo-política e a economia quem ditamina estas mudanças. Há uma contradição, aparente, que mereceria mais atenção por parte do galeguismo: porque, das tres principais línguas peninsulares, só o catalão-valenciano e o galego-português têm problemas de identidade? Porque o andaluz não é uma língua para ninguém? Quem governa na Galiza e em Valência? Uma última questão: se o galego nasce definitivamente no XIX, a que vem incluir a Meendinho e companhia no Dia das Letras Galegas? De que língua estão mais perto as suas composições? Do “estrangeiro” português ou do galego mal chamado oficial?

Afirmava Pieter Behaeghel, um integracionista flamengo, em 1844 que até a independência de Holanda no XVI (enquanto Flandres ficava dentro do Império espanhol), a velha língua fora uma possessão comum de flamengos e holandeses e que os flamengos o que deviam fazer agora era reclamar a sua posse depois de vários séculos de negligência. A língua portuguesa —além da sua continuadora— é **essencialmente** a mesma língua que a medieval com as suas lógicas regularizações e posteriores influências como a língua do Cid é essencialmente a mesma língua que o castelhano actual. Não é um produto *made in Lisbon*. De ser assim palavras como [lenho, espelho, vou, leite, mais, chover, formula, Rosa, isso] deveriam ser transcritas *lanhu, ixpalhu, vô, laite, maix, xover, formla, Roza, iço* e se outro tanto fiseram os brasileiros (como já faz o galego oficial), onde existe uma única língua existiriam, no mínimo três línguas (a ideia pode ser copiada por mais

variantes: galego-asturiano, portunhol ou açorense, por exemplo). O problema, realmente, é que o debate e as decisões não estão em mãos dos galegos. Naqueles lugares onde a identidade da língua depende basicamente dos movimentos sociais que se importam com ela, Quebeque, Puerto Rico, Vale de Aosta, Moldávia actual, Flandres, Tirol do sul... o integracionismo é o comportamento dominante. Naqueloutros onde não é assim, e Valência é o paradigma junto à Galiza, o destino da língua fica baixo a direcção dos seus verdugos.

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

O GALEGO É UMHA LÍNGUA E TEM A SUA ORTOGRAFIA PRÓPRIA(*)

Luís GONÇÁLES BLASCO
(Compostela)

1. JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICO-LINGÜÍSTICA

O Galego, como o resto das línguas románicas, nasce da deriva do latim vulgar e pode-se dizer —ainda que o processo de transformação seguisse em curso— que polos séculos VIII e IX já está constituído como língua. Estas línguas derivadas do Latim vulgar, que melhor seria chamarmos oral ou popular, som diferentes entre si devido às diferenças históricas e lingüísticas, tanto anteriores como posteriores à chegada do Latim, nos territórios onde fôrom aparecendo. No caso particular do Galego cumpre sinalar a unidade étnica e cultural existente no que os Romanos chamariam Gallaecia, especialmente entre os conventos lucense e bracarense da Gallaecia; é o território onde floreceu a chamada cultura castrexa. Neste território, que se mantém individualizado sob a dominação romana estabelecerá-se o reino dos Suevos; como poucas vezes se di, este foi o primeiro reino cristão independente que se estabeleceu na península ibérica e, ainda que tivo diferentes graus de extensom territorial, chegando, às vezes, a ocupar a maior parte da Península, o seu núcleo fundamental era o mesmo da cultura castrexa. As condições eram as necessárias para que se individualizasse umha língua num território que começava, com a formação da nova língua, a chamar-se Galiza.

Esta língua durante centos de anos será umha língua falada enquanto que na escrita se utiliza o Latim, um Latim no que começam a aparecer palavras da nova língua ou barbarismos devidos à existência desta: Por exemplo, em vez de *catena*, podemos achar **catela*, a explicação é que eles já diziam *cadea* mas sabiam que nom se escrevia *d* mas *t* e também que faltava algo entre o *e* e o *a* mas confundiam-se por outras casos, como *tear*, no que o que desaparecera era um *l*, isto explica a aparição na escrita de umhas formas estranhas que ninguém dixo nunca.

A diferença com o Latim era cada volta mais grande e o número de gente que podia ler o Latim era cada vez mais escasso. Esta realidade social leva à aparição, entre os séculos

(*) No número 23 de *Informação Obreira*, datado o *Dia da Pátria de 1998*, apareceu o seguinte trabalho, que, polo seu interesse, reproduzimos, contando com o consentimento dos editores de *Informação Obreira*.

XII e XIII, das novas línguas na escrita, nomeadamente nos documentos públicos e privados e na literatura. O Latim manterá-se mais tempo como língua científica e filosófica já que estas matérias estavam reservadas a gentes de superior nível cultural. Inicialmente as línguas neolatinas utilizam a ortografia do próprio Latim mas a existência nas novas línguas de sons que nom havia no Latim ou a desapareçom de sons próprios do Latim obriga a que se façam umha série de ajustes. Por exemplo em Latim nom existia o som central da palavra *anho*, entom havia que buscar umha forma de representá-lo; na época actual com a ortografia estabilizada este som representa-se por *nh* em Galego e em Occitano, por *ñ* em Espanhol, por *ny* em Catalám, por *gn* em Francês e em Italiano, etc. Mas antes de cheguem a esta estabilidade ortográfica todas as línguas románicas tiveram umha série de vacilaçons ortográficas. Por continuarmos falando deste som, em Galego encontramos-lo grafado como *nh*, *nn*, *ny*, *ni*, *gn*, etc. Estas vacilaçons durarám bastante tempo.

Um facto histórico vai condicionar o futuro da língua galega: O que se chama a independência de Portugal; ao dizer a independência de Portugal realmente estamos a referir a um facto histórico que consistiu em que umha parte da Galiza (o Sul) constituiu-se num estado separado, enquanto que outra parte (o Norte) ficou unido com o reino de Leom. Esta parte norte depois de umha série de avatares políticos: Intentos de se reunificar com o Sul, primacia no reino de Galiza e Leom, luitas por criar um estado separado, etc. acabará caindo na órbita de Castela, primeiro, e de Espanha depois.

Nas duas partes do território galego: Na independente e na que acabaria ficando na órbita espanhola davam-se as vacilaçons ortográficas de que falei. A existência de um poder Real (um Estado próprio) fai que com o tempo estas diversas soluçons iam tendendo a umha unificaçom. Isto é o que explica que na Galiza (actual) as vacilaçons ortográficas sejam mais abundantes e persistentes que na parte independente. Este facto tam simples para qualquer lingüista dá argumentos aos isolacionistas que defendem a tese de serem Galego e Português duas línguas diferentes e que já nos inícios havia certas divergências. Divergências hai-nas como as hai em todas as línguas. Por colhermos um exemplo do nosso "vizinho": O Espanhol fala-se de formas muito diferentes segundo os lugares nos que se fala, de facto na área espanhola as diferenças som bem superiores às que existem na área galega ou galego-portuguesa.

De todos os jeitos durante todo o período medieval ninguém considera duas línguas diferentes as faladas ao Norte e ao Sul do rio Minho, a literatura é única e é impossível descobrir, pola língua utilizada, os escritores de um e outro lado da artificial fronteira. De facto, há poetas que nom sabemos se som galegos ou portugueses, quando se consegue identificar o seu lugar de origem nom é nunca por motivos lingüísticos mas por causas diferentes.

Ora bem, a nossa língua correu umha sorte bem diferente no que já era o estado português e na Galiza submetida por Castela primeiro e por Espanha depois.

O Galego em Portugal passa a denominar-se Português por ser a língua oficial do Estado, vai unificando a sua ortografia, sempre em base à primitiva, e vai alcançom um extraordinário desenvolvimento: Primeiro chegando ao extremo sul peninsular e logo começando umha expansom, paralela à política e comercial de Portugal, que leva a nossa língua a África, América, Ásia e Oceania. Ainda hoje se mantém, e a sua influência foi tam grande que em Extremo Oriente era a língua que servia de veículo de comunicação entre diversos países. Poucos devem saber que em Vietnamita o dígrafo *nh* tem o mesmo valor que na nossa língua devido ao labor alfabetizador dos missionários portugueses.

Na Galiza dominada, o uso do Galego como língua escrita entra em decadência no século XV para desaparecer praticamente por completo no XVI. Os documentos, tanto públicos como privados, que antes se faziam em Galego passam a redigir-se em Espanhol. Os escritores deixam de utilizar a língua que falam para fazerem as suas obras em Espanhol, por suposto que este processo vai ter os seus custos e nom é de estranhar que no chamado Século de Ouro espanhol nom achemos praticamente nenhum escritor galego, isto levou a dizer a Lope de Vega, com manifesta ignorância, *Galicia, nunca fértil en poetas*. O Galego refugia-se na fala e perde os registos culto, literário e científico.

2. A QUESTOM NA HISTÓRIA DO GALEGUISMO

2.1. Os precursores do XVIII

No século XVIII há uns primeiros sintomas de recuperação por parte de alguns ilustrados entre os que destaca a figura do Padre Sarmiento que reclamava que o ensino se fizesse em Galego e denunciava que o desuso do Galego como língua escrita nom se devia aos naturais do País senom aos estrangeiros que aqui vinheram para ocuparem os melhores cargos, tanto civis como eclesiásticos. Este movimento é mais um movimento reivindicativo do que literário, o Galego defende-se mas é pouco o que se utiliza, nom obstante em escritos galegos de Sarmiento podemos achar *ge, gi, j, lh* ou *nh*.

2.2. O século XIX

É no século XIX quando se produz o nosso ressurgimento político e cultural; dam-se duas circunstâncias que vam condicionar fortemente a nossa situação ortográfica:

a) A nossa literatura medieval era desconhecida e mesmo ignorava-se a sua existência ou a sua importância. Será ao longo deste século quando comece a ser conhecida. A mesma obra de Sarmiento permanecia inédita e só era conhecida de uns poucos que tiveram acesso aos manuscritos.

b) A maioria dos nossos escritores nom conhece mais código escrito que o espanhol. Conseqüência: Intentarâm utilizá-lo para a representação do que eles julgam umha língua simplesmente oral, para isto farâm pequenas adaptações quando se encontrem com sons inexistentes em Espanhol: Palavras como *jeito* ou *umha*.

A pesar disto, já desde o começo vam aparecer duas correntes na forma de escrever o galego: Os foneticistas e os etimologistas.

Os foneticistas corresponderiam-se com os que falávamos no parágrafo anterior. A importância e popularidade de Rosalia (que, ainda que com matizes, já que usa o *ç* ao lado do *s* e do *z*, se inclina por este lado) e o facto de a primeira gramática digna de tal nome (a de Saco e Arce de 1868) ser também foneticista vai fortalecer esta corrente.

Os etimologistas, que, conhecendo outras línguas románicas e o próprio latim, se inclinam por umha ortografia própria para o galego onde se escreva, por exemplo, *gente, jeito* e *deixar*. Entre os seus representantes achamos figuras destacadíssimas como Anhom, Pintos (bom conhecedor da obra de Sarmiento), António de La Iglésia (o primeiro popularizador da poesia medieval galega), Valhadares (autor do primeiro dicionário importante e de umha gramática que, infelizmente, permaneceu inédita até 1970) e, sobretudo Pondal (que chegou a usar ocasionalmente *lh* e *nh*). Dentro desta corrente acharemos os autores que vem com mais claridade o problema político galego, evidentemente há excepções a esta regra mas muitas vezes podem-se justificar; tal é o caso de Rosalia que age muito mais movida polo sentimento do que pola razão e tem um claro desejo de que a sua poesia chegue com mais facilidade ao povo (comparemo-la com Pondal ou com Pintos). Um dos argumentos dos foneticistas era que a sua ortografia resultava mais fácil do que a etimológica: a razão era que a gente alfabetizada em espanhol já a conhecia mentres que a etimológica havia que aprendê-la. Isto fará que autores como López Ferreiro depois de explicar no prólogo de *A tecedeira de Bonaval* que el seria partidário de utilizar a grafia etimológica, mentres o Galego nom se ensinar nas escolas acaba optando pola foneticista (com certos reparos já que escreve *ao* e *nom o*). Esta tendência chegou a ter grande importância até o ponto de ser adoptada pola Academia nos seus primeiros tempos. Este facto (a importância do etimologismo) resulta hoje quase desconhecido já que a maioria das reedições dos autores do nosso resurgimento están “normativizadas” e oculta-se-nos (porque será?) o seu verdadeiro modo de escreverem.

2.3. Finais do século XIX e século XX

É a finais do século XIX quando começam a ouvir-se as primeiras vozes que identificam Galego e Português como umha única língua. Já havia precedentes no século XVIII em textos dos ilustrados Feijóo e Sarmiento mas vai ser nesta época quando os testemunhos se

fagam mais claros e solenes ao tempo que muito mais abundantes, nomeadamente (como cabia esperar) por parte de aqueles que mais claro têm o nosso problema nacional. Assi Murguia nos Jogos Florais de Tui (os primeiros em se celebrarem exclusivamente em Galego) fala da identidade lingüística de ambas as beiras do rio (nom esqueçamos que estamos em Tui) e di que os Galegos nunca agradeceremos bastante aos Portugueses que tenham conservado a nossa língua e feito dela umha língua universal. Pondal, num poema dedicado à língua fai sinónimas as expressions *Verbo do gran Camões* e *Fala de Breogán*. Desde entom e de jeito cada volta mais unânime a doutrina de que Galego e Português som a mesma língua vai ser a dominante dentro do movimento galeguista. As opiniões em contra constituem raríssimas excepçons. Podemos achar textos demonstrativos desta tese em Viqueira, Paz Andrade, Risco, Dieste, Otero, Castelao e praticamente em todos os teóricos do galeguismo. Por isso resulta umha infâmia falar da *tardía conversom de Carvalho Calero* quando nom fai mais que retomar e levar às suas últimas conseqüências as ideias dominantes dentro do galeguismo. Quando se publica o número 1 da revista *Nós* o primeiro texto, depois da apresentação editorial, é um poema em Português de Teixeira de Pascoaes: *Fala do Sol*. Di-se isto nos actuais manuais e textos de Literatura?

3. A QUESTOM ORTOGRÁFICA

Como contraargumento muitos isolacionistas costumam dizer que Castelao ou outros que figérom grandes declaraçons do que hoje chamamos reintegracionismo lingüístico (ainda que nós preferimos falar de normativa histórica melhor que de normativa reintegracionista) nom o levavam à prática. Quais as razons? A falta de um ensino escolar galego. Eles escreviam para gentes que foram alfabetizadas em espanhol e julgavam mais fácil serem entendidos numha norma que, pola sua semelhança com a norma conhecida; a espanhola, resultava mais familiar para os seus potenciais leitores. Esta situação mudaria radicalmente quando o povo for alfabetizado em Galego; já vimos o que passou depois.

Nom obstante muitos deles si que praticárom: Viqueira, Risco, Quintanilha, Álvaro Cebreiro, Correa Calderom e outros (cito aqui só nomes do tempo das **Irmandades** e da revista *Nós*, prescindindo de exemplos anteriores que já fôrom vistos) utilizárom formas de escrever que se achegavam, em maior ou menor medida, à norma portuguesa. Mais umha vez este facto é-nos ocultado pola política editorial dominante na actualidade. Na maior parte dos casos quando se reeditam as suas obras, fai-se “normativizando-as”. Todos os esforços som poucos quando se quer convencer os Galegos de que “isto do lusismo” é umha cousa recente nascida com obscuros interesses quando nom com a oculta intençom de prejudicar o movimento normalizador.

4. A SITUAÇOM EM AMÉRICA

Em América ocorre algo parecido ao que se passa na Galiza. Verei tam só dous casos: Cuba e Argentina.

Na emigraçom argentina a presença das ideias lingüísticas que deve defender o independentismo é muito notável. Como é de esperar vai ser na parte mais radical do movimento galeguista onde se manifestem com mais força. N'A *Fouce*, órgao da **Sociedade Nacionalista Pondal**, jornal que defende a independência da Galiza achamos, sobretudo nos últimos números, abundantes textos escritos numha norma praticamente igual à preconizada pola **AGAL**, muitos deles devem-se à mao de Ricardo Flores, felizmente vivo com noventa e tantos anos e a mesma firmeza de ideias. No número 87 do vozeiro (Maio do 36) um pequeno artigo sem assinar manifesta a sua indignaçom por ter-se “traduzido” Camões para o “Galego”; que diriam estes patriotas emigrados se vissem o que se está a fazer hoje?

Em Cuba o caso que vou tratar é algo diferente. O mais conhecido e lutador dos independentistas galegos na ilha foi Fuco G. Gómez que propujo no seu livro *Grafía galega* umha norma para o Galego que nom coincide com a do Português mas que está muito mais próxima da norma portuguesa do que a norma espanhola e a sua filha de achego: A normativa isolacionista.

5. O CORTE DE 1936

A sublevação militar-fascista de 1936 vai-se asanhar muito especialmente contra os nacionalismos periféricos e contra as culturas nom espanholas. Só por citarmos um exemplo, em Euskal Herria foi assassinado um número importante de cregos católicos polo simples feito de serem nacionalistas; se temos em conta que os franquistas apresentavam a sua luita como umha “cruzada religiosa” estaremos em condições de valorarmos este facto. Este furor do fascismo contras as culturas nom espanholas chegará a proibir o uso público das diferentes línguas e tardará em suavizar-se: Já corriam os anos cinquentá quando se repartiu nas ruas da Crunha um famoso panfleto que dizia: *Hable bien / Sea Patriota - No sea bárbaro / Es de cumplido caballero, que Vd. hable nuestro idioma oficial o sea el castellano. Es ser patriota. / VIVA ESPAÑA Y LA DISCIPLINA Y NUESTRO IDIOMA CERVANTINO / ¡¡ARRIBA ESPAÑA!!* Julgo que a simples reprodução de tan infamante nota, publicada pola “imprenta sindical” fai desnecessário qualquer comentário, por certo que o próprio “idioma cervantino” nom sai muito bem parado no texto.

A repressom padecida pola cultura galega chegou a límites monstruosos: Incendiárom-se os locais da imprensa **Nós** com os livros que havia no seu interior, o seu proprietário foi assassinado sem sequer umha paródia judicial. Ilustres intelectuais e escritores galegos fôrom mortos, em certos casos com umha paródia de juízo mas às vezes sem el. Por citar alguns nomes: Jaime Quintanilha, Joám Carvalheira, Arturo Noguero, Camilo Díaz Valiño, Álvarez Limeses, Roberto Blanco Torres, etc. Outros tivêrom que exiliar-se, às vezes depois de umha azarosa fuga: Castelao, Luís Seoane, Núnhez Bua, Lourenço Varela, Ramon Martínez López etc. Outros padecêrom a repressom de diferentes formas: cárcere, desterro, multas, destituição de postos de funcionários ganhadados por oposição, etc.: Otero Pedrayo, López Cuevillas, Antónío Fraguas, Paz Andrade, Carvalho Calero, Ben-Cho-Shey, Ramón de Valenzuela, etc. Os nomes citados correspondem-se só a intelectuais e homes relacionados com a cultura, nom tenho em conta os centos de galeguistas assassinados ou perseguidos que só tinham umha actividade política, ainda devo salientar que entre os citados hai-nos que tivêrom umha actividade muito mais cultural do que política, mas que outra cousa se poderia esperar de um regime que fijo célebre, por boca de um dos seus destacados dirigentes o berro de: *¡Viva la muerte y abajo la inteligencia!*

Esta repressom foi, além disso, selectiva. Só se salvárom alguns elementos favorecidos pola sorte ou que se pugêrom do lado fascista como Vicente Risco, Filgueira Valverde ou Álvaro Cunqueiro (que andando o tempo arrepederia-se do que figera obrigado polo medo). Existem casos, como o de Celso Emílio Ferreiro, nos que salvárom a vida devido às gestons de familiares ou amigos directamente comprometidos com o bando fascista. Com isto quero dizer que o melhor do galeguismo foi eliminado ou perseguido de tal jeito que o seu vigor combativo diminuiu fortemente.

A cultura galega tem-se que refugiar no exílio e na emigração ou ficar calada. Até 1947 nom se poderá publicar um livro galego importante: *Cómaros verdes*, de Aquilino Iglesia Alvariño. Para sermos rigorosos haveria que dizer que entre 1936 e 1947 o galego está presente, ainda que de forma escassa e marginal, na imprensa e no livro. Durante a própria Guerra se editárom três livros galegos e alguns jornais e revistas publicárom textos em Galego; as características desta literatura som muito peculiares: Na imensa maioria dos casos som textos fascistas nos que se louvam Franco e Falange e se anima aos moços galegos mobilizados polo exército a lutarem bravamente contra *rojos y separatistas*; outra característica é que som obras de autores nom comprometidos com o movimento político galeguista. O caso do escritor mais destacado é o de Noriega Varela que ainda que escritor em galego estava enfrentado com o galeguismo político desde os tempos das **Irmandades**. Os escritores procedentes do movimento galeguista (como Risco, Filgueira e Cunqueiro) que se pugêrom do lado fascista escrevem em Castelhana e tardarám anos em volverem a utilizar o Galego publicamente (o primeiro em fazê-lo será Cunqueiro em 1950).

6. RESSURGIMENTO PROBLEMÁTICO NA GALIZA

Nos anos 50, ainda que já desde 1947 se produzissem os primeiros balbucios, começa um ressurgir cultural galego devido, principalmente, à editorial Galaxia. Este ressurgir tem umha série de condicionamentos e problemas: Está dirigido por homes que decidem abandonar a luta política clandestina para consagrarem-se quase em exclusiva ao labor cultural. Entre estes homes faltam muitos, polas razons já vistas, que no 36 nom tiveram mais “escolha” que a morte ou o exílio. Os condicionamentos da censura vam pesar sobre eles com muita força, há que ter em conta que a censura era muito mais dura com as publicaçons galegas do que com as espanholas: Por exemplo havia graves dificuldades para publicar traduçons para o Galego de livros que nom achariam nengumha de serem traduzidos para o Espanhol, nom se lhes permitiu umha publicaçom periódica, mesmo bilingüe, a primeira série de *Grial* (1951-1952) foi proibida no número 4 e até 1963 nom se autorizou a nova revista *Grial* que tinha que ser obrigadamente bilingüe: Até 1973 nom se permitirá o monolingüismo galego da revista.

Galaxia fijo umha certa unificaçom lingüística nas suas publicaçons mas nom se cerrou completamente às tentativas de achegamento à grafia portuguesa, publicando, em 1959 e 1963, dous livros de Ernesto Guerra da Cal numha normativa que tinha muito de reintegracionista. Estes livros tivérom umha boa acolhida no seu momento.

Sem embargo o poder espanhol nunca viu com bons olhos os intentos de achegamento gráfico entre Galego e Português. Com efeito, um Galego escrito à espanhola sempre poderá ser recuperado e mesmo formar parte do hipócrita discurso da “riqueza y variedad lingüística española que debemos conservar y proteger”, pola contra um Galego escrito à portuguesa deixaria ver imediatamente a nossa identidade lingüística. Ora bem, se os Galegos falamos umha língua que é a oficial de um país estrangeiro isto quer dizer que falamos umha língua que nom é espanhola. O seguinte passo está claro: Os Galegos nom somos Espanhois e até pode que sejamos mais Portugueses do que Espanhois. Eis o razoamento que fará sempre do poder espanhol um inimigo do reintegracionismo.

Seria de esperar que ao aparecer o novo nacionalismo político em 1963-64 surgisse também o tema da normativa histórica. Isto nom foi assi e consideramos que se deveu a umha série de razons:

a) O corte entre o novo nacionalismo e o nacionalismo de pré-guerra. O elo de uniom que podiam representar os homes de Galáxia abandonara essas questons e nom podemos esquecer que o novo nacionalismo surge, precisamente contra os homes de Galáxia.

b) A falta de relação com o nacionalismo da emigraçom americana. Esta falta de relação nom é absoluta já que as estabelecidas com o **Padroado da Cultura Galega do México** som cordiais e excelentes. Nas páginas de *Vieiros* exprimiráram os novos nacionalistas as suas ideias. Examinando as páginas de *Vieiros* podemos achar abundantes argumentos a favor de um achegamento a Portugal, tanto político como lingüístico.

c) As ánsias de comunicaçom com o povo nom aconselham umha ortografia que teria dificuldades para ser compreendida.

d) Poderíamos pensar na oposiçom do Governo espanhol a umha tal iniciativa mas este nom seria um motivo válido para os novos nacionalistas que afrontavam valentemente o poder central.

Os dous primeiros passos em direcçom à normativa histórica, vam-se dar (de forma que nom podemos qualificar de curiosa já que a distância —en contra do que puder parecer— pode fazer ver mais claramente os problemas, recordemos o velho dito das “árvores que impedem ver o bosque”) de fóra da Galiza. Foi o primeiro o artigo de Rodrigues Lapá (que sempre se considerou el próprio como Galego sem por isso deixar de ser Português) *A recuperação literária do galego*, aparecido no número 41 de *Grial*, que motivou umha forte polémica com Ramón Piñeiro. O outro deu-se em Roma, em 1974, com a apariçom do *Manifesto para a sobrevivência da cultura galega*.

Com motivo da Revolução de Abril na Galiza começou-se a olhar mais cara a Portugal. Pode-se ver isto no livro de Loy Rolim: *A oposição em Espanha* (Lisboa, 1977). A UPG utiliza o Norte de Portugal como base logística e lugar de refúgio e mantém relações cordiais tanto com o **MFA** como com partidos da esquerda portuguesa.

7. A TRANSIÇÃO E A ÉPOCA AUTONÓMICA

Com a morte do Ditador abrem-se possibilidades de o Galego ser utilizado no ensino e na administração. Isto vai provocar a agudização da polémica que já começava a surgir. Lembremos como muitos nacionalistas clássicos partidários do reintegracionismo não o utilizavam na prática por não haver ensino em Galego. Este problema parece que vai desaparecer (ainda que em 1998, 23 anos depois, estejamos tão longe do desejado ensino em Galego) e cumpre ir tomando posições. O Governo espanhol já falámos do que se poderia aguardar dele, quando se criar uma sucursal do poder madrileno em Santiago tampouco poderemos esperar muita coisa ainda que num primeiro momento metera-se-lhes um golo como dim os rapazes de hoje.

7.1. A primeira normativa da Xunta

O dia 20 de Outubro de 1979, constituiu-se sob a presidência do titular da Consellaria de Educación e Cultura da Xunta de Galiza, D. Alexandrino Fernández Barreiro, a Comisión de Lingüística adscrita à mesma e integrada pelas seguintes pessoas:

Presidente: D. Ricardo Carvalho Calero

Vice-presidente: D. Ramon Martínez López

Vogais: D. Xosé Fernando Filgueira Valverde

D. Isidoro Millán González-Pardo

D. Antonio Santamarina Fernández

D. Xosé Luís Pensado Tomé

D. Manuel Vidán Torreira

Secretário: D. José Luís Rodríguez Fernández

Esta comissão criou três subcomissões de trabalho que estavam abertas aos restantes membros da comissão que quisessem participar no trabalho específico de cada subcomissão.

Uma destas subcomissões criadas foi a subcomissão de regulamento ortográfico que estava formada pelas seguintes membros da Comissão: Ricardo Carvalho Calero, Antonio Santamarina Fernández e José Luís Rodríguez Fernández. Esta subcomissão elaborou umas normas ortográficas que foram enviadas a todos os membros da Comissão o 29 de Janeiro de 1980. Os dias 16 e 25 de Fevereiro celebraram-se duas reuniões plenárias nas que se chegou a um completo acordo, aprovando-se as normas elaboradas pela subcomissão. Tratava-se de uma normativa consensuada pelos diferentes sectores em presença e com uma clara orientação reintegracionista ainda que tinha o problema de, em certos casos conflitivos, dar soluções duplas.

7.2. A segunda normativa da Xunta

Os sectores isolacionistas que tinham o seu máximo órgão de pressão no **Instituto da Língua Galega** (dirigido na altura pelo professor asturiano Constantino García) nunca aceitaram de bom grau esta primeira “normativa oficial” apesar de que estiveram presentes na própria comissão que a elaborou e aprovou. Isto levará-os a elaboração de umas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* que apareceram como fruto de um acordo do **ILG** e da **RAG** aprovado por ambas as instituições o três de Julho do 1982. Deve-se salientar que a elaboração das “normas” foi obra do **ILG** e que na sua aprovação pela Academia

producírom-se umha série de irregularidades que motivárom a ausência de destacados académicos na sessão do 3 de Julho. O dia 17 de Novembro do 1982 o decreto 173/1982 dá valor legal a estas normas, curiosamente o decreto vai assinado por um dos membros da comissom que elaborara a anterior normativa: Filgueira Valverde, conselheiro de Cultura.

7.3. O reintegracionismo organizado

Em Outubro do 1981 som legalizados os estatutos da **Associação Galega da Língua** que será a principal força reintegracionista desde a sua fundaçom, ainda que nom a única, mas si a mais coerente e duradeira. Em 1983 publica o *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*, nesta obra fai-se umha demorada e científica análise crítica das “Normas” ao tempo que se dam as soluçons alternativas, tem umha segunda ediçom, em 1989, corrigida e acrescentada na que se inclui a proposta normativa da **AGAL**. Desde 1985 edita a revista *Agália* que já alcançou o número 52, nela pode-se achar, além de estudos e colaboraçons literárias, ampla informaçom, tanto das actividades da associaçom como de diversos acontecimentos relacionados com a normalizaçom lingüística e a vida e a cultura do País.

Também deveríamos citar a **Asociación Sócio-Pedagóxica Galega** que elaborou umha normativa chamada de “mínimos” e que vem coincidir com a proposta mais reintegracionista da que chamámos primeira normativa da Junta; paradoxalmente, nos últimos tempos a **AS-PG** elaborou umha série de materiais nos que nom segue a sua própria normativa mas a segunda da Junta.

Há, ou houve, outras organizaçons reintegracionistas que se caracterizam por adoptarem como norma o standard português ou o acordo do Rio (normativa que ainda nom chegou a ser aplicada nem no Brasil nem em Portugal); **Associação Sócio-Pedagógica Galaiço-Portuguesa**, **Associação Pedagógica Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal**, **Irmandades da Fala de Galiza e Portugal**, **Associação de Amizade Galiza-Portugal** e algumas outras. Todas elas tenhem em comum o serem agrupaçons muito pouco numerosas e com muita freqüência os membros de umha aparecem também como membros de outra(s). Trata-se, em certos casos, de pessoas que abandonárom **AGAL** ou que permanecem dentro dela com uns postulados críticos.

Há também umha série de grupos de base de carácter local cujos membros simultaneiam, com freqüência, à sua pertença ao grupo com a pertença à **AGAL** ou a alguma das associaçons citadas no parágrafo precedente já que neles se reproduz a polémica normativa **AGAL versus** normativa portuguesa. A estabilidade e importância destes grupos é muito variável. Citaremos alguns deles: **ARO** de Ordes, **Bonaval** de Compostela, **CRÊS** do Salmês, **Meendinho** e **Gente da Barreira** de Ourense, **NH** de Ponte-Vedra, **Artábria** de Narom, **Renovação-Embaixada Galega da Cultura** de Madrid, **Aquém-Douro** de Tui, etc. Estes grupos junto com outros de carácter político intentárom confederar-se num grande movimento que seria o **Movimento de Defesa da Língua**, o **MDL** nom conseguiu a confederaçom de todos os grupos e, por enquanto, nom está respondendo às esperanças que nel se depositaram.

Como se vê dá-se um certo minifundismo que, se calhar, está resultando contraproducente para a causa do reintegracionismo. Perante esta situaçom, consideramos que o máis correcto é apoiar e potenciar **AGAL** em tanto que associaçom mais forte e consolidada sem que isto seja obstaculo para apoiar os grupos de base ou mesmo militar neles.

7.3.1. Polémica ortográfica no seio do reintegracionismo

Desde há bastante tempo, no seio do reintegracionismo, tem aparecido umha polémica que consiste em opor à norma de **AGAL**, a normativa portuguesa e, nomeadamente, o acordo de Rio citado *supra*. Esta polémica ocasionou graves problemas e enfrontamentos dentro da **AGAL**, hoje felizmente superados, e tem-se reproduzido nos grupos de base e no **MDL**. Ao nosso ver esta polémica resultou, e resulta, daninha para o reintegracionismo e para a sua imagem externa.

Na situação actual consideramos que, respeitando a opção portuguesa, resulta melhor inclinar-se pela normativa de **AGAL** tanto por razões lingüísticas, como por razões políticas.

a) Razões lingüísticas: Na nossa área lingüística nom se deu ainda umha unanimidade normativa (que quiçá nom seja necessária nem conveniente). O velho acordo do Rio nom teve êxito nemgum e o novo tampouco parece ter muito polo de agora; se a situação mudar e se alcançar esa unidade ortográfica (que, paradoxalmente, só foi praticada por galegos) haveria que revisar esta postura. Na actual situação achamos que os galegos temos direito a conservarmos peculiaridades que nos som próprias: a distinção entre -om e -ám eos seus plurais que tem levado ao Português à existência de doubletes como *aldeãos* e *aldeões*, etc., a conservação da forma *umha* e possivelmente algumha mais como escrever *palhaso* e nom *palhaço* ou *fusil* e nom *fuzil* que ocasionariam pronuncias estranhas para um Galego nom sesseante (hoje por hoje a maioria).

b) Razões políticas: O direito dos galegos a elaborarmos a nossa própria norma (por enquanto nom há umha norma única que poda aconselhar chegar a um acordo no que nós teríamos que estar presentes) deveria ser já umha razão suficiente mas também se poderiam aduzir outras como a de que teríamos mais argumentos para defendermo-nos de aqueles que, falazmente, nos acusam de *estarmos vendidos ao ouro de Lisboa* (qual ouro?) e de nom servirmos a causa galega (precisamente nós!).

Em qualquer caso e sempre respeitando esta postura, que tem razões do seu lado, muito melhor seria optar pela norma de Portugal e nom polo acordo do Rio.

NOTA: A pesar do dito, **Informação Obreira** nom apoia exclusivamente a **AGAL** nem nengum outro grupo reintegracionista em particular. Nós apoiamos todos aqueles que defendem o Galego e a sua ortografia histórica. (Fim da nota).

8. A NORMATIVA DOS INDEPENDENTISTAS

Julgamos que a estas alturas e depois do que levamos dito já devia ficar claro que os independentistas nom podem ter outra normativa do que a histórica: Porque foi a nossa quando éramos independentes, porque cientificamente é a única válida, porque a normativa isolacionista levaria-nos a umha deriva cara ao espanhol por tratar-se de umha normativa espanholista (com algumhas pinceladas de enxebrismo para dissimular), porque é umha normativa imposta polo poder espanhol e nom por um poder galego. Poderiam-se buscar mais razões mas cremos que com as ditas avonda.

Porém há independentistas que defendem a chamada normativa oficial valendo-se de umha série de argumentos peregrinos (quando nom monstruosos) e sendo, neste aspecto mais reaccionários do que o Bloco que, com todas as suas contradições, inclina-se cara ao reintegracionismo, ainda que nos últimos tempos se vejam sinais muito alarmantes polo que fai à firmeza das suas posições.

Para começar, estes independentistas acusam-nos de estarmos vendidos a Portugal e nom querermos a independência de Galiza. Pois bem se repassamos sem anteolheiras toda a história do movimento galeguista observaremos umha constante nel: a ansia de recuperar a unidade perdida da velha Galiza. A união da Galiza lucense com a bracarense que deu lugar a Portugal. Para nós (ou polo menos para alguns de nós) a liberdade nacional galega é possível tanto com um estado separado galego (constringido pola artificial fronteira do Minho) como com um grande estado galego-português do Cantábrico ao Algarve e de Fisterra à serra do Ranhadoiro e chegando até Pinferrada. De todos os jeitos, consideramos que estas questões nom devem servir para dividir o independentismo galego e que devemos estar juntos o Dia da Pátria, se isto nom for possível cada um deve carregar com as suas responsabilidades.

A pesar do dito, consideramos que este nom é o momento adequado para defender o reintegracionismo político dado o nível de consciência actual do nosso povo. Num futuro, mais ou menos próximo, poderiam mudar estas circunstâncias.

Por último, também consideramos que pode haver independentistas de boa fé que ainda nom comprederom os nossos argumentos. Obrigação nossa é tratar de convencê-los e, entretanto, buscarmos por todos os meios a unidade de ação com eles.

SESSOM DE TRABALHO DO INTERGRUPO DO PARLAMENTO EUROPEU «LÍNGUAS MINORITÁRIAS»

Nunha sessom de trabalho do Intergrupo do PE «Línguas minoritárias», polo eurodeputado José Posada, apresentou-se este documento, que afinal **nom foi aprovado**:

O INTERGRUPO fai um apelo aos poderes políticos dos Estados no sentido de exercer o máximo respeito para as liberdades e a participação dos cidadãos na movimentação cultural, para nom discriminar nengum cidadão por razons de língua ou de «norma lingüística» utilizada, nomeadamente nos territórios onde existir conflito sobre o processo de normatização da língua, como é o caso do galego na GALIZA.

O INTERGRUPO lembra a obrigatoriedade de respeitar e fazer cumprir o direito à liberdade de cátedra, direito à liberdade de opiniom e de pensamento, direito a receber umha informação veraz nos meios de comunicação, e que se elimine qualquer discriminação.

O INTERGRUPO lembra a necessidade de que qualquer modelo de «norma» que se propuger deve ser sempre o resultado de um necessário debate democrático, em que estejam representados os cidadãos, colectivos e associações interessados pola língua e cultura do seu País.

O INTERGRUPO recomenda que nengumha associação cultural, cidadãos, colectivos, editoras, meios de comunicação, publicações, etc., sejam marginalizados e nom recebam ajudas dos Governos por razons da «norma lingüística» utilizada.

O INTERGRUPO estima que seria umha política anti-europeia o facto de os poderes públicos galegos, espanhóis e portugueses nom assumirem a responsabilidade de institucionalizar os necessários mecanismos de *cooperação na esfera da língua e da cultura entre a Galiza e o resto da comunidade lusófona atlântica*.

O INTERGRUPO considera fundamental facilitar a cooperação lingüística e cultural transfronteiriça pois que existem patrimónios históricos, lingüísticos e culturais comuns que ultrapassam as divisões administrativas actuais.

O INTERGRUPO recomenda os poderes públicos galegos e o Governo português se responsabilizem da necessária tomada de medidas para articular *um espaço mediático comum entre a Galiza e Portugal*, através, entre outros instrumentos, a televisom, rádio e imprensa escrita. Se isto nom se efectivizar no curto praço a Galiza será o único povo da Europa que neste campo se subtrai à política e à prática das Comunidades Europeias.

O INTERGRUPO manifesta a sua preocupação, pois conhecendo os efeitos imediatos e historicamente irreversíveis de qualquer política lingüística, sublinha a responsabilidade dos poderes públicos nesta esfera e a necessidade no caso do planeamento galego de propiciar um debate público em que todos os galegos sejam informados, participen e se sintam representados na definição e decisom dos objectivos finais da planificação lingüística, independentemente da pluralidade de estratégias ou da possibilidade de que estes objectivos podam efectivar-se a curto praço.

O INTERGRUPO considera urgente que se tomem iniciativas polos poderes políticos para formar parte da Lusofonia e considera um objectivo irrenunciável a constituição e vertebração de um espaço comunicativo lusófono peninsular de colaboração nom só com o Estado português mas também com os poderes regionais da Madeira e dos Açores no quadro da Comunidade Europeia e da Assembleia das Regions de Europa.

Estrasburgo, 10 de Março de 1999

JORNADAS GALEGO-PORTUGUESAS NA FACULDADE DE FILOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA CORUNHA

Organizado polos CAEF tivo lugar no Salom de Actos da Facultade de Filología da Corunha un ciclo de mesas-redondas e debates dedicado a analizar e debater a situación da lingua, cultura e literatura da Galiza, Portugal e outros países de expresión galego-portuguesa. As «Jornadas» tiveron lugar os días 5 a 8 de Abril de 1999.

Entre os participantes assinalaremos: o Professor Doutor Elias Torres Feijó (Univ. de Santiago de Compostela), Professor Doutor Carlos Quiroga (Univ. de Santiago de Compostela), Professora Doutora M.^a do Carmo Henríquez Salido (Univ. de Vigo), o Professor Doutor José Ramon Freixeiro (Univ. da Corunha), e o escritor João Guisán Seixas.

Reproduzimos información publicada no jornal «LA VOZ DE GALICIA».

La Facultad de Filología acogerá las jornadas galego-portuguesas

Los Comités Abiertos de Facultade (CAF), O Facho, Facultade de Filología e Instituto Camoes de Portugal organizan las jornadas gallego-portuguesas, que se desarrollarán en la mencionada facultad del 5 al 8 de abril.

El encuentro pretende servir de foro de debate entre profesores de las universidades de A Coruña, Santiago y Evora (Portugal) «para supera-la información sesgada que temos uns dos outros», explicó Xan Picos, portavoz de los CAF, y «desmarcarnos da tendencia de institucións como a Xunta que nos levan a achegarnos á cultura españolizante».

El lunes un representante del BNG y Joao Duarte, candidato del Partido Comunista Portugués, pronunciarán una conferencia sobre los problemas de

la política actual en Galicia y Portugal, durante la cual los alumnos podrán acercarse a temas como el Eje Atlántico o la regionalización lusa.

La jornada del martes se dedicará al análisis de la literatura portuguesa contemporánea con la intervención de los profesores Elías Torres y Carlos Quiroga, mientras que por la tarde se celebrará un encuentro de tunas.

El encuentro proseguirá el miércoles con el debate *Galicia-Portugal: un pobo, unha lingua*, en el que tomarán parte María do Carmo Enrique, Xosé Ramón Freixeiro y S. Seixas para abordar el reinte-gracionismo lingüístico.

Las jornadas concluirán el jueves con el estudio de otras literaturas en portugués, caso de la brasileira y africana.



Los Comités Abiertos de Facultade y O Facho organizan los encuentros

«LA VOZ DE GALICIA», 1 de Abril de 1999, pág. 38 - Corunha.



CONCENTRAÇÃO EM COMPOSTELA PARA LEMBRAR OS MORTOS E PERSEGUIDOS POR DEFENDEREM AS LETRAS GALEGAS (SÁBADO, DIA 15 DE MAIO DE 1999)

O día 15 de Maio de 1999, às 12,30 da manhã, no Cemitério de Boisaca na cidade de Santiago de Compostela, a Associação Galega da Língua convocou umha concentración para lembrar os mortos e perseguidos por defenderem as «Letras Galegas». Com este acto

a Associação quijo denunciar, mais umha vez, perante a opinión pública a *ditadura e métodos inquisitoriais* existentes na história da Galiza e também na actualidade *para todos os que escrevem em galego*, pessoas e cidadãos que som condenados ao ostracismo e marginalizados de qualquer hipótese de publicar os seus textos, e até tenhem que padecer acosos, perda do seu posto trabalho ou muitas agressions psíquicas na sua vida profissional e laboral.

Neste acto, um ano mais, a AGAL lembrou a vida e a obra do Professor **Ricardo Carvalho Calero**, falecido em Março de 1990, um intelectual duramente castigado pola ditadura franquista e que foi condenado já restabelecida a «democracia», ao mais grave dos silêncios, ostracismo e eliminação psíquica polos diferentes «lobbys» que no dia a dia tenhem por objectivo dinamitar qualquer voz discrepante, qualquer texto escrito correctamente em galego e qualquer obra de criação, de investigação ou texto que apresente o idioma da Galiza com a escrita própria e singularizadora que deve ter o idioma galego-português na Galiza.

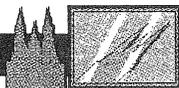
Antes do início do acto apresentaram-se as últimas novidades publicadas pola AGAL: o *Curso Prático de Galego* (1999), *Acarom da brétema* (1999), *Teatro pronto e a medida para si* (1998), *Dicionário terminológico quadrílingue* (1997) e *Palavra e memória* (1997).

«LA VOZ DE GALICIA», 9 de Maio de 1999 - Corunha

La Voz de Santiago

DOMINGO 9 DE MAYO DE 1999

EL ESPEJO



LOIS FERNÁNDEZ

Letras, ética y olvidos

La semana traerá numerosas actividades para homenajear a **Roberto Blanco Torres**, a quien se dedica la celebración de las Letras Galegas. Sigue la exposición sobre este personaje en Sargadelos, donde el buen hacer de **Isaac Díaz Pardo** siempre se agradece. La Universidad se suma a la efeméride con un acto el miércoles, donde intervendrán **Darío Villanueva** y **Xesús Alonso Montero**, entre otros, y donde se hablará de ética y literatura. El sábado, en Boisaca, la

catedrática **María do Carmo Henriques Salido** encabeza a mediodía el acto de la Asociación Galega da Língua que denunciará los «métodos inquisitoriais» contra los defensores —aún hoy— del idioma gallego. Se trata de no olvidar. Porque a Blanco Torres, aunque a veces se oculte, lo fusilaron en el infuasto julio de 1936. En Compostela, donde también fusilaron al intelectual y alcalde **Ánxel Casal**, estos actos revisiten especial relevancia y significado.



Díaz Pardo.



APRESENTAÇÃO DO LIVRO «CURSO PRÁTICO DE GALEGO»

O passado dia 22 de Maio do presente ano 1999 às doze da manhã, tivo lugar na livraria Torga de Ourense o acto de apresentação do livro «Curso Prático de Galego» de José Manuel Barbosa. Dito acto foi apresentado por Pedro Fernández Velho, que falou sobre a

Cada día hay más gente que utiliza el gallego reintegracionista, dice Barbosa

Presentó en Ourense el libro "Curso práctico de gallego"

REDACCIÓN • OURENSE

Un trabajo que sale del corazón y en cierta medida constituye una síntesis entre razón y sentimiento, fue una de las frases dedicadas al libro "Curso Práctico de Galego", de José Manuel Barbosa, editado por la Associação da Língua y que fue presentado ayer en la librería Torga.

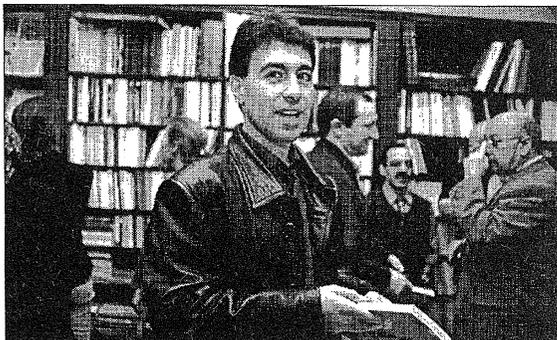
El libro, según su autor, tiene utilidad para todos los profesores de gallego reintegracionista, que está prohibido en las aulas, añadió Barbosa, quien destacó las dificultades por las que hubo pasar al no ser el idioma oficial de la Xunta. Sin embargo, reconoció el valor del texto, no sólo por el esfuerzo, sino por labor científica desarrollada sobre el gallego que su autor considera correcto.

José María Barbosa señaló que cada día hay más gente que utiliza el gallego reintegracionista, pero el progreso no es todo lo rápido que desea, porque en los medios comunicación "sae o mal chamado gallego oficial". Y calificó de ínfima su aparición en los diarios gallegos.

Proyección internacional

El autor de "Curso Práctico de Galego" es optimista sobre el futuro del reintegrado, debido a su proyección internacional, donde es idioma oficial, por ejemplo en Portugal, Brasil y varios países africanos. En contraposición para Barbosa el gallego oficial de la Xunta no sale de las cuatro provincias gallegas, mientras que el portugués dentro de la Unión Europea es un idioma oficial.

Las trabas en el ámbito de la enseñanza para los reintegracio-



INAKI OSORIO

Momento de la presentación con José Manuel Barbosa

nistas también las hizo extensivas Barbosa a la gente que lo utiliza en su trabajo creativo. Como ejemplo puso al escritor Joao Guisán Seixas, premio Eixo Atlántico, quien no recibió en Galicia la importancia que debe tener, aseguró Barbosa.

El autor del libro estuvo acompañado en la presentación por Pedro Fernán Vello y el mencionado Joao Guisán. El primero expresó su satisfacción al considerar que la obra de Barbosa sale del corazón. Resaltó la segunda parte, donde el libro recoge datos fundamentales que legitiman el reintegracionismo, frente a lo que Fernán Vello denominó desintegracionismo del gallego, en clara alusión al oficial de la Xunta.

Cualquier persona

Fernán Vello hizo referencia asimismo a que "Curso Práctico de Galego" puede llegar a cualquier persona interesada en adquirir competencia activa en el

dominio del "gallego correcto". Por otra parte matizó que el texto de Barbosa no intenta sustituir a la gramática portuguesa, pero sí mencionó que la obra da fuerza a las palabras y al uso del diccionario, un aspecto vital para la evolución de una lengua ejemplar.

Por último, Fernán Vello puso de manifiesto que el libro está en la línea atinada para el conocimiento de que hay un idioma legítimo que utilizan en Galicia, Portugal y Brasil.

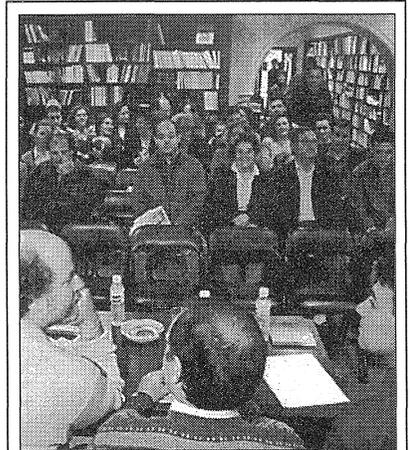
Joao Guisán, por su parte, hizo una crítica sobre la parte que leyó del libro, pues reconoció que todo no lo había controlado aún. Se centró en la parte de ejercicios prácticos, de la que realizó una divertida exposición de los ejemplos recogidos en el libro. Habló de dos posibles lecturas del texto, una abriéndolo por cualquier página o bien la normal, página por página.

estrutura do livro, fazendo alguns comentários relativos à utilidade do texto apresentado, o qual recolhe dados e informação legitimadora do discurso reintegracionista; assim também, Fernández Velho falou sobre o autor, salientando a síntese que supom a obra entre sentimento e razão.

Falou também João Guisán Seixas, quem, em tom humorístico, fizo umha divertida exposição com alguns comentários pseudo-críticos em relaom à obra apresentada; salientou a possibilidade de fazez duas leituras do texto: umha seguindo o método normal de começar polo princípio e acabar polo final, mas também outra igualmente viável abrindo o livro por qualquer capítulo, qualquer das duas fariam o livro perfeitamente compreensível.

Ao final falou o autor do livro, José Manuel Barbosa, que apresentou as colunas ou piares que sustentam tanto à Galiza como qualquer outra naom que se tenha por tal: o piar político, o económico, o demográfico, o social, e o cultural, dos quais nengum se livra do acoso proveniente do poder. Assim segundo Barbosa: «qualquer tentativa, que vaia em beneficio do país, passa-se necessariamente por chegar a nosso grao de areia dentro de qualquer desses piares e nós optamos por fazer o nosso modesto contributo com este livro que trata sobre língua e se inclui dentro do piar da cultura, elemento importantíssimo na conformaom dumha psicologia própria e diferenciada».

Ao acto acudírom por volta de umhas quarenta pessoas entre convidados, jornalistas e outras pessoas que desfrutárom durante quase hora e meia dos divertidos comentários de João Guisán e os mais técnicos de Pedro Fernández Velho. Ao final o autor agradeceu a todos a sua presença com uns petiscos e uns copos de vinho do país.



La actividad cultural ourensana se centró en la mañana de ayer en la presentación del libro didáctico "Curso práctico de Galego". Miembros de la Asociación Galega da Língua se encargaron del acto que tuvo lugar en la Librería Torga y en él, el autor, José Manuel Barbosa, explicó los puntos clave obra.

«FARO DE VIGO», 23 de Maio de 1999



COMUNICADO DO CONSELHO DA ASSOCIAOM GALEGA DA LÍNGUA (AGAL) *

O Conselho da Associação Galega da Língua (AGAL), reunido no passado sábado 12 de Junho em Compostela, quer manifestar a sua congratulaom pola designaom de Manuel Murguía como autor a que será dedicado o Dia das Letras Galegas do ano 2000 e salienta o facto de ter sido este autor um dos precursores do movimento reintegracionista, como credencia o seu discurso proferido nos Jogos Florais celebrados em Tui no ano 1891, em que, falando da nossa língua, afirmava:

«O primeiro, o nosso idioma (...); o formoso, o nobre idioma que do outro lado desse rio é língua oficial que serve a mais de vinte milhões de homes (...). Podemos dizer com verdade que nunca, nunca, nunca pagaremos aos

* (Non foi reproduzido em nengum jornal).

nossos irmãos de Portugal (...) sobretudo que hajam feito do nosso idioma galego um idioma internacional».

O que seria primeiro Presidente da Real Academia Galega reiteraria a sua concepção reintegracionista do Galego anos mais tarde, na própria apresentação pública da R.A.G., num discurso em que afirmou:

«Comecemos polo estudo do idioma que falamos hai mais de dez séculos (...). Povo que esquece a sua língua é um povo morto (...). O primeiro, a nossa língua (...), a língua que falou este povo durante mais de dez séculos, que é a que falam e entendem cerca de três milhões de galegos, dezoito milhões de habitantes de Portugal e dos seus domínios, doze do Brasil...».

Visto que, após ser eleito Francisco Fernández del Riego Presidente da Real Academia Galega, esta corporação tem dedicada o Dia das Letras consecutivamente a três trovadores da lírica galego-portuguesa medieval, a Roberto Blanco Torres, escritor que defendia a ortografia histórico-etimológica para o Galego, e no próximo ano a Manuel Murguía, um dos precursores do Reintegracionismo, a Associação Galega da Língua espera que aquela instituição encare a modificação das suas normas no sentido reintegracionista, de acordo coa recuperação histórica que está a fazer da consciência da unidade lingüística galego-portuguesa.

A Associação Galega da Língua reitera a sua disponibilidade para o diálogo, lembra o reconhecimento feito polo Tribunal Superior de Justiça da Galiza da norma elaborada pola sua Comissom Lingüística como padrom galego dentro do sistema lingüístico galego-luso-brasileiro, e constata o crescente apoio social que felizmente encontra o Reintegracionismo em sectores comprometidos coa normalização do Galego.



ECO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA DO TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA

Reproduzimos a notícia aparecida nas páginas de Santiago do jornal «LA VOZ DE GALICIA», o dia 29 de agosto de 1999, pág. 49, sobre sentença do Tribunal Superior de Justiça, para informar dos nossos leitores.

«LA VOZ DE GALICIA», 29 de Agosto de 1999

El Tribunal Superior admite «validez procesal» en Galicia al gallego reintegracionista

SANTIAGO
Redacción

Una sentencia del Tribunal Superior de Xustiza de Galicia admite dos «corrientes» en el idioma gallego, una patrocinada por la Administración Pública y otra por la Asociación Galega da Língua (AGAL). El Alto Tribunal afirma que acepta ambas «a efectos de validez procesal» por ser «modalidades en uso de la lengua gallega». Así lo ha pronunciado la Sala de lo Contencioso-Administrativo, presidida por Gonzalo de la Huela e integrada por los magistrados Benigno López González y Fernando Seoane Pesqueira.

El Tribunal Superior se manifestó sobre el asunto a raíz de un contencioso entre un profesor de enseñanza pública y la Consellería de Educación.

Para el Alto Tribunal, la normativa ortográfica promovida por la Administración pública presenta «soluciones que ofrecen mayor facilidad para las personas escolarizadas en la ortografía castellana y dirigidas sobre todo a lectores del propio país gallego». Y la patrocinada por la Asociación Galega da Língua ofrece «soluciones acordes con la etimología de las palabras,

tratando también de reintegrar al idioma las que le pertenecen de cuando el uso notarial, judicial y literario del mismo, lo que da como resultado coincidencias parciales con otras variantes del área, y por tanto un alcance internacional».

El fallo recuerda que el propio Tribunal Superior ha pronunciado desde 1989 varias sentencias en idioma gallego «indistintamente en una u otra de las dos corrientes ortográficas de mención».

Los magistrados sostienen que el gallego pertenece a una de las «modalidades existentes» del «área lingüística llamada ibérica occidental», en la que también se hallan las variantes portuguesa, brasileña, angolana y otras: «en paralelo a lo que ocurre en el área lingüística denominada ibérica central» donde estarían variedades como el castellano, andaluz, argentino o peruano, entre otras; o el «área lingüística ibérica oriental», donde se enmarcarían las variantes catalana, valenciana, balear o sarda.

La sentencia acaba de ser difundido por AGAL, que solicita «a todos os galegos e galegas que non permitam nem tolerar qualquer discriminación por razóns de lingua».

COMUNICADO DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA PERANTE A TRAGÉDIA HISTÓRICA DO POVO DE TIMOR-LESTE

Reproduzimos o comunicado da AGAL publicado polo jornal «FARO DE VIGO», o día 12 de Setembro de 1999, pág. 30, sobre a tragédia histórica do povo de Timor-Leste:

A tragédia de Timor-Leste

A Asociación Galega da Língua perante a tragédia histórica que está a sofrer o povo de Timor-Leste lembra à opinión pública estas factos básicos:

1. O povo de Timor-Leste é resultado histórico de unha mestizagem exemplar de tal modo que os seus habitantes foram chamados “portugueses-pretos”.

2. A pesar dos intentos de anexación por parte de Indonésia, a tímida consciéncia ética internacional que aínda quer representar a ONU reconhecceu numha resolución de 1983 o dereito à independencia e à autodeterminación do povo Timor-Leste.

3. O bispo Carlos Filipe Ximenes Velo e ao advogado José Ramos Horta, promotores dos dereitos colectivos do povo de Timor, recibéron o Prémio Nobel da Paz em 1996.

4. As tres quartas partes da população (78,5%) acaba de manifestar-se em referendun a favor da independencia.

Perante estas realidades proclamamos e denunciamos:

1. As únicas dimensons que se mundializam de facto som umha economía ao servizo dos mais ricos e umha homogeneización social, lingüística, religiosa e cultural, sempre consecuencia da agresión permanente à diversidade e aos dereitos humanos.

2. Exigimos, mais umha vez, o respeito a diversidade e por consecuencia aos dereitos individuais e colectivos e, sobretudo, o dereito à paz.

3. Comprovamos desde a impoténcia e o escándalo que face ao que está a acontecer em Portugal, a Galiza, matriz da pátria lingüística galego-portuguesa está a ficar indiferente perante o genocídio e a matança de 200.000 pessoas, quer dizer, a terceira parte da população de Timor-Leste.

4. Interpretamos que as institucións autonómicas da Galiza, o Governo do Estado espanhol, os organismos internacionais que devem velar pola paz no mundo, e países como os Estados Unidos, Austrália e o Japón nom denunciam este genocídio porque som os que se benefician da riqueza petrolífera de Indonésia assim como da descoberta no Mar de Timor.

5. O Governo galego nom denuncia esta tragédia, desde o momento em que renunciou à promoção da nossa língua como instrumento básico da identidade lingüístico-cultural do nosso povo e desde o momento em que decidiu tornar insustentável a constitución de un espazo lingüístico e comunicativo común entre Portugal e a Galiza, que nos permitiría sentir como propios os problemas que sofrem os que compartilham com os galegos a mesma pátria lingüística.

María do Carmo Henríquez Salido. Presidenta da Asociación Galega da Língua

GRAMÁTICA DA LINGUA GALEGA. III. SEMÁNTICA¹

Luís GONÇALES BLASCO

(Compostela)

A editorial *A Nosa Terra* deu a lume o terceiro volume da *Gramática da lingua galega* de Xosé Ramón Freixeiro Mato. Na orde de aparición da obra prodúcese unha alteración, já que despois do primeiro volume, correspondente à fonética e à fonología, aparece este, correspondente à semántica, ficando para máis tarde a morfoloxía, a sintaxe e a morfossintaxe das que se ocupará o segundo tomo desta obra monumental que vai constituir un marco nos nosos estudos gramaticais.

Um dos máis interesantes aspectos da obra está formado polas constantes aplicacións estilísticas que aparecen ao longo de todo o libro despois dos apartados correspondentes: As estruturas sintagmáticas ou solidariedades léxicas; antonimia; polissemia e homonimia; os diminutivos; os aumentativos, pejorativos e intensificadores; sufixación nominal; derivación regresiva; derivación genérica; prefixación; parassíntese; composición; onomatopeia; abreviaturas e estrangeirismos son explorados na súa utilización estilística con inumeráveis exemplos, tirados tanto da lingua literaria como da popular, que ilustran a teoría e mostran as extraordinarias posibilidades estilísticas que encerran tanto a semántica léxica como a formación de palabras e que poden servir, en ocasións, para definirmos o estilo de un autor; por citar só un exemplo, o uso que fai Celso Emilio da composición, da acronimia, das abreviaturas e das onomatopeias.

A obra divide-se en dúas partes: A semántica léxica e a Formación de palabras. Freixeiro acepta ser o proceso de formación de palabras un proceso morfológico, mas, ao pôr o acento no contido, considera justificado estudá-la dentro da semántica; aliás, a evidente diferenza significativa entre morfemas gramaticais e morfemas léxicos fai que resulte conveniente o seu estudo por separado (os primeiros dentro da morfossintaxe e os segundos dentro da semántica).

A primeira parte da obra (*A semántica léxica*) subdivide-se en catro apartados. No primeiro defínem-se a semántica e as súas partes e analísa-se o lugar que ocupa dentro da gramática.

No segundo apartado Freixeiro ocupa-se da definición e delimitación do léxico. Como é natural, debido ao seu contido, estes dous apartados son moito máis breves do que os dous seguintes.

O terceiro apartado está consagrado à lexemática ou análise funcional do léxico. Subdivide-se, por súa vez, en catro subapartados. No primeiro começa o autor por falar

(1) Xosé Ramón Freixeiro Mato. Edicións A Nosa Terra. Vigo. 1998. 368 pp.

do carácter estruturado do léxico e dos princípios gerais da lexemática; a seguir ocupa-se das relações entre a lexemática e outras disciplinas linguísticas para concluir estabelecendo os diferentes tipos de estruturas lexemáticas. No seguinte apartado estuda as estruturas paradigmáticas primárias ocupando-se do campo lexical e da classe lexical. No terceiro ocupa-se das estruturas paradigmáticas secundárias: modificação, desenvolvimento e composição. O quarto consagra-se às estruturas sintagmáticas ou solidariedades léxicais e após defini-las e caracterizá-las faz duas classificações das mesmas: unilaterais e multilaterais e afinidade, selecção e implicação, terminando com um estudo dos valores estilísticos das solidariedades léxicais.

O quarto e último apartado desta primeira parte é, se calhar, para o nosso gosto o mais interessante. Nel estudam-se as relações semânticas e está dividido em dois apartados (subdivididos por sua vez em subapartados): As relações entre significados e as relações entre significantes e significados. As relações entre significados divide-as Freixeiro em relações de incompatibilidade e relações de inclusom. Nas relações de incompatibilidade estuda o autor as oposições binárias e equipolentes para depois tratar especialmente da antonímia, dos seus tipos e de como opera nas distintas classes de palavras concluindo com um estudo das possibilidades estilísticas da antonímia; remata o apartado com umha breve referência à neutralização das oposições léxicais. Dentro das relações de inclusom analisam-se a hiponímia, a hiperonímia, a coiponímia e a meronímia. Nas relações entre significantes e significados faz-se um pormenorizado estudo da sinonímia, a polissemia e a homonímia detendo-se particularmente na diferença entre polissemia e homímia; por suposto, estudam-se as possibilidades estilísticas da sinonímia, da polissemia e da homonímia

Na segunda parte da obra (*A formación de palabras*) há um primeiro apartado destinado ao estudo do conceito de formação de palavras e às suas relações com a morfologia, a sintaxe e a semântica que finaliza com umha enumeração dos procedimentos de formação de palavras divididos pelo autor em especificamente morfológicos e em nom necessariamente morfológicos. Seguidamente estudam-se de jeito exaustivo a derivação, a composição e outros procedimentos de formação de palavras ocupando-se, neste apartado, da onomatopeia, os estrangeirismos e o encurtamento de palavras no que inclui a acronímia e a abreviatura.

No apartado da derivação estuda Freixeiro a sufixação, tanto a apreciativa (neste campo já nos tinha dado umha boa prova do seu saber nos seus estudos sobre o diminutivo) como a nocional; a derivação regressiva; a derivação genérica; a conversom morfológica; a prefixação, ocupando-se dos prefixos apreciativos, dos nocionais e dos neoprefixos e a parassíntese.

Na parte consagrada à composição, depois de defini-la, ocupa-se o autor dos problemas para distingui-la da prefixação; estuda logo os casos do sintagma fixo, os sinápticos e as palavras compostas inclinando-se por incluir os casos de sinapsia dentro das autênticas palavras compostas. Para classificar as palavras compostas utiliza diferentes critérios: representação gráfica, fonético, sintáctico e morfológico. Será o critério morfológico o privilegiado e com el classifica o autor as palavras compostas em: verbo + substantivo, verbo + verbo, substantivo + substantivo, substantivo + adjectivo, substantivo + preposição + substantivo, substantivo + de + verbo, adjectivo + adjectivo, adjectivo + substantivo, advérbio + verbo, advérbio + substantivo e advérbio + adjectivo, fazendo um estudo rigoroso de cada caso. Ocupa-se finalmente dos compostos gramaticais, dos compostos frásicos e dos neocompostos.

A obra completa-se com amplos índices de afixos, de palavras, de matérias e de autores que facilitam o seu uso.

A obra está escrita dentro da normativa propugnada pela Junta de Galiza, mas, além de explorar ao máximo a "tolerância" de dita normativa, permite-se umha série de licenças, tanto léxicais como morfológicas, (*Galiza, próprio, até...*) que lhe conferem umha dignidade linguística difícil (por nom dizer impossível) de achar nas obras que se ajustam ao *diktat* do ILG-RAG. É mágoa que algumas expressões como *ouriñar*, *aninovo*, *beirarrúa* ou a utilização quase sistemática da nomenclatura "pagá" dos dias da semana desluzam um tanto esta dignidade linguística, na que salientam um uso impecável do futuro do subjuntivo e do infinitivo flexionado.

Ao concluirmos a obra prevalece o desejo de que Freixeiro Mato nos ofereça aginha o segundo volume da mesma que aguardamos com impaciência.

O BERRO. Poemas e Pensamentos de Vida, Amor e Morte (1)

Aurora MARCO

(Universidade de Santiago)

Quando tantas cousas se dim neste poemário de que vou falar, como achar a palavra certa para tratar de exprimir as sensações que me transmite este espaço poético? Arriscada, difícil tentativa esta de penetrar em outros mundos, neste mundo tam pessoal de Xabier Olariaga. Por isso, gostaria de entrar amodinho nesta morada poética com o perigo, sei-no, de ficar na sua solaina mas com o desejo de introduzir-me nas suas estâncias interiores. Em todo caso, como leitora apaixonada de poesia, seria bom acompanhar na sua viagem a este poeta, de muita vida interior, para poder navegar —estamos em rota marinha— através dos seus versos, dos seus pensamentos, com a finalidade de compartilhar este espaço gozoso que, para além de ser poético, é também comunicativo: a poesia é desfrute, deleite, puro prazer estético mas o sentimento individual de cada poeta atinge a ser poesia mais completa enquanto esses versos nos transmitem algo porque o poeta é um ser comunicante.

E dizia que me acompanhárades nesta viagem porque que é senom umha viagem este BERRO? Umha viagem que significativamente se inicia na INFÂNCIA, berço de amor insaciável, (“Infância ... sim!!! / Imprevisível nostalgia berilada na minha memória / toda ela diluída no obstinado neboeiro familiar”), com melancólica evocação desse tempo perdido, de umha inocência irrecuperável, com um latejo proustiano (“a la recherche du temps perdu”), a infância gravada no rio da memória, com um universo infantil e familiar de gratas lembranças onde a figura da mai tem um protagonismo especial. Mas a viagem nom se detém na paradisíaca morada da infância porque a VIDA, oculta baixo as **aparências dos seres** e das cousas, dos sentimentos, surge desse baú quotidiano que todas e todos temos guardado nalgum recanto secreto. E do baú de Xabier Olariaga saírom todas essas criaturas que agora cobram vida nos poemas: estám os amigos, a soidade, a verdade, a guerra, o AMOR, no mais amplo sentido do termo: um amor filial, paterno, o amor à MULHER, com maiúsculas, o amor à pátria, à língua... Porém, sendo a poesia projecção da essência da experiência humana, nesta arca poética achamos sobretudo um BERRO (Poema em Dó Maior), um poema que fecha a primeira parte deste livro, um berro musical em cinco andamentos: *obertura, adagio, andante maestoso, allegro molto vivace, finale ardente*. Trata-se de um poema paratextual que dá título também ao livro e que nos informa sobre o seu conteúdo. Um berro polissémico, raivoso, nomeadamente na segunda parte do *andante maestoso*, um berro perante a vaidade dos “pessoeiros” (“Musas mil: versos valdeiros/ Letras do Dia: cultura!/ Elites e Pessoaeiros/ *Vanitas*, fume: fatura!”). Um protesto perante os democratas de ontem a hoje, diante dos sanguessugas, dos trãnsfugas, dos tartufos, dos falsários, dos literatos afamados e soberbos, dos narcisos, um berro diante do esquecimento... Um berro amoroso, também, apaixonado, de amor à Terra, à língua, um berro esperançador, inclusive: “Incendiarei mil decretos/ Queimando o Lume da Vida/ Mergulharei os Meus Sonhos/ Nas entranhas da Galiza”. Em tanto que testemunha de uns factos que denuncia, o poeta resiste e segue a berrar contra a cobiça do poder, da falsidade, pola paz e a justiça (“Vivim mui feliz berrando/ E berrarei mentres viva/ Assim morrerei: rimando/ O Berro na Despedida”). E deposita a sua confiança, a sua esperança, nessas destinatárias e destinatários a que vai dedicado este poema sinfónico: as mulheres rosalianas e os homes bos e generosos.

(1) Olariaga, Xavier: *O Berro. Poemas e Pensamentos de Vida, Amor e Morte*. Toxoutos, Noia, 1999.

Dar berros é umha forma de chamar a atençom sobre algo. Som berros preocupados que nos alertam, que servem para notariar uns factos que o poeta gostaria de ver resolvidos de outra maneira, mas berros que o mantemem vivo e que nos traslada a leitoras e leitores porque a poesia é um jeito de vida compartida, como se comparte o amor, a esperanpa, a ternura...

Estamos diante de um poeta ensimesmado, recolhido, de muita vida interior, meditabundo, que ordena um mundo habitado polos sonhos e polo desacougo, um mundo que el passeia —solitário— pola ribeira dos seus sentimentos, dos seus pensamentos...

Os pensamentos, as reflexons acaem bem com a personalidade deste professor de económicas e poeta. Daí que nom me surpreendesse a segunda parte do livro, intitulada justamente *Pensamentos*: dezaioito textos com um pendor filosófico que vos convido a ler, leitoras e leitores. Mália o peso filosófico que encerram, som pensamentos humanizados e mesmo familiares onde Olariaga reflexiona sobre a liberdade, a morte, a amizade, a necessidade, a mulher, a língua, a criaçom literária (o ofício de poeta é o de um nauta solitário, um Ulisses, um perfilósofo sem acougo, um neno grande, em palavras de Boris A. Novak). Reflexiona, em definitivo, sobre a VIDA porque vida hai neles, alguns verdadeiros aforismos, breves máximas ou adágios onde condensa o seu pensar, como os que figuram em “Catorce tríadas”:

Passado: a mulher, nom é que recorde, é que nom olvida. O home, nom é que esqueça, é que nom persevera.

Presente: O home, nom é que semente, é que nom cultiva. A mulher, nom é que espere, é que perdura.

Futuro: a mulher, nom é que ficará, é que sempre estivo. O home, nom é que partirá. É que nunca scubo como regressar.

Numha leitura superficial deste livro, talvez alguém poderá pensar que o poeta deste BERRRO é um home céptico, desacougado ou pessimista. Sem afirmar taxativamente que nom haja neste poemário algo disso, lendo cuidadosa e demoradamente estas composiçons aginha escuitamos a voz de um poeta extremadamente sensível para quem a guerra, a injustiça, a liberdade, a mulher, o amor —um amor de mil acenos— som motivos reiterados na sua poesia.

Quero deixar constância da minha ledice diante de um tema que nom me deixa em absoluto indiferente: o respeito, o agarimo, a admiraçom com que trata a figura feminina, proclamando a importância do feminino (com feminismo). Como interpretar senom as tríadas que reproduzo, os versos iniciais de “Ponto Tangencial” ou esse formoso texto intitulado “Olhos de mulher”, da serie *Pensamentos*?:

“Por certo, pode que a Pátria, a Liberdade, a Poesia, todas as Estrelas do Universo e a mesma Morte, tenham Olhos de Mulher. Nom necessariamente a vaidade, a soberba, a calúnia, todas as riqueças do mundo e a mesma ínjeja: suspeito que só amostram esses atributos externos tam cobiçados pelo instinto depredador”.

E este respeito manifesta-se nom só no conteúdo dos textos, mas também na linguagem (já sabemos as estreitas relaçons que existem entre pensamento e linguagem, entre realidade e linguagem, bem estudadas desde a Psicolingüística). Quando pensamos algo e queremos manifestá-lo, oralmente ou por escrito, traduzimo-lo em palavras e, através da palavra, também lhe damos visibilidade às mulheres, como fai Xabier Olariaga.

Nom esqueço, no que di respeito à apresentação material deste livro, às gravadoras (Antonietta Castro, Ana Cambeiro e Josefina Estalote) nem aos gravadores (Segundo Oviedo, Alfonso Costa e Luís Alberto Sepúlveda), cuja obra enriquece notavelmente o poemário. Luís Seoane dizia que um poema é a extensom descritiva de umha pintura, de um debuxo, de um gravado... Nom sei qual foi o processo aqui, se primeiro o poema e depois

o gravado, ou à inversa. Em todo caso, o binómio literatura-arte visual, arte plástica, tem neste livro um grande rendimento.

Concluo cumha lembrança, e agradecimento, para a Editorial Toxosoutos que, sem pór cortapisas à criação, publica livremente sem imposições ortográficas que condicionam a liberdade de criação. Este BERRO fai-se público dentro do movimento reintegracionista, sem subsídios portanto para a editorial, materializados na compra desses trescentos exemplares que a Junta de Galiza adquire a quem passa pola peneira ortográfica. Trescentos exemplares que iriam quase com seguridade —a julgar por recentes informaçõs jornalísticas— a engrossar esse volumoso depósito que dorme o sono do esquecimento nos sotos de Sam Caetano para ledice dos roedores. Bem mirado é umha sorte para autoras e autores (nom sei se para as casas editoras) nom ter subsídios deste tipo para publicar. Assi, quando menos, sabemos que o livro poderá circular livremente e chegar às maos do público leitor, verdadeiro destinatário. E embora se diga que a poesia é um género pouco comercial, tenho a certeza de que nom precisa recomendaçõs, recepçõs, galas, merendas e subsídios. Precisa ser lida e desfrutada e a isso convido a leitores e leitoras de *Agália*. Saúdo, pois, a entrada de Xabier Olariaga no mundo da literatura, da poesia, e aguardo que nos ofereça no futuro novas entregas.

UM NOVO MÉTODO PARA O ENSINO DO GALEGO-PORTUGUÊS NA GALIZA:

Curso Prático de Galego de José Manuel Barbosa¹

José Henrique PERES RODRIGUES

(Universidade de Vigo)

O novo *Curso Prático de Galego* que acaba de editar a AGAL insere-se com pleno direito no que poderíamos denominar «linha dourada» das edições da Associação Galega da Língua, seguindo o rumo previamente traçado pelo *Estudo Crítico* e pelo *Prontuário Ortográfico Galego*. E isto salienta-se tanto no aspecto externo do manual, onde se põe em destaque precisamente essa afinidade, como sobretudo na densidade, sobriedade, seriedade e excelente qualidade dos seus conteúdos, que adquirem ainda talvez maior relevo por corresponderem à autoria de umha só pessoa.

José Manuel Barbosa é um professor ourensano que desfruta de umha pródiga experiência no ministério de cursos de galego. E esta generosa bagagem prévia é que explica a grande dimensão pedagógica do seu trabalho, pois tudo nele está disposto sabiamente para facilitar ao máximo o acesso natural e paulatino ao conhecimento da nossa língua inserida na sua realidade social. Isto último cobra especial importância até ao ponto de que o que se nos oferece neste manual não é apenas o conhecimento de umha versão normativa do galego-português da Galiza, mas umha perspectiva de conjunto que facultará o aprendiz para alcançar umha interpretação global e umha visão crítica da realidade linguística e sociolinguística do nosso país. No terreno prático isto consegue-se inserindo multidão de textos de trabalho de várias épocas, autores (alguns não galegos) e tendências, procurando-se sempre a reflexão do aluno sobre aspectos relacionados com as suas formas linguísticas (respeita-se a disposição e grafias originais dos textos) ou com as ideias que transmitem.

O livro, de 243 páginas, divide-se em três partes. Na primeira, consagrada mais especificamente ao ensino sistemático da língua, oferecem-se doze temas estruturados cada um numa parte de ortografia, outra dedicada ao aprendizado da morfologia e outra de actividades. Estas consistem normalmente quer em perguntas excelentemente dirigidas em que se procura a reflexão racional do aluno sobre a língua, quer em análise de textos, quer em debates temáticos, quer em diversos exercícios práticos de treinamento, dos conteúdos teóricos: completar ou construir sequências, substituições, correcções, listas de léxico... As explicações sobre a ortografia são sucintas e esquemáticas, tendo em conta a frequência real no discurso das palavras afectadas e fugindo da por vezes abafante sistematicidade do *Prontuário*. O mesmo afã didáctico e claridade se aprecia nas respectivas partes de morfologia.

Já a segunda parte da obra tem por objecto realizar umha apresentação breve da história da língua, começando pelas suas origens (formação da língua e período medieval) e continuando pela dinâmica diversa da Época Moderna (Séculos Escuros na Galiza enquanto se produz o máximo esplendor e difusão da variedade lusitana), pela Época Contemporânea (onde se situa o Ressurgimento galego) e o século XX, em cujo tramo final se enceta também finalmente umha interessante explicação sobre a evolução da problemática gerada em torno aos modelos de representação gráfica propostos para a variedade galega desde o século XIX.

Finalmente, na terceira parte da obra fornece-se um interessante apêndice da autoria de Jorge Rodrigues Gomes em que se realiza um levantamento das formas correctas ou semi-correctas incorporadas à normativa ILG-RAG desde a sua oficialização no ano 1982. Som

(1) Barbosa, José Manuel: *Curso Prático de Galego*, Associação Galega da Língua (AGAL), Crunha, 1999.

formas defendidas desde sempre polo reintegracionismo como *paradoxo, parafuxo, xuízo, xustiza, cute, doazón, beizón, traizón, gostar, gravata, obrigado, orzamento, ouvir, parabéns, petisco, perplexo, prezo, remorso, réptil, romeu, sobremesa, suborno, suxestión, talvez, tribo, tutor, urso, vertixe, vírgula, xanela, xudeu...* A súa presenza no manual é máis un indicio da súa dimensión ampla e abrangente, procurando dotar o aprendiz dos coñecementos necesarios para se defrontar con a realidade lingüística galega no seu conxunto.

Em resumo, estamos perante um trabalho completo e útil que dota de umha muito demandada dimensão pedagógica as propostas reintegracionistas, apesar de que se adverte a carência de alguns materiais gráficos que poderiam tornar a sua leitura mais prazenteira e descansada. Trata-se de um pequeno inconveniente que com certeza se resolverá em próximas edições. Em qualquer caso, é umha obra que com certeza poderá nos próximos anos protagonizar umha ainda mais acusada ampliação da base social do movimento reintegracionista ao facilitar o acesso ao conhecimento da realidade lingüística do nosso país a pessoas nom iniciadas nos estudos de tipo lingüístico.

curso práctico
de galego

agal

JOSÉ MANUEL BARBOSA

Carlos Garrido

Dicionário terminológico
quadrilíngue de
Zoologia dos Invertebrados

Alemán • Inglés • Español • Galego-Portugués

Associação Galega da Língua

POLÍTICA E LÍNGUA: CONFESSO QUE TENHO ERRADO.

Antonio GIL HERNÁNDEZ,
da Associação de Amizade da Galiza e Portugal

NOTA PRÉVIA (Novembro de 1999):

O texto é, levemente corrigido, o exposto no ato académico celebrado no *Salão de Graus da Faculdade de Filologia da Universidade da Corunha*, o dia da data, para apresentar o meu *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos a questões aparentemente idiomáticas*, publicado nas Eds. do Castro em 1996. Intervieram só Professores Mário Herrero, organizador e moderador do ato, Celso Álvarez Cáccamo e Xosé R. Freixeiro, aos quais, mais uma vez, agradeço o seu interesse e afeto.

Naqueles dias tentava, excessivo, sob pretexto de apresentar o livro, *iniciar debates académicos e cívicos, politicamente incorretos, sobre o processo normalizador da sociedade (civill) da Galiza* tanto nas três Universidades de *Galicia* e, mesmo nos seus diferentes *Campus*, quanto nas cidades e vilas mais importantes da Galiza. Porém, essa intenção acabou-se nos começos.

Depois (e agora) procuro idêntico objetivo, mas alargando-o a todos os cidadãos lusofónicos ou não, galegos ou não, dando a lume aquele texto na revista *Agália*, a cujos responsáveis estou reconhecido pela delicada recepção. Faço-o sobretudo nesta altura em que observo espantado como aqueles, que oficialmente fecharam o debate sobre a *Norma gráfica adequada às falas galegas* e o conseqüente modelo normalizador da sociedade galega, os tornam a abrir ao grande público. O presente «parecer» pode complementar aqueloutro, que enviei para ser publicado na revista *Agália*, sobre esse «reboiço»; aquele foi suscitado pelo ponto único da Ordem de trabalho fixada na convocatória para a *Assembleia extraordinária* de 30 de Outubro. Obrigada pela publicação e pela leitura de ambos os textos.

0. AGRADEÇO IMENSO AO AMIGO MÁRIO HERRERO, QUE NOS ORGANIZOU E MODERA, e aos Prof.es Celso Álvarez Cáccamo e Xosé R. Freixeiro Mato, aos quais acompanho, a presença e palavra frutuosa, plena de matizes. Lá vão meses, quase um ano, que as Eds. do Castro me publicaram *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos a questões aparentemente idiomáticas*. Após tê-lo, como desigual assistência de público, apresentado em seis das sete cidades mais povoadas da Galiza, queria também lhe-lo oferecer, como humilde proposta de diálogo, aos universitários que se interessarem pela normalização da sociedade galega.

1. Á PARTIDA É INDISCUTÍVEL, A MEU VER, O FACTO DE OS GRUPOS [DE] HUMANOS, institucionais ou não, assentes na Galiza, serem em grau intenso «desnormalizados», quer dizer, sem normas estáveis que guiem (e lhes expliquem) o seu comportamento.

1.1. ESSES GRUPOS SÃO ANÓMIOS A RESPEITO DOS GRUPOS ESPANHÓIS E DE OUTROS, correlativos, em processo de «nacionação» noutras partes do Reino, porquanto nem se acham vertebrados sobre tradições culturais, que, aliás, recebem com definimento, nem ainda são ou se estimam cidadãos espanhóis a *completo*, embora *manu militari* já os sejam e se estimem *de iure*.

Porem, esperam e admitem a «ajuda» das instituições espanholas e dos seus titulares, como se destes dependesse não só a própria *auto-identificação* enquanto galegos, mas sobretudo como se existisse algum preceito constitucional por que aqueles devessem efetivar algum modo de *auto-identificação* galega para os domiciliados em *Galicia* («A Coruña», Lugo, «Ourense» e Pontevedra)

1.2. ALIÁS, OS PRESUMÍVEIS DIRIGENTES (POR DEFINIÇÃO *NOTÁVEIS GALEGUIZADORES*) na realidade nem dirigem nem notabilizam o seu povo «natural», os habitantes da Galiza, porquanto se acham quer submetidos aos ditados dos dirigentes ou notáveis espanhóis, quer (com mais ou menos entusiasmo) *interferidos* (ou «interpostos») pelas ações destes.

1.2.1. Embora a *interferência* (ou «interposição») seja social e política, cabe concebê-la à maneira em que J. Dubois define a *interferência idiomática*:

On dit qu'il y a *interférence* quand un sujet bilingue utilise dans une langue A un trait phonétique, morphologique, lexical ou syntaxique de la langue B. L'emprunt et le calque sont souvent dus, à l'origine, à des interférences. Mais l'*interférence* reste individuelle et involontaire, alors que l'emprunt et le calque sont en cours d'intégration ou sont intégrés dans la langue A. (*Dictionnaire de linguistique*, Larousse, 1973) [Diz-se que há *interferência* quando um indivíduo bilingue utiliza numa língua A um traço fonético, morfológico ou sintático da língua B. O empréstimo e o decalque devem-se amiúde, na origem, às interferências. Mas a interferência fica individual e involuntária, enquanto o empréstimo e o decalque se acham em processo de integração ou são já integrados na língua A].

Portanto, numa primeira acomodação *glotopolítica* do conceito, digo que a maioria dos dirigentes, presumíveis galeguizadores, se acha incluída no conjunto da notabilidade espanhola de modo que, *individual e involuntariamente*, se conduzem como «notabilíños» ou notáveis secundarizados cuja ação primária na Galiza é *inconscientemente* verificarem e estenderem entre os cidadãos galegos, sob matizações «regionalistas», o projeto nacional espanhol. Quer dizer, o seu alvo não expresso é, até hoje e com toda a segurança em adiante, integrarem os homes galegos no processo nacionante do Reino da Espanha, que se exprime em só castelhano (não nos esqueça).

1.2.2. Explico esta afirmação aparentemente excessiva. Sirvo-me da definição linguística de *interferência* que fornece Th. Lewandowski:

Por interferencia se entiende el fenómeno por el cual las estructuras lingüísticas ya aprendidas afectan perturbadoramente a las estructuras que se aprenden por primera vez. En procesos de aprendizaje de lenguas, el sistema gramatical ya formado representa un filtro a través del cual se ve y se asimila lo nuevo: el sistema anterior se interfiere/se mezcla con las nuevas estructuras a aprender. Estas estructuras se traducen al sistema de la lengua materna y se tratan del modo que es habitual en ella. (*Linguistisches Wörterbuch*; cito pela versão castelhana de M.^a L. García-Denche Navarro e E. Bernárdez para Cátedra, 1992).

Cumprê, contudo, invertê-la, porquanto hoje é a ideologia nacional espanhola a que, mercê da escola e dos *mass-média* sobretudo, envolve maciça os cidadãos, de modo a funcionar como *lingua materna* ou *estrutura elementar e básica*. É a esse sistema que os cidadãos traduzem todas as experiências e saberes; é relativamente a esse sistema que sobredeterminam os conhecimentos e sentimentos; portanto, esse é o filtro através do qual

vêm e assimilam quer as novidades, quer os restos das próprias tradições galegas, que, destarte, se tornam em subsidiárias da *españolidad*: («yo soy tan gallego como español» ou «soy gallego por ser español y en cuanto tal»).

Não obstante, *interferência* é termo, que, alargado, utilizam na Galiza os notáveis académicos para explicar as relações entre a *língua galega* e a *española* ou *castelhana*. Portanto, vale a pena quer adoptá-lo, quer espremê-lo (até às consequências últimas). Opto pela segunda possibilidade, exprimindo as inferências a meio de questões simplesmente enunciadas, mas complexas na realidade:

1.2.2.1. É que, para os *fruidores* atuais da *interferência*, o castelhano é a *língua-destino*, a língua que deve se aprendida, ou, mais bem, é a *língua de partida*, a língua que desde o início tem de ser aprendida?

Em contradição com o discurso, que põe o galego como *língua própria* e, portanto, primeira, esses *fruidores* precisam sem ambiguidades apresentar o castelhano como a *língua já aprendida*, segundo de modo explícito procediam, por volta de 1971, os redatores de «ilgaeiro» *Gallego 1*. É desde as entidades oficiais espanholas e outras (nem sempre espanholas) que o *castelhano* se estima decerto ser a *língua primeira da maioria dos habitantes de Galicia*, em correspondência com o facto de mais cada vez serem *falados* principal ou exclusivamente nessa língua.

Mais uma vez, confunde-se (interesseiramente) o *político* [-administrativo] e o *idiomático* [-cultural]: Como os galegos são «desde sempre» cidadãos espanhóis e assim se estimam eles próprios, devem ser falados e sobretudo *escritos* em castelhano, língua nacional do *Reino de España*. Esse é o intuito, e labor, eficaz da escolarização nas aulas (e fora delas).

Assim sendo, cumpre exigir aos representantes do «saber» oficial um comportamento (já que não a atitude) veraz: Por lógica académica e institucional, nem mintam nem enganem os cidadãos —estudantes e outros— e proscravam o termo *interferência* por incorreto e inadequado para a descrição do conflito idiomático na Galiza, embora o empreguem para caracterizar o conflito político.

1.2.2.2. Nem o fizeram nem o farão. Com efeito, a *ciência oficial* [*filológica*, quer dizer, *política*] usa o termo, com independência da sua correção e adequação académicas, pelo simples facto de, além de o apresentar como técnico (e quase automático), ser muito mascarador. Usado com a imprecisão dita, induz a confusões interesseiras, fonte de profundas efusões difusas e de exalações melífluas. Mas então cumpre perguntar:

É que é a língua a interferida ou, mais bem, os interferidos são os «linguados»? É interferida a língua castelhana pelas falas galegas ou, mais bem estas por aquelas? Naquelas e nesta, o «materno», o coloquial ou o *normativizado*?

Nem se sabe; nunca se saberá, porque sempre nos são subtraídos factos e dados precisos e preciosos.

2. LEMBRO DUAS ANEDOTAS, ACADÉMICAS E CULTAS,

de que fui espectador ou quase ator nestes últimos dias:

2.1. NOITE DO 1 AO 2 DE ABRIL DE 1997 E PROGRAMA «LA MANDRÁGORA» (NA TV2):

Prometem-me, a mim, televidente e teleouvinte, as intervenções de Dulce Pontes e de Antón Reixa, ambos cantantes, este também escritor. Com a promessa advertem-me de que as línguas de uma e de outro foram *una* na Idade Média, mas hoje já são diferentes. Mercê dessa advertência poderei *fruir* à satisfação ambas as intervenções; com certeza, se não o avisam, os *fruidores virtuais* cairíamos numa grave confusão, porque, talvez espontaneamente, consideraríamos que ambos se exprimiam num mesmo e único idioma...

Seja como for, escutei, de Dulce Pontes, a entrevista (num glorioso *castrapo*) e o *Fado português* (José Régio / Alain Oulman) em português. Teimudamente repetem-me o trecho «Vê se vês terras de Espanha / Areias de Portugal / Olhar ceguinho de choro».

De Antón Reixa só ouço uma prolongada e sábia entrevista, em castelhano, só em castelhano; nada cantou.

Para que, então, aquela advertência?

2.2. MEIO-DIA DO 4 DE ABRIL DE 1997, NESTE SALÃO DE GRAUS [da Universidade da Corunha], conferência sobre os dialetos portugueses do Uruguai, *interferidos* pelo espanhol, língua nacional. Descrevem-me factos linguísticos tão de manual que parecem estar tirados de *Galicia*.

A uma pergunta minha, o conferencista disse que lá o governo nem responde, como nos *Expedientes X*. Eu penso que cá o governo, intervindo, também não responde. (A cousa linguística é decerto um *Expediente X* para os governos).

Advogado do diabo (ou do demo), perguntara-lhe: «Para que tudo isso [de inquirir, quantificar e comentar os factos e mesmo posteriormente publicar livros]?».

O Professor não entendia por que é que eu me interessava na *aplicabilidade política* de saberes que Notáveis «cientistas» elaboram nos âmbitos académicos que *pagam* Estados política e idiomáticamente vertebrados, a teor de um projeto nacional que, aliás, é o que preside e guia esses Notáveis.

3. PERANTE FACTOS, COMO OS REFERIDOS, E CONSIDERAÇÕES, COMO AS PRECEDENTES,

ensumia-me, anos atrás, num mar de perplexidades, que cabe também ser dito oceano de confusões. Hoje (1997/1999) que vou velho, já me libertei dessa doença; hoje sei, experimentalmente, que *tudo o estadual-nacional* (de regra: *nacional por estadual* e, em ocasiões, poucas, *vice-versa*) é e procede, por imperativo legal, a modo de *princípio e fundamento da existência humana autêntica*, de maneira que os voluntária ou involuntariamente marginalizados desse Ente nucleador nem são humanos, acaso humanóides apenas.

Em particular, é a *língua nacional* a que torna *cidadãos de pleno direito*, quer dizer, *seres humanos*, os habitantes do território nacional. Se, como na Galiza, se exprimem dantes noutra, que, aliás e sobretudo, é nacional doutro Estado-Nação, devem ser considerados como seres não humanos, carentes de todo e qualquer direito que os torne iguais aos que «hablan en cristiano». Esses alofónicos são terroristas ou loucos ou ambas as duas cousas!

3.1. É O TEMA QUE PROCUREI DESENVOLVER NO MEU *SILÊNCIO ERGUEITO*. MAS NÃO SEI

se o dei conseguido. Em troca, sei que, segundo diziam os escolásticos, *contra facta, non valent argumenta*. As instituições e notáveis do *Reino da Espanha*, à partida (constitucional) *Estado-Nação*, sabem que, para existir, apenas têm o caminho de ensinarem os seus cidadãos (*in specie* os galegos e os outros «bilíngues»), a falarem e mesmo a escreverem (e contarem) em castelhano. Não obstante, começam por um início plenamente *inicial*, que consiste em evitar que escrevam outra língua, incluída, se for o caso, a nacional.

É por isso que, depois de lhes proibir usar a «lengua propia», lhe-la ofertam, grátis, nestes últimos tempos, trasmudada em *língua de seu* ou «lengua independente», *galega*. E a seguir [*de-*] limitam-lhes a sua *padronização* num ato vergonhoso que evidencia o jeito da «independência linguística», não a respeito da castelhana, mas da portuguesa, quer dizer, da *língua histórica* própria que hoje denominamos *portuguesa*.

Vejamo-lo:

3.1.1. As «ciências históricas» amostam que os *notáveis nacionais* elaboram a [sua] *língua nacional* (em processo demorado, lento e nunca coído), segundo constroem nacionalmente a *independência política* do seu *Estado-Nação*.

3.1.2. Porém, na Galiza ou, nem sequer, na «Comunidade Autónoma de Galicia» as autoridades competentes, políticas antes de mais, representantes do *poder nacionalmente espanhol*, (como acima disse) após terem proibido aos cidadãos galegos (seus cidadãos) *falar* a «fala galega» e, portanto, ensinar a *falá-la*, estão hoje, coativos e constitucionais, a impor, nos âmbitos escolares e administrativos (decerto espanhóis), a distribuição de usos

e, mormente, a configuração formal da língua galega que do ponto de vista da *nacionalidade espanhola* lhes convém.

Esta consiste numa *padronização* [!?] das falas galegas *subsidiária da castelhana*, de modo que, não sendo nacional galega, mas «regional» espanhola, se torna em *instrumento de dependência política* ou *nacional linguística* a respeito do projeto nacional espanhol. Torna-se portanto em factor de independência (ou afastamento) nacional e político a respeito do projeto nacional português e, em todo o caso, do projeto supranacional lusofónico.

3.1.3. Digo mais. Desde esta Administração herdeira do fascismo, esses representantes do *poder nacionalmente espanhol* procuram a simples *crioulização* das falas galegas a respeito do idioma, dito *español* pela *Real Academia Española* e *castellano* pela *Constitución* do Reino.

Destarte toda a tentativa de *autonomia*, sócio-cultural e económico-nacional, fica *ab ouo* abortada no Povo galego, incluídos os seus possíveis Notáveis.

Em definitivo a Galiza, já *Galícia*, a teor do projeto e processo nacional do *Reino de España*, há-de ficar e fica só e em exclusivo ensumida na *España*, integrada na *União Europeia* dos Estados e só dos Estados.

3.2. O CAMINHO CERTO CONSISTE EM QUEBRAR E ULTRAPASSAR O *DUPLO LIGAME* QUE ESTÁ A ENVOLVER

os Notáveis galeguizadores e, conseqüentemente, o seu povo. Como já tenho proposto noutros lugares, não-de cumprir, de um jeito ou de outro, as seguintes condições (ou passos):

3.2.1. Á partida precisam a tomada de consciência, quer dizer, o reconhecimento de serem alienados,

3.2.2. para imediatamente iniciarem um processo de autodeterminação pessoal, antes de mais, e com ela a vertebração idiomato-cultural individualizada

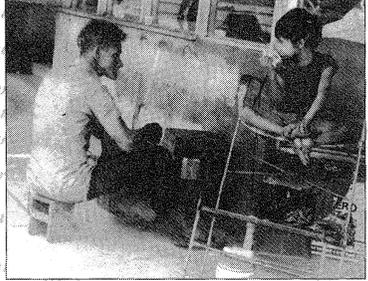
3.2.3. e, correlativamente, a sócio-económico-política. Neste momento não-de valer-se dos instrumentos jurídicos e políticos vigorados, mas interpretados *pro domo sua* em benefício do projeto nacional galego (que de facto, reconfigurando o português, confluirá neste).

3.2.4. (Que vale numerar 3.2.0.). Sei que é proposta discutível, portanto debatível, que simultaneamente promoverá o esclarecimento «nacionador» e a ação cívica organizada.

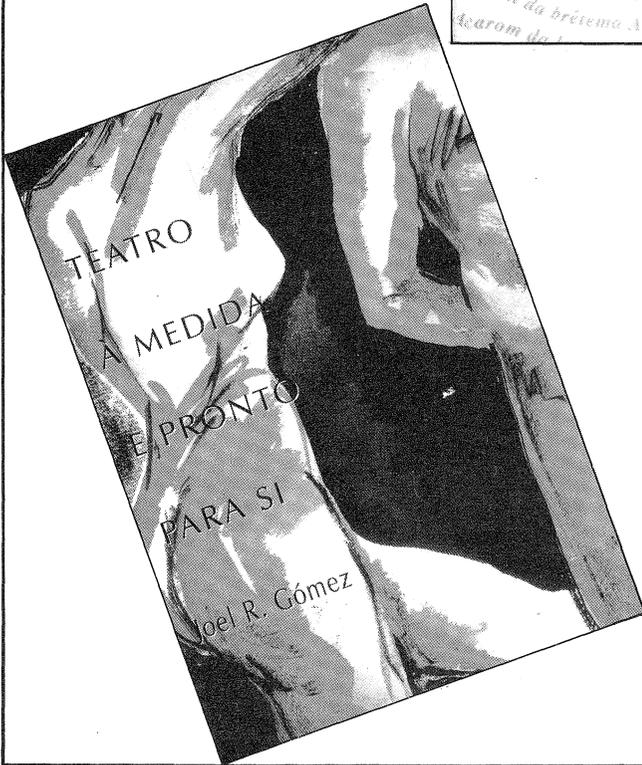
Também sei que tudo isso será possível se prevalece a clareza sobre a confusão, a integração sobre a exclusão e, em todo o caso, o exercício das liberdades humanas e mesmo das cidadãs.

Corunha, 10 de Abril de 1997 / Novembro de 1999.

ACAROM
DA
BRÊTEMA



JOSÉ ALBERTE CORRAL IGLÉSIAS



AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua

Redacçom: Apto. 560 - 15080-Corunha.
Apto. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Apto. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Apto. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicações da Associação Galega da Língua

• Colección «Universália»

López-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvemento. Naçom, Língua, Classes Sociais*, 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, 1983. 169 págs. (Esgotado).

2.^a Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas*, 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego*, 1985. 318 págs.

Actas do I Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

López-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural*, 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuição ao estudo do romance iniciático galego*, 1987, 95 págs.

Haller, Michel: *Tratado de contraponto e de composición contraponística*. Tradução e adaptação de João Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados*. 1988. 128 págs.

Actas do II Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos*. 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro*. 1990. 176 págs.

Associação Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria*. 1993. 194 págs.

Actas do IV Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

Garrido, Carlos: *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados*, 1997. 488 págs.

Barbosa Álvares, José Manuel: *Curso Prático de Galego*. 1999. 248 págs.

• Colección «Clássicos»

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón*, Edição, estudo e adaptação ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalía de Castro: *Folhas Novas*, Edição e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

• Colección «Criaçom»

Manuel Maria: *A Luz Ressuscitada*, Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985)*, 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura*, 1987, 170 págs.

Béjar, Júlio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-edição), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite*, 1990, 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar e Rio de Sonho e Tempo*, 1991, 292 págs.

Corral Iglésias, José Alberte: *Palavra e Memória*, 1997, 156 págs.

Gómez, Joel R.: *Teatro à medida e pronto para si*, 1998, 96 págs.

Corral Iglésias, José Alberte: *Acarom da brêtema*, 1999, 96 págs.

• Revista AGÁLIA. Publicação trimestral desde o ano 1985, 128 págs.

Revista AGÁLIA. Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo*, dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza*, dirigido e coordenado por João Carmona, 1989, 96 págs.

A
G
A
L

The logo consists of a solid black square. A white diagonal shape, resembling a stylized arrow or a folded corner, points from the top-right towards the bottom-left. To the right of the square, the text "ASSOCIAÇOM" is positioned at the top, "GALEGA" is in the middle, and "DA LÍNGUA" is at the bottom, all in a bold, sans-serif font.

ASSOCIAÇOM
GALEGA
DA LÍNGUA